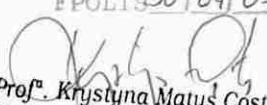


PRISCILA GOULART DOS SANTOS

# Na Comunidade do Morro da Penitenciária: perspectivas e limitações da cidadania feminina

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina como  
requisito para obtenção de título de  
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Iliane Kohler

DEFINIDO EM  
FPOLIS 30/04/02  
  
Prof.<sup>a</sup> Krystyna Matys Costa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

Florianópolis, 2002.

PRISCILA GOULART DOS SANTOS

NA COMUNIDADE DO MORRO DA PENITENCIÁRIA: PERSPECTIVAS E  
LIMITAÇÕES DA CIDADANIA FEMININA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel no curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

---

Iliane Kohler

---

Tereza Kleba Lisboa

---

Eliane M. Futh

Florianópolis, abril de 2002.

“Os dados conhecidos pelo assistente social sobre a população pertencem a própria população que deles deve tomar conhecimento. As pesquisas podem transformar-se em fonte de auto-conhecimento e veículo de ação. E as preocupações da população nelas podem ser integradas. O desafio do profissional consiste justamente na reorientação de seu cotidiano com a correlação de forças existente, para facilitar o acesso ao saber sobre elas mesmas, aos recursos disponíveis e ao poder de decisão.” (Vicente de Paula Faleiros)

## Agradecimentos...

Á Deus, pelo maravilhoso dom da vida e proteção muitas vezes despercebida ao longo da mesma.

Aos meus pais, Sandra e Pedro; irmãos, Fábio, Giseli e Franciele, avó, Leonor, e tio Samuel pela compreensão, carinho e apoio durante esses anos de estudo.

A todos os amigos e colegas da faculdade, especialmente às amigas Gizelly e Cristina, companheiras de todas as horas, muitas delas enriquecidas por boas risadas, pelo empenho nos estudos e acima de tudo pela solidariedade.

Á professora Iliane Kohler, por sua orientação na elaboração deste trabalho e empenho ao longo do semestre.

Á todos os moradores, coordenadores de área, entrevistados e aos membros da associação de moradores que fizeram dos seus anseios e lutas uma possibilidade de aprendizado muito rica para a minha formação profissional.

Á todas as demais pessoas que direta ou indiretamente colaboraram na preparação e desenvolvimento da atividade de campo, bem como na elaboração do presente trabalho de conclusão de curso, o meu

Muito Obrigada!



## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>08</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I – A CIDADANIA E AS MULHERES.....</b>	<b>11</b>
2 Primeira aproximação teórica da cidadania.....	12
3 A construção da cidadania no Brasil.....	18
4 Cidadania feminina: fatores relacionados à exclusão/inclusão.....	23
5 A cidadania e as mulheres no Brasil: considerações e dados sócio-indicadores.....	30
<b>CAPÍTULO II – DADOS EMPÍRICOS: INDICADORES DA RELAÇÃO CIDADANIA E MULHER NO CONTEXTO DO MORRO DA PENITENCIÁRIA.....</b>	<b>40</b>
6 Contextualizando o levantamento sócio-econômico.....	45
6.1 Procedimentos Metodológicos para a coleta e análise de dados.....	47
6.1.1 Sujeitos da pesquisa.....	48
6.1.2 Estratégias para a coleta de dados.....	48
6.1.3 Análise de dados.....	49
6.1.4 Aspectos éticos.....	50
7 Dados empíricos: retrato das limitações e perspectivas da cidadania feminina no contexto da comunidade do Morro da Penitenciária.....	51
<b>CAPÍTULO III – POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO MORADORES DA COMUNIDADE E SERVIÇO SOCIAL NA CONQUISTA DA CIDADANIA.....</b>	<b>83</b>
8 Breve Histórico da presença do Serviço Social na comunidade.....	84
9 Indicações para o exercício profissional do assistente social na comunidade.....	88

<b>ALGUMAS REFLEXÕES PARA SE PENSAR A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA FEMININA.....</b>	<b>97</b>
<b>FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>104</b>

## RESUMO

A comunidade do Morro da Penitenciária surge com a vinda de algumas famílias do interior do estado para a localidade, por conta da transferência de parentes para a penitenciária da capital. Tem início assim, uma trajetória de luta por melhoria da qualidade de vida e ampliação dos direitos da cidadania onde dois fatores são fundamentais: a luta dos moradores e o apoio do Serviço Social. Estes, trabalhando em conjunto, sem prejuízos a autonomia de ambos e enfrentando muitas dificuldades, conquistaram importantes melhorias para a comunidade. Contudo, ainda hoje, os moradores encontram muitas demandas. No sentido de instrumentalizarem-se para dar continuidade a suas lutas, os moradores buscam a assessoria do Núcleo de Estudos do Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), do Departamento do Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este passa a desenvolver um levantamento sócio-econômico que busca atualizar dados sobre os moradores quanto ao seu número, escolaridade, habitação, trabalho, renda, lazer, entre outros. A partir do referido levantamento, surge então, a oportunidade da realização do presente trabalho de conclusão de curso, cujo recorte para o estudo desta realidade é a questão da cidadania feminina. Assim, este trabalho, além de promover uma reflexão teórica a respeito desta questão, situando-a sempre na forma como a cidadania se construiu no Brasil e no Mundo, mostra que as maiores das mulheres que habitam a comunidade são oriundas de cidades do interior do estado, vivem em condições precárias, tem uma expectativa de vida mais baixa que os homens e se encontram em menor número em relação aos mesmos. Encontram-se com o direito à saúde negado, principalmente aqueles relativos a saúde reprodutiva. Além disso, estas inserem-se no mercado de trabalho em funções que além de estarem situadas no universo privado-doméstico, que a sociedade por muito tempo atribuiu somente às mulheres, exigem baixa qualificação, já que possuem uma escolaridade muito baixa, recebendo assim um pequeno retorno financeiro. Nesse cenário, a mulher ainda possui uma limitação maior no que tange a efetivação da cidadania em seu cotidiano, ainda se encontra com suas perspectivas limitadas por convenções sócio culturais que, no Brasil e no mundo, as mulheres, sobretudo através do movimento feminista, procuraram e procuram superar. O presente trabalho coloca também a articulação entre as demandas dos moradores e moradoras e o Serviço Social, apontando caminhos que podem ser percorridos na busca da melhoria das condições de vida e construção/ampliação da cidadania, especialmente a feminina que encontra-se ainda tão limitada neste contexto, mas que ao mesmo tempo, apresenta possibilidades diversas para sua ampliação e conquista.

## 1 INTRODUÇÃO

A cidadania é um tema bastante discutido na atualidade. Movimentos sociais, partidos políticos, intelectuais, a mídia eletrônica e impressa, entidades filantrópicas e até mesmo empresários, todos discutem a cidadania e todos dizem ser seus defensores. No entanto, a discussão sobre o tema não se esgota, ao contrário, por mais que se reflita sobre o mesmo, percebe-se que é sempre possível descobrir um novo aspecto a seu respeito, dada a insuperável ambigüidade e contradição com que historicamente e dialeticamente vem se construindo. Por este motivo falar sobre cidadania envolve uma análise cautelosa, que não pode ser desvinculada do contexto em que se efetiva ou que deixa de se efetivar e nem do fato de que diferentes sujeitos vivenciam a cidadania de formas desiguais.

Nesta perspectiva, o presente trabalho propõe uma análise da forma como a cidadania se efetiva no cotidiano das mulheres – sujeitos que historicamente estiveram excluídos da cidadania e que ainda não foram totalmente incluídos – no contexto da Comunidade do Morro da Penitenciária, visivelmente marcado pela desigualdade social e contradição. Para tanto, se faz necessário uma análise de alguns dos dados obtidos durante a realização de um levantamento sócio-econômico, realizado junto à comunidade do Morro da Penitenciária.

Tem por objetivos identificar e analisar quanti-qualitativamente os dados que dizem respeito às condições em que se formulam o exercício e efetivação da cidadania para as mulheres que vivem na comunidade, e se tornar uma forma de instrumentalizar a comunidade na luta por melhores condições de vida através da sua Associação de Moradores articulada com outros setores organizados na Comunidade como a Casa da Criança, Igrejas, Creche Nossa Senhora do Rosário e Grupos de Jovens.

Dessa forma, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro deles trata da fundamentação e reflexão teórica da questão da cidadania feminina,

contextualizando tal questão na forma como a cidadania se desenvolveu no Brasil e no Mundo. O segundo capítulo tratará de contextualizar, apresentar e analisar os dados da pesquisa referentes às mulheres. No terceiro e último capítulo haverá a realização de uma reflexão sobre as possibilidades na relação Serviço Social e comunidade para a construção da cidadania no referido contexto, contemplando para tanto, uma breve apresentação da trajetória da presença do Serviço Social na comunidade do Morro da Penitenciária e os caminhos que ele, a comunidade e as mulheres, em parceria, ainda podem percorrer para construir e ampliar a cidadania.

Visando ampliar a análise da temática observada junto a comunidade, buscou-se diferentes autores de diversas áreas do conhecimento que pudessem subsidiar e suscitar novas discussões. Neste sentido, buscou-se autores como Lacerda (2000), Andrade (1993 e 1999), Barbalet (1989), Covre (1991), Gohn (1995), e Faleiros (1991). Alguns endereços eletrônicos como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o do Ministério da Saúde também foram consultados como fonte de dados para este trabalho.

Assim, a partir da realização do levantamento socioeconômico na comunidade, da leitura de diferentes autores, da participação dos moradores, da fundamental parcela de contribuição destes é que a elaboração deste trabalho tornou-se possível. Estimamos que seja mais uma contribuição a inspirar as buscas por qualidade de vida, empreendida pelos moradores e sua Associação de Moradores, no contexto das atuais lutas por inclusão social, em particular, aquelas empreendidas pelas mulheres.

## **CAPÍTULO I - A CIDADANIA E AS MULHERES**

A cidadania vem se construindo através de um processo dialético e contraditório que tem seu marco inicial na Revolução Francesa (1789) e que através dos séculos que se seguiram tem sido alvo de incansáveis debates, especialmente entre os teóricos, e de inúmeras reivindicações por parte de diferentes segmentos da sociedade. Nesta perspectiva, o tema cidadania nunca deixou de ser atual e as diferentes nuances que o discurso a seu respeito vem assumindo através dos tempos na sociedade capitalista merece sempre uma análise cuidadosa.

Nesse sentido, a apresentação deste primeiro capítulo procurará em seu momento inicial oferecer uma primeira aproximação teórica do tema cidadania e de algumas de suas ambigüidades, contradições e questões que não poderiam deixar de ser mencionadas. Esta primeira aproximação será essencial para se compreender a forma como a cidadania se construiu no Brasil – a próxima discussão a ser desenvolvida no presente trabalho - e de como a mulher no contexto macro-social mundial e também no brasileiro, juntamente com uma série de outros sujeitos, esteve historicamente excluída dos direitos da cidadania.

A compreensão dos fatores relacionados a esta longa exclusão histórica e ainda incompleta inclusão, ocorridas no Brasil e no mundo, será objeto de discussão nos momentos que se seguirão no decorrer deste primeiro capítulo e que posteriormente servirão de subsídio para análise dos dados apresentados sobre as mulheres e suas condições de vivência cotidiana da cidadania no contexto da Comunidade do Morro da Penitenciária, já no segundo capítulo.

## 2 Primeira aproximação teórica da cidadania

Entre as diferentes questões que perpassam o tema cidadania merecem destaque aquelas relativas a própria conceituação do termo. Entretanto, pode-se dizer que não há entre os diversos autores que tomaram a cidadania enquanto objeto de estudo, um consenso teórico no que tange ao referido conceito. Na verdade, parece haver uma complementaridade entre os variados conceitos, sendo que cada um deles privilegia em suas explicações um ou outro aspecto referente ao tema, deixando de fora outros importantes.

Nesta perspectiva, não procuraremos aqui, tomar um dos conceitos de cidadania dado por algum destes variados teóricos, pois ao fazê-lo correríamos o risco de aprisionar a cidadania em concepções fechadas, abstratas ou neutras, que por mais completas que pareçam ser, não conseguiriam agregar em sua explicação todos os aspectos referentes à cidadania no âmbito da sociedade capitalista que se torna cada vez mais complexa. O processo dialético no qual a cidadania se constitui, não impede, no entanto, que se faça significativas considerações a respeito do tema e das contribuições dadas por diferentes autores sobre o mesmo.

Os primeiros estudos a respeito da cidadania em seu sentido contemporâneo datam do final do séc. XVIII e a primeira obra que aborda o tema com mais profundidade foi denominada “Cidadania e Classes Sociais” de T. H. Marshall, escrita em 1946.

Segundo Barbalet (1989), na obra de Marshall, formula-se uma teoria da cidadania, na qual, o foco está centrado “na relação entre os desenvolvimentos da natureza da cidadania e do sistema de classes” (BARBALET, 1989, p.17).

Na concepção de Marshall (1988) a cidadania possui três elementos constitutivos que teriam trilhado caminhos separados e diferentes no tempo:

- a) Os direitos civis: estes se universalizaram na Inglaterra no séc. XVIII. São os elementos que compõe a liberdade individual, a de ir e vir, a de imprensa, de contrato, de pensamento e de fé; o direito à propriedade e o direito à justiça. A instituição responsável pela garantia de tais direitos é o Tribunal de Justiça;

- b) Os direitos políticos: tais direitos iniciaram seu período formativo no século XIX e acabaram por se universalizar no séc. XX. Em resumo, os direitos políticos seriam o direito de votar e ser votado. O parlamento e as câmaras seriam responsáveis pela sua garantia;
- c) Os direitos sociais: estes surgem e se consolidam no século XX. São os direitos a uma qualidade de vida socialmente aceita como a mínima admissível. O sistema educacional e os serviços sociais são as instituições que devem garanti-los.

A consolidação da chamada cidadania integral, com as três dimensões acima apresentadas, teria acontecido assim, segundo Marshall (1988), apenas no séc. XX e tiveram como fio condutor a luta entre a concepção de igualdade e as desigualdades inerentes a implantação, constituição e funcionamento do capitalismo.

Autores como Andrade (1993), Barbalet (1989) e Coimbra (1987), embora considerem a obra de Marshall, essencial para o estudo da cidadania, chamam a atenção para o fato de que a abordagem do referido autor se limita a sociedade inglesa, por isso, tomar sua obra como uma teoria da cidadania para a sociedade capitalista como um todo teria seus riscos, pois em diferentes sociedades, a maneira como cada elemento da cidadania foi se constituindo se deu de forma variada e diversificada no tempo.

Embora a obra de Marshall possua esta referida limitação e ainda outras que aqui não cabe ressaltar - considerando que o tema central abordado no presente trabalho é a cidadania feminina - foi significativa ao demonstrar que a construção da cidadania, com seus diferentes elementos, assumiu historicamente um caráter extremamente ambíguo e contraditório.

Andrade (1993), Barbalet (1989) e Covre (1991) reforçam este pensamento ao explicar a forma como ocorreu a constituição dos direitos civis, políticos e sociais. Tais autores conseguem expressar em suas abordagens a existência de ambigüidades em torno do discurso jurídico-político da cidadania. Ambos concordam que ao mesmo tempo em que cada conjunto de direitos era incorporado a cidadania, consagrando e estabelecendo formalmente novos e importantes direitos; consolidava também as novas ordens sociais estabelecidas pelo capitalismo enquanto modo de produzir e viver.

Observando a forma como os diversos elementos da cidadania surgiram e se consolidaram no âmbito do Estado capitalista percebe-se que apesar da cidadania ter se



consolidado em quase todos os países na sua aceção formal, na sua aceção material ainda não se concretiza no cotidiano das pessoas.

Em conformidade com a argumentação de Andrade (1993), pode-se dizer que em diferentes situações históricas, o acesso a qualquer um dos direitos da cidadania nunca foi igual ou universal, mas ao contrário, se deu de forma estratificada, ou seja, diferenciada de acordo com as classes as quais os sujeitos pertencem.

De acordo com a autora, o caráter estratificado da cidadania é estabelecido pelo próprio Direito (leis jurídicas), “fazendo com que, sob a retórica da igualdade perante a lei, vigorem direitos formalmente desiguais para indivíduos desiguais” (ANDRADE, 1993, p.69). Assim, a cidadania - enquanto conjunto de direitos - jamais pode ser entendida como estatuto socialmente homogêneo. A cidadania está ligada a uma ordem jurídica que estabelece desiguais capacidades e direitos assimétricos, reproduzindo assim, a divisão social do trabalho e a articulação contraditória das classes sociais.

A problemática da estratificação dos direitos remete a outro elemento essencial, revelado pela análise de Marshall (1988): o impacto da construção histórica da cidadania sobre o sistema de classes. Neste sentido, Barbalet (1989) assevera que:

“Marshall faz notar que o desenvolvimento das instituições da cidadania moderna em Inglaterra coincide com o aparecimento do capitalismo. E considera isto anômalo, porque enquanto o capitalismo cria desigualdades de classe entre os que lhe estão sujeito, a cidadania é um status pelo qual os seus membros partilham direitos e deveres iguais. Assim, Marshall conclui que é razoável esperar que o impacto da cidadania sobre a classe social tome a forma de conflito entre princípios opostos” (BARBALET, 1989, p.21).

Sob a ótica de Barbalet (1989), a abordagem de Marshall da cidadania e classe social envolve não somente o fato da cidadania modificar a classe, mas também o aspecto do conflito enquanto forma de expressão da luta pelos direitos da cidadania. Para o referido autor, Marshall apreende o desenvolvimento da cidadania e do sistema de classes em termos de interações entre eles. Assim, ao estabelecerem uma relação antagônica, a cidadania e a desigualdade de classe contribuem para se modificarem mutuamente.

Considerando essa relação dialética entre o desenvolvimento da cidadania e a classe social, percebe-se que o discurso a respeito da cidadania, especialmente o jurídico, pode seguir por caminhos extremamente diferentes, já que é complexo e ambíguo.

Na opinião de Andrade (1993), este discurso pode possuir um duplo sentido: um autoritário e um democrático. O discurso autoritário é aquele que reduz o significado da

cidadania a seu significado legal e que apresenta o Estado como único emissor da cidadania. Tal discurso neutraliza os componentes políticos e a natureza do processo social contraditório que o constitui. Já o discurso democrático apresenta a cidadania como mediadora entre Estado e sociedade e como instância que pode ocultar a fragmentação da sociedade e as clivagens de classe, ignorando seus conflitos, diversidades e ambigüidades. Este discurso pode trazer um caráter contestatório da dominação capitalista, pode questionar inclusive suas próprias contradições e fundamentos, entre os quais, a apropriação da cidadania como um instrumento de legitimação do Estado.

A mesma autora afirma ainda que

o discurso da cidadania através do processo histórico constitutivo, possui uma natureza essencialmente contraditória, que impede sua apropriação absolutamente unilateral. Pelo contrário, a insuperável ambigüidade com que se tem defrontado, revela como única constante a dialética: contestação/legitimação, libertação/dominação, conquista/concessão. (ANDRADE, 1993, p. 87)

Essa contradição em torno da constituição da cidadania e do discurso a seu respeito revela - além dos entraves para a consolidação e ampliação dos direitos dos cidadãos - uma fluidez e uma possibilidade de sujeitos sociais subalternizados na sociedade capitalista se apoderarem da cidadania no seu sentido mais democrático (Andrade, 1993). Ao se apoderarem de tal sentido, estarão dando um passo à frente no sentido de instrumentalizarem-se não só para lutar ou manter direitos - que em face da disseminação das idéias neoliberais e da atual redução do papel do Estado encontram-se ameaçados - mas para construir direitos que digam respeito não só aos indivíduos, mas a uma coletividade.

Vieira (1997), denomina os direitos referidos a coletividades de "direitos de terceira geração" - já que considera como sendo de primeira geração os direitos civis e políticos e de segunda geração os socioeconômicos. O autor define tais direitos da seguinte forma:

trata-se dos direitos que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, as coletividades étnicas ou a própria humanidade. É o direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, direito a paz, direito ao meio ambiente etc. (VIEIRA, 1997, p. 23)

O autor afirma que os direitos de terceira geração, na perspectiva dos movimentos sociais seriam aqueles relativos aos interesses difusos, "como o direito ao meio ambiente e o direito do consumidor, além dos direitos das mulheres, das crianças, das minorias étnicas, dos jovens, dos anciãos, etc" (VIEIRA, 1997, p.23).

No contexto mundial, o individualismo, as idéias neoliberais, a globalização da economia, a reestruturação produtiva e do trabalho, entre outros fatores, têm colocado cada vez mais para os indivíduos a responsabilidade pela efetivação dos seus direitos de cidadania, e, em contrapartida, torna-se cada vez mais evidente a necessidade da construção coletiva da cidadania, explicitada principalmente pela atuação dos movimentos sociais.

De acordo com Barbalet (1989), ao nível mais geral, os movimentos sociais nascem da ação social coletiva. Os movimentos sociais se diferenciam dos movimentos políticos, pois não são direcionados para tomar o poder político, mas para expressar as aspirações, ou seja, interesses, normas e valores das coletividades sociais. Dessa forma, o movimento social está relacionado à mudança social através da modificação das expectativas e dos costumes que influenciam as relações sociais. Os movimentos sociais, enquanto meio de mudança cultural, reformulam em que pode consistir a participação social. “Assim como os movimentos sociais podem apressar o desenvolvimento da cidadania, os direitos de cidadania facilitam o aparecimento dos movimentos sociais” (BARBALET, 1989, p.150)

Vale ressaltar que a atuação das organizações populares e/ou movimentos sociais tem ocorrido muito mais no sentido de manter direitos há muito tempo conquistados e consolidados que atualmente se encontram ameaçados do que propriamente em busca da ampliação dos direitos de cidadania. O fato de lutar para manter tais direitos, não impede, no entanto, que estas organizações populares e/ou movimentos sociais, possam desenvolver em suas práticas cotidianas, potencialidades que digam respeito à construção da cidadania coletiva.

A construção da cidadania em um sentido mais coletivo certamente passa pelo respeito à diferença e pela pluralidade de opiniões, de interesses e de situações sócio-culturais. Gohn (1995) afirma que:

*a cidadania coletiva privilegia a dimensão sócio cultural, reivindica direitos sob a forma de bens e serviços, e não apenas a inscrição desses direitos em lei; reivindica espaços sócio-políticos sem que para isso tenha que se homogeneizar e perder sua identidade cultural (GONH, 1995, p.126).*

Apesar de não haver um consenso entre os teóricos a respeito do conceito de cidadania, foi possível, a partir das contribuições dadas pelos referidos autores até aqui (ANDRADE, 1993; COVRE, 1991; BARBALET, 1989; VIEIRA, 1997; GONH, 1995; MARSHALL, 1988), entender a cidadania como uma instância mediadora entre estado e

sociedade que nas sociedades capitalistas vem se construindo socialmente e culturalmente. Nesta perspectiva, a cidadania pode ocultar as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, possibilitar a diferentes sujeitos a criação cotidiana e social de novas formas de exercer e efetivar a cidadania, já que esta como vimos até aqui, é fluída, ambígua e contraditória, podendo assumir em diferentes contextos e sob variadas condições, nuances mais autoritárias ou mais democráticas, ou ainda ser engendrada de uma forma mais coletiva ou mais individual. Esta é a perspectiva e/ ou definição de cidadania tomada no presente trabalho.

A realidade da forma como a cidadania e também o modo de produção capitalista foram se constituindo no decorrer da história da humanidade, assim como as referidas nuances que atualmente assumem, refletem-se na sociedade brasileira como veremos no próximo item. Por muito tempo tal realidade esteve perpassada, entre outros fatores que não puderam deixar de serem mencionados aqui, pela exclusão da mulher enquanto sujeito social e de direito, o que certamente se refletiu e ainda se reflete em países como Brasil, como será possível ver no decorrer deste capítulo.

A forma como a cidadania foi se constituindo no Brasil, diz respeito não só a influência que o contexto macro-social mundial exerceu sobre este processo, mas também a uma série de especificidades historicamente presentes no cenário brasileiro que aqui precisam ser consideradas.

A primeira destas referidas especificidades diz respeito ao fato de que países como o Brasil não experimentaram o processo histórico-social de passagem do feudalismo para o capitalismo, no qual foi se construindo aos poucos a democracia liberal e a cidadania em seu sentido contemporâneo.

O Brasil já nasceu no período de transição para o capitalismo, ainda que ordenado por relações feudais. Nasceu fruto da expansão do capitalismo originário, sob o estigma da exploração e da subalternização, com sérias conseqüências para a população. A vigência da democracia liberal e da cidadania parece mais difícil em países como o nosso (COVRE, 1991, p.50).

A história do Brasil é a de um povo explorado porque, entre outros fatores, tivemos e ainda temos, uma posição subalterna no processo capitalista. De acordo com Covre (1991), a situação de países como o Brasil, sempre foi caudatária no processo de desenvolvimento do capitalismo originário. Para autora depois de passarmos pelo período de colonização portuguesa, de certa forma, fomos colonizados pela Inglaterra. Assim, a influência de países que lideram o sistema capitalista mundial marcou desde o começo o processo de construção da cidadania no contexto brasileiro.

Essa subalternidade do país no processo de desenvolvimento do capitalismo remete ao processo de construção da cultura política - outra consideração que precisa ser feita em relação à cidadania no contexto brasileiro. Para Gohn (1995), a histórica marginalização do povo no debate público, influenciou na construção de uma cultura política na qual a sociedade é apreendida como um ente amorfo e difuso; e o Estado é visto como o provedor e organizador da ordem necessária. Na opinião da autora, a cultura política brasileira é vista como sendo essencialmente fraca por causa da forma como se desenvolveu a colonização, a formação das elites e das instituições do sistema político. A autora afirma que:

O estilo burocrático patrimonialista do Estado favoreceu a centralização administrativa, subordinou a sociedade civil através de relações de poder paternalistas e favoreceu a criação de um imaginário social onde o Estado é

sempre doador, provedor da ordem, da justiça, do direito e dos favores. Gerou-se uma cultura de dependência mútua, que inibe os processos de autonomia e de crença na capacidade de resolver por si próprios os problemas, assim como acostumou-se a não se protestar contra a má qualidade dos serviços públicos existentes, a conformar-se com a demora e a conseqüente espera, no atendimento dos serviços públicos em geral (GOHN, 1995, p.210).

As relações patrimonialistas estabelecidas a partir desta configuração autoritária de Estado e a cultura política gerada por este, contribuíram entre outros fatores, para influenciar os ideais de autonomia, liberdade e cidadania da sociedade brasileira.

O processo de construção e ampliação da cidadania no cenário brasileiro, nunca se deu de forma linear ou evolutiva, pelo contrário, esteve sempre marcado por avanços e recuos e atravessado por lutas e reivindicações da classe trabalhadora, bem como tentativas do estado de amenizar as tensões sociais concedendo alguns direitos.

Embora a existência de variados movimentos sociais acenasse com a luta pela construção da cidadania durante o período em que o país foi colônia e depois império, tal como afirma Gonh (1995), foi somente a partir da década de 30 que alguns direitos da cidadania começaram a ser estendidos para uma fração maior da população.

Nesse sentido, Sposati (1985: 36) registra que:

No Brasil, a extensão da cidadania às classes subalternizadas expande-se a partir da Revolução de 1930, que direciona o Estado para o atendimento de direitos sociais dos trabalhadores. Deste processo resulta o que Wanderley Guilherme dos Santos denomina a extensão regulada da cidadania. Esta extensão cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, é definida por norma legal. Nesta ótica são entendidos como cidadãos aqueles cujas ocupações são reconhecidas e definidas legalmente. Embute-se a cidadania na ocupação e os direitos passam a ter como referência o lugar que o indivíduo ocupa no processo produtivo. Assim, a constituição da cidadania espelha as desigualdades do processo produtivo e deste modo o reforça. Exemplo dessa compreensão é a subordinação que se dá, em nossa história, da extensão dos serviços previdenciários àquelas categorias que atendem aos interesses econômicos do momento, como foram os portuários, os ferroviários e os militares. Este corporativismo inspirado no fascismo não cria propriamente um padrão de igualdade, já que fragmenta os trabalhadores e termina por reproduzir a desigualdade de direitos entre os componentes da força de trabalho.

Assim, durante as décadas de 30 e 40, as reivindicações trabalhistas foram atendidas como se fossem doações paternas do Estado autoritário. Nestas décadas o contexto em que desenvolvia a luta pela cidadania esteve marcado pelo clientelismo, pela cooptação de representantes das organizações trabalhistas e pelo favorecimento de certos segmentos



ocupacionais em detrimento de outros, através do mecanismo de regulamentação profissional.

De acordo com Faria (1985), o objetivo de tal mecanismo, estabelecido pelo Estado, era obter a adesão dos dominados, concedendo-lhes vantagem, para conquistar seu apoio, antes que se organizassem como forma de oposição. Dessa forma, servia como técnica de controle social desmobilizante, capaz de ampliar as bases de sustentação do poder político.

Esta configuração da cidadania reforçava a desigualdade e atribuía ao Estado a função de discriminar quem eram os cidadãos de primeira, segunda e até terceira classe, a medida em que os trabalhadores tinham ou não sua profissão regulamentada por lei e a partir da posição que suas profissões ocupavam no processo produtivo. Para Andrade (1993), a cidadania, nesse sentido, funcionava como instrumento político jurídico apropriado autoritariamente pelo Estado, objetivando regular a vida e a participação dos cidadãos.

Houve também períodos históricos em que o processo de construção e ampliação da cidadania sofreu retrocessos, como nos Golpes de Estado, nos estados de sítio e nos períodos de ditadura militar, ocorridos aproximadamente entre 30 e 45 e também a partir de 64. Lacerda (2000), Andrade (1993) e Gonh (1995) registram que nestes períodos os direitos mais elementares da cidadania foram suprimidos ao máximo, alguns autores consideram que estes foram momentos históricos de “não-cidadania”, como Covre (1991), por exemplo.

Dessa forma, a cidadania que sob o corporativismo já era “regulada”, tal como afirma Santos (1987), passa a ter a sua práxis desmobilizada pelo autoritarismo do Estado. Isto porque as principais características deste tipo de estado são a exclusão participativa e econômica do setor popular e o fechamento dos canais de acesso à democracia política, através da desmobilização da cidadania.

Já as décadas de 70 e 80, de acordo com Andrade (1993), Covre (1991) e Gonh (1995), foram marcadas por certos avanços no que tange a ampliação da cidadania. Nestas décadas segmentos diversos da sociedade civil se politizaram e se organizaram não só para lutar contra o regime ditatorial, mas para expressar novas formas de reivindicações, exprimindo assim, os anseios pela redemocratização do país.

De acordo com Lacerda (2000), neste período,

surgiram no país formas de associação pelas quais a sociedade civil rompeu com a passividade; são os clubes de mães, grupos comunitários, comissões de moradores e comissões de fábrica. A multiplicação destes movimentos resulta em um ponto fundamental: define as novas formas de participação e de reivindicação de direitos, ou seja, demonstra a capacidade de articulação dos moradores na luta pelo direito a cidadania.

Ainda nesse sentido, vale ressaltar o significativo trabalho de Sader (1988) que mostra como ocorreu neste período a irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação a ordem estabelecida. O mais importante na abordagem do referido autor é a determinação destes movimentos como criação de um novo sujeito social e histórico enquanto indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Eram novos autores que se constituíram num processo de auto-organização, ocupando os espaços públicos e reivindicando seus direitos.

O resultado dessa movimentação de variados setores da sociedade civil, entre eles alguns segmentos da Igreja Católica como registra Lacerda (2000), acabou culminando com avanços referentes à cidadania, expressados pelos movimentos “diretas já” e constituinte e, por fim, pela promulgação da Constituição de 1988 que estabelecia uma série de direitos, bastante progressivos quando se pensa o autoritarismo vivenciado pela sociedade brasileira até então. No entanto, a conquista de direitos da cidadania expressos formalmente, não significou a efetivação destes no cotidiano da maioria dos brasileiros, realidade esta que se expressa até hoje.

Em países como o Brasil, pode se dizer que os direitos de cidadania existem muito mais na sua aceção formal do que na material. No âmbito brasileiro, marcado pela concentração de renda, desigualdades sociais, intervenção cada vez menor do Estado devido à influência neoliberal e uma limitação muito grande no que tange a democracia participativa, torna-se muito difícil que ocorra de fato uma *emancipação humana*, essencial para que as pessoas possam se conscientizar, reivindicar e concretizar materialmente seus direitos de cidadania.

Diante do exposto, é necessário então, pensar que tipo de cidadania se tem no Brasil? Nesse sentido, Andrade (1999) coloca que predomina no país um conceito liberal de cidadania, consolidado pela cultura jurídica brasileira que precisa ser superado, pois não dá conta de tudo o que a cidadania realmente pode implicar.



Um dos limites dessa concepção liberal, segundo a autora, é a dicotomia entre os direitos do homem e os direitos do cidadão, que por sua vez se apóia em outra dicotomia – Estado e sociedade civil –, sendo o Estado o espaço público e a sociedade civil, o espaço privado onde se situam as relações econômicas e as domésticas. Dessa forma, a igualdade não passa pelo plano econômico, mas pelo político. O indivíduo acaba sendo valorizado como categoria abstrata, atomizada, desvinculada das condições sócio-econômicas nas quais se insere. Nesta perspectiva, a cidadania é entendida equivocadamente como sendo apenas representação política.

Andrade (1999) coloca que nesse momento histórico em que estamos vivendo, se faz necessário uma construção coletiva do conceito de cidadania. Para tanto é preciso que se transfira a ênfase nos agentes tradicionais da política – partidos e organizações sindicais – para a incorporação de movimentos sociais e comunitários de base, organizações profissionais, comitês de bairro, associações de moradores e de defesa dos direitos humanos, comunidades eclesiais de base, organizações de auxílio mútuo etc. Dessa forma, estaremos deixando de centrar-se somente na macro-política e promovendo assim, uma melhor articulação desta com a micro-política.

Exercitando e articulando melhor esta micro-política, talvez seja possível tematizar as desigualdades sociais e de gênero, passando necessariamente pelo respeito à diferença, pela discussão social e pela promoção da consciência política e social. No sentido de promover a micro – política, os movimentos sociais e/ ou coletivos têm exercido um papel fundamental, mesmo considerando os entraves para sua atuação dados pela atual conjuntura macro e micro-social. Um exemplo de movimento coletivo que têm contribuído para desmistificar e combater desigualdades sociais, especialmente a de gênero, é o Movimento Feminista, conforme veremos nos próximos itens.

Como vimos nos itens anteriores, a efetivação dos direitos formais da cidadania nunca se deu de forma igual no cotidiano de diferentes indivíduos inseridos em situações sócio-econômicas diversas. As mulheres, a semelhança de outros sujeitos sociais, estiveram por muito tempo na História excluídas no que diz respeito aos direitos da cidadania, tanto na sua acepção formal como na material, sendo que até hoje há um certo descompasso entre estas duas acepções.

Esta histórica exclusão feminina do acesso aos direitos socialmente considerados como pertinentes à cidadania não se deu por acaso. Segundo Groppi (1995), a concepção de cidadania foi construída passando pela exclusão do elemento feminino, exclusão esta que parece ser fundadora do próprio conceito.

(...) a noção de cidadania – que reveste um caráter simbólico central na Revolução Francesa – não só não leva em conta o elemento feminino, mas se define e se constrói em oposição a ele. Não se trata de uma simples remoção da diferença feminina do imaginário dos modernos pensadores políticos (...). Parece antes uma necessária e consciente expulsão de um sujeito feminino que serve para confirmar por oposição a identidade de um sujeito masculino, que procura para si mesmo novas definições e novas relações, uma vez liberto do arbítrio do antigo soberano e exatamente no momento em que deve definir seu próprio papel num campo social e político em vias de renovação. Se o caráter constitutivo do termo cidadão em oposição ao de súdito reside em sua participação ativa na esfera pública, no curso da revolução ele se esforça em oposição à passividade da esfera doméstica e privada que compete às mulheres (GROPPI, 1995, p. 18).

A exclusão do elemento feminino da constituição da noção de cidadania está relacionada, como foi possível perceber na citação acima, a alguns fatores, entre os quais, está a construção da dicotomia das esferas públicas/privadas.

Tomando por base autores como Rossi-Dória (1995), Covre (1991) e Lacerda (2000), percebe-se que tal dicotomia possui raízes históricas profundas: uma delas na Antiguidade Clássica e a outra nas revoluções burguesas, ocorridas numa época em que se retomou e/ou reformulou idéias do pensamento político grego vigente na Antiguidade Clássica, no qual as mulheres não eram consideradas como indivíduos capazes de exercer a cidadania e ocupavam o mesmo status que os escravos.

O resultado da retomada dessa dicotomia, de acordo com Rossi-Dória (1995) é que a partir das revoluções burguesas, momento histórico em que se inicia a construção

concreta e não linear da cidadania – e, a semelhança das idéias do pensamento grego vigente na Antiguidade Clássica – as mulheres foram relegadas, tanto a nível prático quanto de idéias, a esfera privada-doméstica, enquanto aos homens, inversamente, foram atribuídas as atividades da esfera pública. A autora reforça esse pensamento colocando que a exclusão das mulheres da esfera pública não se tratou de um esquecimento, pelo contrário, foi um elemento constitutivo das categorias de cidadão e de política construído pela exclusão das mulheres e de tudo aquilo que é representado pela feminilidade e pelo corpo feminino.

As implicações dessa exclusão feminina da esfera pública por muito tempo – principalmente em diversos países ocidentais - se traduziram em impedimentos de qualquer forma de participação política, movimentação e representação pública, como por exemplo a proibição legal das mulheres de votar e serem votadas, de possuir bens em seu nome e de administrá-los, de adquirir heranças ou transmiti-las aos seus filhos etc., fatos estes registrados por diferentes autores como Rossi-Dória (1995), Andrade (1993), Perez et alli (2000) e Alice & Hery (2001). Na esfera privada, as mulheres também experimentaram por um longo período histórico, restrições no que diz respeito a sua autonomia, sendo uma delas a impossibilidade legal de dispor sobre o próprio corpo, como registra Rossi-Dória (1995).

A construção da dicotomia entre público e privado, remete, por sua vez, a outros fatores que precisam ser ponderados quando se pensa a longa e histórica exclusão das mulheres da cidadania tais como a divisão sexual do trabalho e simultaneamente, a construção social, política e simbólica de “caracteres” complementares e hierárquicos dos dois sexos no âmbito da família e do casamento.

Rossi-Dória (1995), aponta Rousseau como um dos pensadores que contribuíram para a formulação precisa de critérios que por muito tempo permaneceram centrais na definição da inferioridade feminina pela complementaridade dos sexos. Os critérios formulados por Rousseau são basicamente três: a diferença-inferioridade de funções que os dois sexos deveriam desenvolver; a exclusão das mulheres da livre escolha moral, na qual o indivíduo livre responde pela própria consciência; e a inscrição da vida feminina em um tempo não histórico, mas biológico, como protetora da espécie. No pensamento de Rousseau, os dois sexos possuíam necessariamente caracteres diferenciados, sendo que para a mulher atribuía

a passividade, a fraqueza, a necessidade de agradar, o pudor e a opinião, enquanto ao homem, atribuía a atividade, a força, a autonomia, a razão e a consciência.

Rossi-Dória (1995), complementa que embora Rosseau tenha exercido um importante papel na elaboração de tais caracteres, foi somente a partir do século XIX, com as teorias científicas do positivismo é ocorre de fato a radicalização da complementaridade dos dois sexos, com uma codificação das dicotomias mulher-natureza-espécie e homem-cultura-indivíduo.

Estas dicotomias de caracteres, pautadas na já referida dicotomia entre público e privado, desenvolvem-se em vários países ocidentais simultaneamente, e intrinsecamente relacionados à divisão sexual do trabalho no âmbito familiar, ou nas palavras de Groppi (1995), a rígida divisão de deveres, que impôs as mulheres o primado de mãe e esposa. Nesta divisão de deveres cabiam as mulheres o trabalho doméstico, o cuidado e assistência aos filhos e ao cônjuge, e ainda a outros familiares tais como idosos e inválidos, como assinala Saraceno (1995). Aos homens, cabia o papel de prover materialmente e/ou monetariamente a família e desenvolver outras atividades de cunho público e político. Vale ressaltar que esta divisão sexual do trabalho influenciará até os dias atuais na divisão social do trabalho.

Groppi (1995) e Saraceno (1995) concordam que o fato da mulher pertencer a comunidade/unidade familiar e ser a ela atribuída a responsabilidade de gerar e cuidar dos filhos para a família constituem para os pais teóricos da cidadania, bem como para seus construtores revolucionários, as causas da incapacidade e/ou impossibilidade das mulheres serem cidadãs<sup>1</sup>. Para estas autoras esta idéia de não-cidadania das mulheres está relacionada ao fato de que a família, a partir das revoluções burguesas e do acentuado processo de individualização iniciado a partir destas – especialmente a Revolução Francesa em 1789 -, passa, através de uma construção social, a ser considerada como privada de qualquer caráter institucional ou público.

Neste processo que segundo Groppi (1995), torna a família um sujeito social não nomeado - e portanto designado de variadas e contraditórias formas em relação ao Estado – as mulheres são constrangidas por um lado, a utilizar-se do papel familiar que exerciam

---

<sup>1</sup> Ambas as autoras ilustram em suas obras esta idéia de não-cidadania da mulher, apresentando trechos de publicações posteriores a Revolução Francesa, escritas por variados autores, os quais as referidas autoras consideram, de certa forma, como “pais” teóricos da cidadania.

para obter algum direito e, por outro, não podiam evitar que justamente tal papel se traduzisse numa condição que variava entre exclusão e marginalização.

A forma como a inserção da mulher na sociedade foi sendo construída, situada na família e na esfera privada, no papel de esposa e mãe e exercendo todas as tarefas que tais funções “implicam” (divisão sexual do trabalho) contribuiu para que se promovesse o que Saraceno (1995) denominou de dupla inversão – de um lado, se inverteu a capacidade das mulheres (principalmente a de gerar e manter filhos) em dependência em relação aos homens – e de outro – a dependência dos homens em relação às mulheres (como mães de seus filhos e responsáveis pelo atendimento e assistência da família) em independência masculina.

Tais relações de dependência, construídas e legitimadas socialmente em relação às mulheres, enquanto diferença e fraqueza (principalmente econômica), e social e culturalmente escamoteada em relação aos homens – a qual Saraceno (1995) chamou de interdependência negada – uma vez desmistificadas e desconstruídas, poderiam representar um perigo para a ordem social que se pretendia construir. Assim, reconhecer as mulheres

(...) como sujeito de direito autônomo como os homens, de fato, solaparia as bases da unidade da família, introduzindo a possibilidade do conflito legítimo e da negociação dos interesses entre iguais, que eram apontados como características da esfera pública dos cidadãos. Trata-se de uma motivação bem mais radical que aquelas adotadas durante muito tempo para excluir amplos setores de homens da cidadania plena: renda, posição nas relações de produção, raça. As mulheres não são portadoras de interesses autônomos, mas apenas dos da família, tal como são definidos a partir dos interesses e poderes dos maridos-cidadãos. São suas relações privadas, contrapostas as sociais, que lhes negam o estatuto de cidadãos. (SARACENO, 1995, p 208-209).

Autores como Groppi (1995), Perez et alli (2000), Rossi-Dória (1995), e Saraceno (1995) mencionam que o processo de passagem de exclusão para inclusão das mulheres na cidadania foi duro, conflituoso e contraditório, não só no que tange ao confronto direto ou indireto das mulheres com as formas instituídas de poder, mas também entre as próprias mulheres que se organizavam e lutavam pelos seus direitos.

Na conquista feminina dos direitos de cidadania - ainda que parcial e desigual em diferentes países e para mulheres em situações sócio-econômicas diversas – o Movimento Feminista exerceu um papel fundamental. Para Gerhard (1995), o Movimento Feminista

(...) pôs em discussão e tornou públicas essas experiências cotidianas de desvantagem, de injustiças e de violência nas relações entre os sexos. Todavia, o que estava na base desta denúncia não era tanto o ponto de vista da igualdade, de

uma melhor equiparação, mas antes o objetivo de pôr fim ao predomínio do sexo masculino, tanto na esfera privada como na pública. Pretendia-se assim reivindicar, tanto no pessoal como no político, a autodeterminação e a independência, vale dizer a autonomia. Com isso foi posta em questão uma estrutura fundamental das relações sociais existentes: a hierarquia nas relações entre os sexos e a divisão sexual do trabalho, cuja a forma é mantida sobretudo pelo instituto familiar e o ordenamento da esfera privada. (GERHARD, 1995, p.67-68).

Na luta pela inclusão e ampliação da cidadania, o movimento feminista assumiu em diferentes épocas, países e contextos posturas não-homogêneas e em alguns momentos até contraditórias, sendo que o relato de tais contradições e heterogeneidades, está presente, de forma implícita ou mais explícita, nas abordagens de quase todos os autores que em algum momento tomaram estas lutas como objeto de estudo, entre os quais pode-se citar Groppi (1995), Perez et alli (2000), Rossi-Dória (1995), Saraceno (1995) e Alice & Hery (2001). O Movimento feminista, mesmo envolvendo em suas lutas e discussões, uma série de contradições e heterogeneidades, pode ser considerado como “uma das mais fortes correntes culturais do nosso tempo e terá um profundo efeito sobre nossa futura evolução” (CAPRA, 1995)<sup>2</sup>. Ele foi essencial para as conquistas que hoje se refletem na atual situação da mulher que apesar de variarem em diferentes países ocidentais democráticos, podem ser pontuados como:

- A instituição das mulheres como sujeito político, o que na visão de Ávila e Corrêa (2000) é o núcleo da ação política do movimento feminista, a sua grande conquista e, ao mesmo tempo, sua contribuição histórica para a humanidade.
- A conquistas de espaços que há tempos atrás, segundo Alambert (2002), eram exclusivamente reservados aos homens no mundo do trabalho, da cultura; da educação etc;
- A introdução, de acordo com Alambert (2002), de significativas mudanças no plano da legislação de diversos países e no plano de sua organização criando órgãos governamentais e não-governamentais (ministérios, coordenadorias, departamentos, secretarias, conselhos e milhares de ONGs que surgiram no mundo inteiro) etc.

---

<sup>2</sup> Parte de um discurso realizado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, o Desenvolvimento e a Paz, organizada pela ONU em Pequim (China), em 1995 por Fritjov Capra, autor do livro “O ponto de Mutação” (apud Alambert, 2002).



Todas estas conquistas são relevantes, entanto, as formulações para as condições da vivência da cidadania ainda são desiguais para homens e mulheres. De acordo com os dados revelados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, divulgado em 1995, as mulheres representam 70% do total dos que vivem em situação de miséria absoluta; são dois terços dos analfabetos; sua carga horária diária de trabalho é de aproximadamente 13% superior a dos homens; nas áreas rurais, gastam em média 20% mais tempo que os homens no trabalho e, embora representem mais de 50% da mão-de-obra no campo, recebem menos de 10% do crédito rural disponível; seu salário é, em média, 25% menor que o dos homens.<sup>3</sup>

Outros exemplos de desigualdade e ao mesmo tempo, de obstáculos a serem vencidos pela articulação e organização das mulheres em diversas sociedades democráticas são: a marginalização do poder político e dos postos de decisão que ainda ocorre na prática, tanto em nível do aparelho de Estado quanto em nível das organizações não-governamentais; a presença quase nula das mulheres, em boa parte do mundo, nos níveis de decisão econômica ou representação escassa das mesmas no âmbito de tais níveis, incluindo-se os pontos de formação de políticas financeiras, monetárias, comerciais e outras políticas econômicas assim como nos sistemas tributários e nos regimes salariais; o fato de que as mulheres ainda aceitam ou se vêem obrigadas a aceitar, devido a uma situação econômica difícil e/ou a falta de poder nas negociações (provenientes das desigualdades de gênero), além de salários mais baixos, como já foi colocado anteriormente, condições de trabalho inferiores as dos homens (ALAMBERT, 2002).

Esta diferença de gênero em relação aos direitos da cidadania, de acordo com Saraceno (1995), está relacionada ao fato de que os papéis de marido e mulher, pai e mãe, atualmente continuam a ser posições e experiências socialmente construídas como assimetricamente complementares, pautadas na pertença de gênero, bem como a divisão sexual do trabalho dentro da família e do casamento.

Em função de todos os avanços das mulheres na última década, estas identidades assimétricas de gênero, já não possuem implicações tão rígidas no que tange ao papel da

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <http://www.cut.org.br>. Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora. Ver fontes bibliográficas.

mulher na sociedade, mas que, inegavelmente ainda limitam o exercício pleno de sua cidadania, uma vez que, segundo Saraceno (1995), ainda relegam as mulheres um investimento muito maior na família (sobretudo em termos de cuidado e assistência, principalmente em relação aos filhos) que aos homens. O resultado dessa diferença de investimentos, segundo a referida autora, é o controle diferenciado dos recursos econômicos, e do tempo gasto com trabalho, seja ele remunerado ou doméstico, o que variavelmente vai influir nas relações de poder dentro da família: como o poder decisão, de reconhecimento de prioridades e até de direitos de consumo.

Vale destacar também, as desigualdades no que tange ao exercício da cidadania entre as próprias mulheres. Para Saraceno (1995),

falar de mulheres no sentido genérico é certamente impróprio, tantas são as diferenças e as desigualdades de recursos e oportunidades entre as mulheres situadas diversamente segundo a classe social, o país, a etnias, a fases da vida e assim por diante. As próprias mudanças, parciais e contraditórias, ocorridas no que tempo atrás se chamava “a condição feminina” – aumento da instrução, maior participação no mercado de trabalho, diversificação das trajetórias e escolhas familiares – constituem elementos de grande diversidade entre as mulheres.

Neste sentido, estes fatores diversificadores da situação da mulher frente aos direitos da cidadania tal como apontados por Saraceno (1995), mais uma vez confirmam a estratificação da cidadania para diferentes sujeitos sociais, como observou Andrade (1993), citado no primeiro item deste capítulo.

Todas as questões, ponderações e contradições referentes à forma como primeiramente a cidadania feminina foi negada e, depois, num lento, conflituoso e incompleto processo de quebra de paradigmas, passou a ser construída refletiram-se e continuam a refletir-se na sociedade brasileira, como será possível observar no próximo item.

## 5 A cidadania e as mulheres no Brasil: considerações e dados sócio-indicadores.

Vários são os conjuntos fatores que devem ser levados em conta para se pensar a relação cidadania/mulher no Brasil. O primeiro conjunto de fatores diz respeito a todas as



questões e contradições referentes à forma como a cidadania “feminina” foi se construindo, num contexto macro-social mundial, já colocadas no item anterior. Outro conjunto de fatores remete ao processo de construção da cidadania no Brasil, marcado por questões como a posição periférica do país no contexto capitalista, a forma como se desenvolveu a cultura e a política no Brasil – marcadas pelas relações clientelistas e patrimonialistas, ao autoritarismo do Estado e a histórica exclusão do povo brasileiro nos processos de tomada de decisões, fatores esses já mencionados e desenvolvidos no item 3. Pode-se somar a este fatores relacionados a forma como a cidadania se desenvolveu no país o fato de que, de acordo com Safiotti (1985), nas sociedades capitalista há uma simbiose patriarcado-capitalismo, onde se perpetua uma forma de autoritarismo enraizada na cultura, naturalizada no modo de viver de uma sociedade como o Brasil.

No entanto, o conjunto de fatores que será considerado com mais atenção neste item é referente a indicadores sócio-econômicos fornecidos pelo IBGE, Ministério da Saúde, a Folha de São Paulo e a Fundação Perseu Abramo.

Antes de nos determos propriamente em tais indicadores, iremos tratar brevemente sobre algumas das conquistas das mulheres no país e dos obstáculos que ainda tem que enfrentar. De acordo com Alambert (2002), em nossos dias, poucos ignoram a participação política da mulher na vida de nosso país, da Colônia até os dias de hoje. Principalmente nas três últimas décadas, essa participação se intensificou possibilitando às mulheres importantes conquistas que muito contribuíram para transformar sua condição de vida e, também a vida do país. A autora assinala que há 120 anos, elas alcançaram o direito à educação formal; há 66 anos, o direito de votar; há 12 anos, a igualdade, ainda que só formal, na Constituição brasileira<sup>4</sup>. Atualmente, constituem a maioria do eleitorado e do estudantado em todos os níveis e aos poucos ingressam naquelas áreas que, até recentemente, eram do domínio absoluto do homem, como por exemplo, a indústria de ponta, as Forças Armadas, o Corpo de Bombeiros, o Judiciário, a Polícia Civil etc, tal como afirma Alambert (2002).

---

<sup>4</sup> O parágrafo I do art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, diz que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Vale ressaltar que estas conquistas não se deram de maneira pacífica, ao contrário, fazem parte de um processo bastante conflituoso e contraditório, como documentam alguns autores: Alice & Hery (2001), Perez et alli (2000) e Segato (1987).

As mulheres brasileiras, segundo Alambert (2002), também precisam enfrentar uma série de obstáculos para de fato exercer uma cidadania plena:

1- conquistar posições dentro da vida econômica do país, tornando-se um agente econômico de importância:

É notável na sociedade brasileira o aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho forma e informal. E não apenas na indústria, no comércio, mas igualmente, nas regiões de produção agrícola e pesqueira. Elas ingressam também nas micro, pequenas e médias empresas, fato este que pode ser considerado significativamente positivo. Entretanto, devido a uma situação econômica adversa, relacionada a uma questão estrutural do país, bem como a falta de poder nas negociações relacionada, entre outras coisas, às desigualdades de gênero, muitas mulheres acabam aceitando salários baixos e condições de trabalho inferiores em relação aos homens. Ao lado disso, elas continuam exercendo a dupla jornada de trabalho, e sendo preparadas para exercer profissões de menor prestígio e de pouco valor monetário, como registra Alambert, 2002.

2- a mulher precisa conquistar postos no poder político e de adoção de decisões:

Teoricamente as mulheres já conquistaram o direito de participar politicamente na sociedade brasileira, direito este que após muitos anos de ditadura foi reconsagrado pela Constituição de 88. No entanto, esta participação plena - que não se reduz ao ato de votar - ainda não ocorre na prática, sendo que é visível o número reduzido de mulheres que de fato participam do poder político e dos postos de decisão, e quando o fazem continuam ocupando posições mais periféricas, tanto no que diz respeito ao aparelho estatal quanto nas organizações não-governamentais.

As relações de poder, que impedem as mulheres de realizarem plenamente suas vidas, operam em todos os níveis da sociedade desde os mais privados aos públicos. A participação igualitária da mulher no poder político e na tomada de decisões constitui não apenas uma exigência básica da justiça e da democracia, mas, também, significa uma condição necessária para que seus interesses sejam considerados. Sem a participação ativa da mulher no poder político, a incorporação de seu ponto de vista em todos os níveis do processo de tomada de

decisões, não se poderá conseguir os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz. (ALAMBERT, 2002)<sup>5</sup>

Tais conquistas e obstáculos a serem enfrentados pelas mulheres, sobretudo aquelas que buscam organizar-se e articular-se para atingir seus objetivos - estando ou não diretamente ligadas ao movimento feminista – refletem-se nos indicadores sócio econômicos referentes a mulher brasileira.

Tais indicadores sócio-econômicos, apresentados aqui, como forma de demonstrar a nível nacional a efetivação da cidadania no cotidiano das mulheres, fazem parte do novo estudo lançado pelo IBGE, "Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil", baseado em dados do Censo 2000, no dia 8 de março<sup>6</sup>.

De acordo com esta pesquisa, as mulheres são maioria no país, têm vida média mais elevada que os homens e assumem cada vez mais o comando das famílias. O trabalho destaca os dados mais significativos sobre as 11.160.635 mulheres — ou 12,9% das 86.223.155 brasileiras — que têm sob sua responsabilidade 24,9% dos domicílios do país. Em 1991, apenas 18,1% dos domicílios estavam nesta situação.

Por motivos didáticos, os dados sobre estas brasileiras que chefiam os domicílios serão apresentados em tópicos:

- O aumento do número de domicílios cujos responsáveis são mulheres é um fenômeno tipicamente urbano: 91,4% deles estão em cidades enquanto 8,6% estão nas zonas rurais. Nas capitais, a proporção de mulheres responsáveis por domicílios é bem maior do que a média nacional.
- Um terço das mulheres responsáveis pelos domicílios tem mais de 60 anos — na maioria, viúvas. Mas a faixa etária que vai de 30 a 50 anos provavelmente inclui mais mulheres com casamentos dissolvidos. Segundo os dados mais recentes do Registro Civil, 60% das dissoluções conjugais ocorrem justamente nesta faixa etária. No outro extremo está o alto índice de mulheres (27,4%) entre os 328 mil jovens de 15 a 19 anos responsáveis por domicílios. A proporção de mulheres neste grupo é bastante elevada em relação às outras faixas etárias. Basta dizer que, na faixa dos 20 aos 29 anos, a taxa é menor (16,6%). Por isso, pode-se concluir que, no primeiro grupo

---

<sup>5</sup> Artigo disponível em: <http://rits.org.br>. Não possui numeração de páginas.

etário há muitas jovens mães solteiras e arrimo de família, principalmente, em áreas mais carentes.

- No item escolaridade, as mulheres avançaram. A proporção de alfabetizadas passou de 80,6% em 1991 para 87,5% em 2000, apresentando ligeira vantagem sobre os homens neste quesito. A média de anos de estudo das responsáveis por domicílios também aumentou, de 4,4 para 5,6 anos. Porém, ainda é muito expressiva a porcentagem delas com até 3 anos de estudo (37,6%), nível considerado muito baixo. Comparativamente, as mais jovens apresentam perfis melhores mas, mesmo assim, os níveis alcançados ainda são baixos: apenas 45,5% das mulheres de 15 a 19 anos e 54,8% das de 20 a 24 anos atingiram o nível mínimo de 8 anos de estudo esperado para sua faixa etária.
- No universo dos domicílios sob a responsabilidade de mulheres, o Censo 2000 verificou que 1.995.138 (17,9% do total) tinham um só morador — os chamados domicílios unipessoais. Já nos domicílios sob responsabilidade masculina, tal percentual é de 6,2%. Mais uma vez, além de razões culturais, a maior esperança de vida feminina influi nesta diferença, pois 53,3% das mulheres que moram sozinhas têm mais de 60 anos.
- A maior autonomia das mulheres não se traduziu, necessariamente, em igualdade de renda em relação aos homens. Um exemplo é o rendimento médio mensal das mulheres responsáveis por domicílios — R\$ 591,00 —, inferior ao dos homens na mesma condição — R\$ 827,00. Metade delas sustenta a família com menos de 1,8 salário mínimo (R\$ 324,00). Em 1991, a renda das mulheres equivalia a 63,1% da dos homens. Já em 2000, esta relação atingiu 71,5%, reduzindo-se a desigualdade entre homens e mulheres;
- Na comparação com 1991, houve aumento do número absoluto de crianças brasileiras de zero a seis anos vivendo em casas chefiadas por mulheres pobres - com renda mensal de até dois salários mínimos. O número passou de 1,7 milhão de crianças para cerca de 2,3 milhões em 2000. Essas crianças

---

<sup>6</sup> Pesquisa retirada do site do IBGE.

eram 10% do total de 22,9 milhões de brasileiros nessa faixa etária e 56,9% das 4 milhões que vivem em domicílios que têm mulheres como responsáveis, em 2000. Em 1991, elas representavam 7,4% do total de 23,2 milhões de crianças nessa faixa etária e 71,3% das que viviam em famílias chefiadas por mulheres. Para o IBGE, o aumento de crianças de zero a seis anos vivendo com mulheres pobres pode ser explicado pela queda na taxa de fecundidade, dissolução dos casamentos, gravidez precoce e pelo aumento do número de mulheres responsáveis por domicílios.<sup>7</sup>

Para compor um perfil mais abrangente da Mulher, estão sendo apresentados também os dados mais recentes da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo IBGE) sobre a situação da mulher no mercado de trabalho em 1999, segundo os quais:

- Em 1999, cerca de 40% dos trabalhadores brasileiros eram mulheres. A Pesquisa constatou que na população ocupada, o percentual de mulheres passou de 38,8%, em 1992, para 40,3%, em 1999. Já na população masculina de 10 anos ou mais de idade, a participação dos homens ocupados declinou de 72,4%, em 1992, para 67,9%, em 1999;
- Os números da pesquisa mostram, também, que apesar da defasagem entre os rendimentos dos dois gêneros continuar diminuindo, a remuneração média de trabalho das mulheres ainda ficou em patamar muito inferior ao dos homens. Considerando as pessoas ocupadas com rendimento de trabalho, a remuneração média de trabalho das mulheres em 1992 representava 61,6% da recebida pelos homens e, em 1999, alcançou 69,1%;
- De 1992 para 1999, a proporção de pessoas ocupadas com pelo menos o equivalente ao ensino médio (ou 2º grau) concluído subiu de 15,9% para 21,2%, na população masculina, e de 22,4% para 30,4%, na feminina;

---

<sup>7</sup> Estes dados também fazem parte estudo lançado pelo IBGE, "Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil", baseado em dados do Censo 2000, mas foram retirados da reportagem intitulada "Mais crianças vivem com mulheres pobres", no site da Folha de São Paulo da edição do dia 8 de março de 2002, escrita por Fernanda da Escóssia. Ver Fontes Bibliográficas.

- Dados da PNAD de 1992 e 1999 mostram que a porcentagem de analfabetos com mais de dez anos no Brasil, que era maior entre as mulheres em 92, passou a ser maior entre os homens em 99. Em 1992, a taxa de analfabetismo entre os homens era 0,3 ponto percentual menor do que a das mulheres. Em 1999, a taxa entre as mulheres foi 0,4 ponto percentual menor.<sup>8</sup>
- O setor de serviços concentrou em 1999 mais da metade das trabalhadoras. Em 1999, a distribuição das trabalhadoras pelos setores de atividade foi a seguinte: 56,6% no setor dos serviços, 13,5% no do comércio, 8,9% no da indústria de transformação e outras atividades industriais, 0,6% no da indústria da construção e 20,4% no do agrícola. Na população masculina esta distribuição foi: 34,0% no setor dos serviços, 13,4% no do comércio, 15,2% no da indústria de transformação e outras atividades industriais, 10,6% no da indústria da construção e 26,8% no agrícola. Por posição na ocupação, a composição da população ocupada feminina em 1999 foi a seguinte: 43,9% de empregadas, 17,2% de trabalhadoras domésticas, 16,1% de trabalhadoras por conta própria, 2,2% de empregadoras, 12,3% de trabalhadoras não remuneradas, 8,2% de trabalhadoras na produção para o próprio consumo e 0,1% de trabalhadoras na construção para o próprio uso. Na população masculina esta composição foi: 56,3% de empregados, 0,9% de trabalhadores domésticos, 27,9% de trabalhadores por conta própria, 5,4% de empregadores, 7,3% de trabalhadores não remunerados, 1,9% de trabalhadores na produção para o próprio consumo e 0,2% de trabalhadores na construção para o próprio uso.
- Considerando a população de 18 anos ou mais de idade ocupada, na parcela feminina a proporção de pessoas sindicalizadas ainda ficou abaixo da masculina. Entretanto, no contingente feminino, este percentual cresceu de 13,6%, em 1992, para 15,3%, em 1999, enquanto que no masculino caiu de 22,0% para 18,9%.
- Mais de 90% das mulheres ocupadas em 1999 também exerciam afazeres domésticos. Na população de mulheres que trabalhavam, a parcela das que também exerciam afazeres domésticos passou de 90,0%, em 1992, para 93,6%, em 1999. No

---

<sup>8</sup> Estes dados, apesar de também fazerem parte da PNAD/IBGE, foram retirados da reportagem intitulada "Educação é o Maior Avanço" no site da Folha de São Paulo da edição do dia 8 de março de 2002, escrita por Fernanda Escóssia. Ver Fontes Bibliográficas.

contingente de homens que trabalhavam, este percentual subiu de 35,8% para 51,2%, de 1992 para 1999.

- Diferenças entre trabalhadoras negras e brancas. A mulher branca ganha, em média, o dobro do que recebem as negras (pretas, na classificação do IBGE) e pardas. Enquanto as brancas ganham R\$ 492, as negras e pardas recebem R\$ 246. Esse é apenas um dos dados sobre o mercado de trabalho capazes de dimensionar o abismo racial entre brancos e negros no Brasil -ou, mais especificamente, o abismo entre as mulheres brancas e as mulheres negras. Segundo dados da Pnad de 1999, apenas 0,7% das empregadoras são negras. A maior parte das mulheres que empregam outras pessoas é branca (80,1%). Em compensação, as negras, que representam 5,5% da população feminina, são 10,9% das empregadas domésticas. A diferença se repete na educação. Enquanto entre as mulheres brancas 10% são analfabetas ou têm menos de um ano de estudo, entre negras a taxa sobe para 23,3%, e entre pardas, para 20,2%. Enquanto apenas 1,9% das negras e 1,9% das pardas têm mais de 15 anos de estudo, entre brancas a taxa pula para 7,7%.<sup>9</sup>

Existem ainda outros dados capazes de demonstrar a efetivação da cidadania no cotidiano das mulheres, como aqueles que se referem à situação da saúde feminina no Brasil, por exemplo.

Em relação à saúde da mulher alguns dados fornecidos, em sua maioria, pelo Ministério da Saúde são expressivos - no que tange a saúde reprodutiva e ao controle de doenças:

- O país tem hoje 44 milhões de mulheres em idade fértil entre 15 e 49 anos e, desse total, cerca de 21,5 milhões são sexualmente ativas.
- A Pesquisa em Demografia e Saúde - DHS/1996, mostrou que 99,9% das mulheres unidas que tinham conhecimento de algum método contraceptivo e 76,7% usavam algum tipo de método, destacando-se a predominância da esterilização feminina (52,2%), seguida pelo uso da pílula (26,9%). Das esterilizações realizadas em 1996, 71% foram realizadas em hospitais públicos. Observa-se ainda, que a esterilização vem ocorrendo em mulheres cada vez mais



jovens, elevando o número de complicações e arrependimentos. Em 1996, das mulheres esterilizadas 21% optou por este método permanente com menos de 25 anos.

- A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), realizada em 1996, aponta que 50 % das mulheres que foram mães entre 1990 e 1995 tiveram gravidez não planejada. De acordo com o Ministério da Saúde aproximadamente 10 milhões de mulheres estão expostas à gravidez indesejada, seja por uso inadequado de métodos anticoncepcionais ou mesmo por falta de conhecimento e/ou acesso aos mesmos. Estima-se que ocorrem no País, de 1 a 1,2 milhão de abortamentos ao ano, que constituem na 5ª causa de internação na rede SUS, responsáveis por 9% das mortes maternas e 25% das esterilidades por causa tubária;
- A PNDS (1996) demonstrou também um crescimento de 16% no atendimento à gestante na última década. Em 1996, atingiu 86% de cobertura, quando 66% das mulheres realizaram a primeira consulta no primeiro trimestre da gravidez, 8% compareceram a mais de 7 consultas e cerca de 45% recebeu a segunda dose de vacina anti-tetânica. No entanto, apenas 51% tiveram acesso ao cartão da gestante;
- A taxa de mortalidade materna era, em 1996, de 124 para cada 100 mil mulheres, sendo a maior causa de morte ocasionada pela deficiência nos serviços de saúde e falta de qualidade no atendimento pré-natal, segundo o último Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, desenvolvido em 1996 pelo Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);<sup>10</sup>
- Em 1995, foram registrados 4.119 casos de infecção pelo HIV em mulheres. Observou-se um aumento dessa infecção na população feminina, que chega à relação de 1 mulher para cada 3 homens doentes, sobretudo entre as mulheres com parceiro único e relação duradoura;

---

<sup>9</sup> Estes dados também estão presentes na PNAD/IBGE, mas foram retirados da reportagem intitulada "Brancas ganham em média o dobro" do site da Folha de São Paulo da edição do dia 8 de março de 2002, escrita por Fernanda da Escóssia. Ver Fontes Bibliográficas.

<sup>10</sup> Este dado foi retirado do site do IBGE Teen



- O câncer ginecológico representava em 1996, 43,2% do total de casos de neoplasias<sup>11</sup> malignas entre mulheres. A incidência do câncer cérvico-uterino, deve-se à baixa cobertura dos exames preventivos, estimada, em 1996, em 8 a 10% da população acima de 20 anos, não obstante a Organização Mundial de Saúde ter estabelecido uma cobertura de 85% para produzir o impacto epidemiológico.

Em relação à cultura e participação política o Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo apresenta os seguintes dados estatísticos obtidos em uma pesquisa realizada em 2001 intitulada “a mulher brasileira nos espaços público privado” com mulheres de todas as classes sociais e regiões do país, a partir de 15 anos de idade, residentes nas capitais, regiões metropolitanas e em municípios do interior, tanto nas áreas urbanas como rurais<sup>12</sup>:

- A maioria das mulheres brasileiras reconhece a importância da política (70%): 38% consideram-na muito importante e para 32% é mais ou menos importante;
- Somente pouco mais da metade das mulheres acredita que a política influi em sua vida pessoal (55%);
- O nível de participação da mulher em atividades relacionadas à política ainda é relativamente baixo. Ler ou assistir noticiários sobre política é a atividade mais praticada, por 65% da amostra; a frequência com que isso ocorre já não é tão positiva, a maior parte (48%) a pratica só de vez em quando. Metade das mulheres entrevistadas afirmaram conversar com outras pessoas sobre política (49%), mas só 10% possuem esse hábito sempre. Tentar convencer outra pessoa a votar no candidato que considera bom é prática de uma em cada três mulheres brasileiras (34%), enquanto um quarto participa de reuniões para tentar resolver problemas do bairro ou cidade (9% sempre);
- Quanto à participação como membro ou filiado a alguma organização ou entidade social é ainda mais esporádica. A associação de moradores ou sociedade amigos do bairro, entidade que consegue maior adesão e participação, alcança 15% das mulheres, 5% como membros atuais e 10% como ex-membros; 5% são também membros de

---

<sup>11</sup> Formação de um tecido novo, que pode ser patológica no caso de tumores ou normal quando se trata de uma regeneração. Larousse Cultural. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1992. p. 782.

sindicatos e 6% já foram. Uma em cada 10 mulheres já foi membro de centro acadêmico, mas atualmente apenas 2% é, 4% pertencem a grupos de assistência social e 6% já foram em outro momento, mesma taxa de membros de grupos ecológicos ou de defesa do meio ambiente, onde atualmente só 1% participa.

- Para 59% das entrevistadas, as mulheres estão preparadas para exercer o poder político em qualquer instância de poder. No outro extremo, 17% acreditam que não estão preparadas para nenhuma instância. Em posições intermediárias, 11% acham que as mulheres podem governar estados e municípios, mas não o país, e outras 8% apenas os municípios. Ao todo, cerca de 1/3 (36%) não acredita na capacidade de uma mulher governar o país.

Até este ponto foi possível perceber que a forma como a cidadania foi se constituindo no Brasil e no mundo, estando entre outros fatores, perpassada pela longa exclusão histórica da mulher e mais tarde pela lenta e ainda incompleta inclusão da mesma, contribuiu tanto para a diferenciação no acesso aos direitos da cidadania entre homens e mulheres, quanto para a imensa estratificação social entre mulheres situadas na sociedade de diversificadas formas. Estes diferentes níveis de diferenciação social - ambos demonstrados pelos dados acima apresentados - estão presentes a nível nacional e internacional, podendo variar muito em intensidade de um país para outro, devido a especificidades colocadas em cada contexto.

As diversas e complexas nuances que estes níveis de diferenciação social assumem no contexto macro-social refletem-se, como veremos, em maior ou menor graus, na realidade vivenciada pela mulher no Contexto da Comunidade do Morro da Penitenciária, considerando obviamente as especificidades do local e dos moradores que lá habitam. Os dados apresentados neste item, servem, nesta perspectiva de contraponto aos dados que serão apresentados no próximo capítulo.

---

<sup>12</sup> A referida pesquisa que também aborda saúde, trabalho, sexualidade, violência, educação, trabalho doméstico e lazer está disponível em <http://www.fpabramo.org.br>. (Ver fontes bibliográficas)

## **CAPITULO II – DADOS EMPÍRICOS: INDICADORES DA RELAÇÃO CIDADANIA E MULHER NO CONTEXTO DO MORRO DA PENITENCIÁRIA**

A Comunidade do Morro da Penitenciária surge, de acordo com Moura (2000), no final da década de 50, quando uma mulher que residia no interior do estado, mais especificamente no interior de Campo Belo do Sul, veio se fixar num morro atrás da penitenciária, em função da transferência do marido da cadeia pública de Lages para a Penitenciária estadual, situada em Florianópolis. O local onde essa mulher se fixou denomina-se pedreira.

Com o passar do tempo outras famílias de outras cidades de Santa Catarina e de outros estados também instalaram na Comunidade, em busca de melhores condições de vida e de serviços de infra-estrutura.

Segundo Moura (2000), diante da ausência destes serviços básicos, os moradores constroem uma história de luta e organização popular que toma fôlego no início dos anos 80 e se estende até os dias atuais. Entre as conquistas realizadas, pode-se citar uma série de serviços de infra-estrutura, como: escadaria, luz, água, creche, esgoto, transporte coletivo, construção da capela, titulação de parte das terras e mais tarde, a Casa da Criança.

No entanto, estas conquistas não são suficientes para fazer cessar a luta dos moradores por condições mais dignas de vida. Ao contrário, a comunidade apresenta ainda muitas demandas, sendo que algumas delas são nitidamente visíveis para qualquer pessoa que circule ao menos uma vez pela comunidade.

O Morro da Penitenciária se coloca no cenário da capital como um local que congrega um processo contraditório de constituição. Esse caráter contraditório é conferido ao Morro em função de vários aspectos que no decorrer da realização do levantamento

sócio-econômico puderam ser percebidos no meio ambiente, nas ruas, nas pessoas e nas casas.

Neste contexto, ao chegar no “pé” do morro, onde existe ainda uma certa linearidade do solo, você se depara com lindas casas, mansões em alguns casos, são ruas muito limpas, organizadas, calçadas e floridas. A medida em que você vai subindo as condições das casas tornam-se mais precárias. Mas ainda no próprio centro do morro, existem casas muito bonitas algumas já situadas nas ruas sem nome, sem calçamento e repletas de esgoto correndo a céu aberto.

A percepção dessa diferenciação entre as casas dos moradores permitiu que durante a realização do levantamento socioeconômico se detectasse a existência de um processo de migração próprio do morro, no qual, as pessoas migram de um lado para outro do morro, subindo e descendo, comprando e vendendo casas. A já referida constatação de que a medida em que se vai subindo o morro, as casas vão apresentando maior grau de precariedade, permite concluir, já com um grau maior de subjetividade, que o fato das pessoas adquirem casas mais à cima ou mais ao pé do morro pode estar relacionado a melhora ou piora das condições econômicas de vida das famílias.

Dessa forma, percebe-se que diferenças é uma das grandes chaves de discussão quando se pensa esta comunidade. Nesse sentido pode-se citar muitos outros exemplos tais como a possibilidade de se ver casas de um cômodo com cinco pessoas e que não possuem banheiro e outras com duas ou três pessoas, com dois cômodos e banheiro. É possível ver também famílias extensas que convivem no mesmo domicílio ou famílias nucleares compostas por casais jovens começando a vida conjugal.

As casas variam muito de tamanho, foi possível ver casas de 22 metros quadrados e também casas de 2 metros quadrados, com um certo predomínio das menores. As casas em geral são construídas de madeira, a maioria sem pintura. Mas também havia casas de alvenaria e outras mistas.

Os terrenos tinham como característica central a alta irregularidade do solo, dada a natureza acidentada do próprio terreno que caracteriza a constituição dos morros. Neste sentido, muitas casas eram construídas sobre estacas que serviam de apoio nas áreas mais irregulares. Além disso, tentando romper com essa irregularidade, muitos moradores

fizeram obras estratégicas tais como pontes, rampas, escadas entre outras coisas que facilitam o acesso às áreas mais altas e irregulares do morro.

As casas em geral não apresentavam número de identificação, bem como as ruas não possuíam nome, os moradores tomavam como referência à rua geral do morro. Não há uma linearidade na construção das casas, elas vão sendo construídas de maneira aleatória onde houver espaço, o que dificultaria a realização de uma identificação das ruas por nome e número.

Uma das questões que chamam a atenção quando se circula pela comunidade é o esgoto. Enquanto caminhava-se pela comunidade para aplicar os questionários, foi possível constatar em diferentes pontos da comunidade uma série de esgotos que corriam a céu aberto, sem qualquer tipo de proteção ou encanamento. Foi possível ver o esgoto correndo no quintal de muitas casas. Vale ressaltar que este problema ambiental pode trazer inúmeras doenças para adultos e crianças que circulam nos diferentes locais, atraindo diversas espécies de insetos, bactérias, vírus e vermes.

Além disso, dentro desses locais onde corria o esgoto, também havia muito lixo depositado nas margens, em várias partes havia muito mal cheiro. O mal cheiro, contudo, não tinha o lixo e o esgoto como únicas causas, as fezes de cachorros presentes por todo o caminho também contribuíam, bem como a presença dos próprios animais e de outros como galinhas e gatos. Estes animais que circulam na comunidade, também podem tornar-se hospedeiros de doenças que trazem risco para os moradores, além de serem eles próprios vítimas da falta de infra-estrutura do local.

Em relação ao tratamento do lixo, percebemos que é extremamente necessário realizar um trabalho de conscientização e até mesmo, reciclagem do lixo com os moradores. Em algumas das entrevistas realizadas, percebemos que algumas pessoas da comunidade expressaram uma certa consciência em relação aos cuidados relativos ao lixo. Essas pessoas, em tom de denúncia, afirmam que o problema do lixo se agrava porque alguns moradores em vez de levar o lixo em sacos plásticos até o local onde o caminhão passa, jogam o lixo em qualquer lugar, principalmente no meio da rua. É importante ressaltar que o caminhão do lixo não chega a todos os pontos do morro o que dificulta significativamente a coleta e tratamento adequado do lixo.

Essa visível precariedade de condições ambientais, de moradia e de acesso às casas reflete-se em muitos aspectos na qualidade de vida desses moradores, entre eles nas condições de saúde de uma forma geral. Um exemplo disso é que uma pessoa doente ou uma mulher grávida não poderiam ser devidamente assistidas por uma ambulância se necessitassem, a precariedade do acesso impossibilita um socorro mais imediato.

Outro problema referente à saúde e à infra-estrutura da comunidade é a falta de água. Durante a realização do levantamento socioeconômico alguns moradores revelaram que já passaram dois meses sem água. Em algumas casas foi possível ver latas, baldes e outros recipientes armazenando água o que pode proporcionar a criação de larvas de insetos, como a do mosquito da dengue, por exemplo. O problema da água ainda ocasiona diferentes transtornos em relação à higiene pessoal, por exemplo.

Neste cenário foi possível perceber ainda uma carência de espaços, projetos e programas que contemplem a questão do lazer. Não encontramos na comunidade, praças, campos de futebol ou parques infantis. Contudo as expressões de lazer que parecem mais acessíveis são os vários bares presentes por todo o morro, que além de um encontro entre alguns amigos e da bebida, não parecem oferecer muitas opções. O único espaço de lazer que foi encontrado dentro da própria comunidade, já que o campo de futebol e o parque infantil mais próximo localizam-se em frente à Penitenciária, foi uma pista de bocha localizada ao lado de uma residência. Contudo, não foi possível saber se o espaço era de fato comunitário ou se havia por parte do dono da casa algum tipo de controle.

Uma das poucas opções de lazer, conforme o relato dos moradores, parece ser tomar um chimarrão com alguns vizinhos. Este momento, mais comum aos finais de tarde, permite uma boa conversa e troca de informações. Parece ser um momento importante de socialização e de descanso. Para as crianças não há na comunidade nenhum espaço de lazer o que parece fazer com que as mesmas criem em seu cotidiano, as suas próprias opções de lazer. Um exemplo disso é que ao circularmos pela comunidade encontramos algumas crianças pulando corda, brincadeira que já não é mais tão comum nos dias de hoje, encontramos também crianças jogando bola, bolinhas de gude e plantando bananeira.

Neste contexto marcado pelas diferenças, pela precariedade das condições de subsistência e ao mesmo tempo, pela luta por mais qualidade de vida, as mulheres movem-se como sujeitos que, embora estejam cotidianamente buscando formas de enfrentamento

das muitas vezes precárias condições de existência, ainda possuem em relação aos homens da referida comunidade, uma limitação maior no que tange a efetivação e exercício dos direitos da cidadania, como será possível observar na pesquisa apresentada neste capítulo.

## 6 Contextualizando o levantamento sócio-econômico

A realização do levantamento sócio-econômico foi uma demanda colocada ao Núcleo de Estudos e Organização Popular (NESSOP) pela Associação de Moradores da Comunidade do Morro da Penitenciária em setembro de 2000. A solicitação do levantamento sócio-econômico surgiu da necessidade identificada pelos moradores de possuir um instrumento que lhes permitisse conhecer a comunidade, sua realidade, suas necessidades e peculiaridades, para assim poder reivindicar e propor melhorias junto aos órgãos públicos do Município, Estado e União e fortalecerem seu processo interno de organização sócio-comunitário.

Foi formada uma comissão de trabalho com membros da Associação de Moradores e do NESSOP. Para a construção do instrumental de coleta dos dados – questionário (ver anexo) – a comissão de trabalho foi ampliada com a participação do Departamento de Arquitetura (professor Lino Perez e os bolsistas André A. Manara<sup>13</sup> e Rosangela M. da Silva), Departamento de Física (professor Norberto Suhnel) e do Departamento de Informática e Estatística (professor José Fletes). Em encontros sistemáticos no período de outubro de 2000 a abril de 2001 foi possível configurar o processo de aplicação do questionário através dos procedimentos brevemente descritos a seguir:

- Identificação do público alvo que é o universo total dos moradores do Morro da Penitenciária;

---

<sup>13</sup> Desenvolveu um trabalho de conclusão de curso intitulado: “Criando um novo bairro: um estudo de caso no Morro da Penitenciária”.



- A busca, identificação e articulação dos diferentes apoios para a realização do levantamento que se deram em diferentes bases:

- Na comunidade, com a Casa da Criança, as Igrejas (Capela Nossa Senhora Aparecida e Assembléia de Deus), o professor Ciro Goda da Escola Ilda Teodoro Vieira, a irmã Nair e a creche Nossa Senhora de Lourdes;
- Na UFSC, com a extensão do Departamento de Serviço Social (DSS), alunos da 3ª, 4ª e 7ª fases (semestre 2001/1) do curso de Serviço Social, Ação Júnior – Administração/UFSC, Departamento de Arquitetura, Física e Administração e de Informática.

- Promoção de atividades de capacitação para a ida a campo nos dias 19 e 20 de maio de 2001 que se configuraram da seguinte forma:

- Realização de estudos do questionário pelos alunos participantes com assessoria do professor José Fletes, do Departamento de Informática e Estatística;
- Esclarecimento dos alunos sobre os objetivos do levantamento e sua importância para a Associação de Moradores e para a necessária relação universidade pública e sociedade, através de membros da Associação de Moradores (Srº Argeu A. Goulart e Srº Jair Ferreira) e da professora Iliane Kohler da disciplina de Processo de Trabalho em Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselho de Direitos. Os alunos desta disciplina tiveram uma intensa participação na coleta e informatização dos dados, assessorados por membros da Ação Júnior (Farlei Fronza e Felipe S. Silva, da Administração/UFSC). Foi uma oportunidade no âmbito da formação profissional, fundamental para as possibilidades de apropriação das exigências de um momento metodológico para o Serviço Social que é o conhecimento da realidade social.

- A Associação de Moradores promoveu várias reuniões comunitárias para divulgar e sensibilizar os moradores a participarem, apoiando o levantamento sócio- econômico. Muitos deles aderiram efetivamente como coordenadores das oito áreas criadas para orientar geograficamente o trânsito dos aplicadores do questionário. Foram ao todo dezenove moradores das respectivas áreas que acompanharam os alunos na aplicação dos questionários, apresentando-os aos moradores e colocando-se atentos na orientação dos alunos em seus deslocamentos nas respectivas áreas de trabalho. Este processo contou

também com a acessoria do professor Lino Perez e dos alunos André A. Manara e Rosangela M. da Silva do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

Como a aluna da sétima fase do curso de Serviço Social, participante do levantamento sócio- econômico, propus elaborar meu trabalho de conclusão de curso sobre o mesmo, por constatar que os dados acumulados possibilitavam oferecer uma reflexão a respeito das várias interfaces sócio- humanas reveladas. Não obstante ao grande leque de possibilidades de análise que os dados colhidos poderiam trazer optamos por um recorte no que tange as condições em que se efetivam a cidadania das mulheres no contexto da Comunidade do Morro da Penitenciária. Esta escolha também foi influenciada por estar cursando nesta época uma disciplina denominada Direito e Cidadania lecionada pela professora Deise Helena Krantz. A disciplina trouxe uma boa compreensão a respeito do tema cidadania e de como esta se materializa de diferentes e desiguais formas no cotidiano de sujeitos sociais situados em condições sociais, étnicas, culturais e econômicas diversas, entre eles, a mulher.

Assim, delineou-se como objetivo geral analisar no contexto da Comunidade do Morro da Penitenciária a concretização dos direitos de cidadania das mulheres. Para atingir tal objetivo delineou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Fazer um levantamento bibliográfico sobre a construção dos direitos de cidadania no mundo e no Brasil, destacando a cidadania feminina;
- b) Realizar um levantamento de indicadores socioeconômicos que digam respeito à relação entre cidadania e mulheres no Brasil.
- c) Realizar uma breve descrição do campo no qual se desenvolveu a pesquisa – a Comunidade do Morro da Penitenciária,
- d) Identificar e analisar as condições em que ocorre (ou deixa de ocorrer) a concretização de alguns direitos de cidadania através da análise dos dados relacionados às mulheres que residem na referida comunidade;
- e) Realizar considerações e sugestões para a Associação de Moradores e para o Serviço Social na promoção da cidadania junto aos moradores da Comunidade do Morro da Penitenciária e na relação com as políticas públicas.

## 6.1 Procedimentos Metodológicos para Coleta e Análise dos Dados

Levando em conta a temática de estudo, decidiu-se que seria imprescindível utilizar a metodologia quantitativa, pois o trabalho se realizou com dados concretos a respeito da vida e das demandas colocadas pelas pessoas entrevistadas colhidos no decorrer do levantamento sócio-econômico realizada na comunidade no primeiro semestre de 2001.

Chizzotti (1998) coloca que a pesquisa quantitativa prevê a mensuração de variáveis pré-estabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador descreve, explica e prediz.

Entretanto, foi preciso qualificar os dados obtidos que sozinhos não eram suficientes para explicar e analisar a realidade vivenciada pelas mulheres da Comunidade no que tange a cidadania. A qualificação dos dados ocorreu através do referencial teórico utilizado no primeiro capítulo, dos indicadores sociais sobre a mulher brasileira e dos autores que no momento da análise foram utilizados para ampliar o conhecimento a respeito de diferentes assuntos relacionados às mulheres.

De acordo com Minayo (1996), o conjunto de dados quanti-qualitativos se complementa, pois abrange uma realidade que interage dinamicamente.

Foi justamente neste movimento dinâmico - combinando dados qualitativos e quantitativos – que desenvolveu o presente estudo.

#### 6.1.1 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos do presente estudo foram as mulheres da Comunidade do Morro da Penitenciária que participaram do levantamento sócio-econômico realizado na comunidade no primeiro semestre de 2001.

#### 6.1.2 Estratégias para a coleta de dados

A estratégia utilizada na coleta de dados realizada durante o levantamento sócio-econômico foi a utilização da aplicação do questionário (ver anexo). A escolha de tal instrumento de pesquisa se deu pelo fato de que as informações que precisavam ser

colhidas eram em sua maioria pontuais e precisavam ser registradas de uma forma previamente sistematizada para que não se perdessem. (TRIVIÑOS, 1992; CHIZZOTTI, 1998; BRUYNE, 1982).

O questionário contemplava poucas questões de cunho subjetivo que diziam respeito à opinião dos moradores a respeito de problemas, demandas e coisas que precisam ser modificadas na comunidade. Mesmo estas questões apesar de terem um grau de variabilidade muito maior que as questões fechadas, quando aqui utilizadas, foram agrupadas e apresentadas de forma bastante objetiva.

A escolha dessa forma de aplicação de questionários, efetuada por intermédio de entrevistadores se deu por ser esta a forma mais segura de se ter retorno dos dados. A realização desse tipo de levantamento, tem sempre que levar em conta o fato de que os entrevistados podem possuir limitações para preencher sozinhos os questionários, por questões como a baixa escolaridade e até mesmo analfabetismo. Dessa forma foi essencial a presença de um entrevistador.

### 6.1.3 Análise de dados

A análise dos dados é uma interação entre análise e interpretação dos dados obtidos no decorrer da pesquisa. Para os autores Ludke e André (1986), Triviños (1992), Gomes (1996), a fase de análise não é um período diferenciado das demais etapas, pois geralmente na pesquisa quanti-qualitativa ela ocorre ao mesmo tempo em que se realiza a coleta de dados.

Nesta etapa de estudo, tomamos como referência às colocações de Gomes (1996) a respeito do momento da análise. Segundo o referido autor, um dos objetivos a se atingir nesta etapa é compreender os dados coletados, ampliar as informações a respeito do tema estudado, articulando-o ao contexto cultural no qual está inserido.

A operacionalização da análise dos dados, esteve baseada na proposta de interpretação qualitativa proposta por Minayo (1992). A autora denomina sua proposta de método hermenêutico-dialético. O método tem como ponto de partida, “o interior da fala, e como ponto de chegada o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala” (MINAYO, 1992, p.77).

A autora apresenta os seguintes passos para a operacionalização de sua proposta:

- a) Ordenação dos dados: é o momento de organizar todos os dados obtidos no trabalho de campo. Neste momento foram organizadas todas as informações obtidas através das entrevistas, neste caso, na aplicação dos questionários .
- b) Classificação dos dados: nesta fase é preciso considerar que o dado não existe por si só, mas é construído a partir dos questionamentos feitos a respeito dele e da fundamentação teórica na qual está calcado. As categorias de análise elaboradas nesta fase foram baseadas no que consideramos relevante na bibliografia utilizada.
- c) Análise final: é o momento em que se procura estabelecer articulações teóricas entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, é também a fase em que procura responder as questões da pesquisa com base em seus objetivos. Em outras palavras é o momento em que se promove “relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática” (Minayo 1992, p.79)

A autora coloca ainda que os resultados conseguidos através da análise não devem ser encarados como algo acabado, mas como uma forma provisória e aproximativa da realidade.

#### 6.1.4 Aspectos éticos

As pessoas que concordaram em participar do levantamento, foram esclarecidas a respeito da finalidade, os objetivos e a metodologia do estudo.

Outro aspecto ético destacado aqui, é a devolução para os moradores dos resultados dessa pesquisa. De acordo com Faleiros (1991), disponibilizar para a população os dados colhidos na pesquisa – neste caso no levantamento sócio-econômico - é importante para que possam transforma-los em fonte de autoconhecimento e veículo de ação.

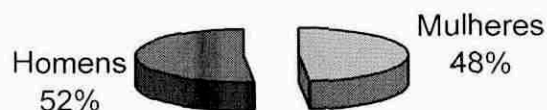
## 7 Dados empíricos: retrato das limitações e perspectiva da cidadania feminina no contexto da Comunidade do Morro da Penitenciária

A realização do levantamento sócio-econômico mostrou uma peculiaridade do ser mulher. Privadas das mais diferentes formas, de uma série de coisas que parecem elementares para muitas das mulheres brasileiras, as mulheres do Morro da Penitenciária se movem criando estratégias e enfrentamentos diante da realidade que vivenciam cotidianamente.

O número de questionários aplicados, no total de 261 (um para cada família), permitiu conhecer um pouco da realidade do ser mulher na comunidade em foco e de como se formulam as condições para a vivência da cidadania feminina neste contexto. Para falar da cidadania feminina neste cenário foram examinados e analisados alguns dos dados obtidos no levantamento sócio-econômico como a distribuição dos moradores por sexo, a faixa etária, a origem e procedência das pessoas, os motivos da vinda para Florianópolis/comunidade, a saúde – especialmente a reprodutiva, a educação, o trabalho, o rendimento, a participação nos espaços públicos e algumas das demandas colocadas pelos moradores.

Segundo o levantamento realizado, viviam na comunidade, na ocasião da pesquisa, 510 (quinhentos e dez) mulheres e 548 (quinhentos e quarenta e oito) homens, o que resulta em um total de 1.058 (mil e cinquenta e oito) pessoas. Assim, temos graficamente a seguinte representação dessa realidade:

### Mapeamento dos Moradores por Sexo



A análise do gráfico anteriormente apresentado demonstra que na ocasião da pesquisa, o número de homens superava o de mulheres em total percentual de 4%, diferenciando assim, esta comunidade da realidade vivenciada no cenário nacional, que segundo IBGE, conta com um número maior de mulheres em relação aos homens.

Uma outra característica marcante das pessoas que constituem o universo pesquisado é o fato de serem preponderantemente jovens, como veremos na tabela a seguir.

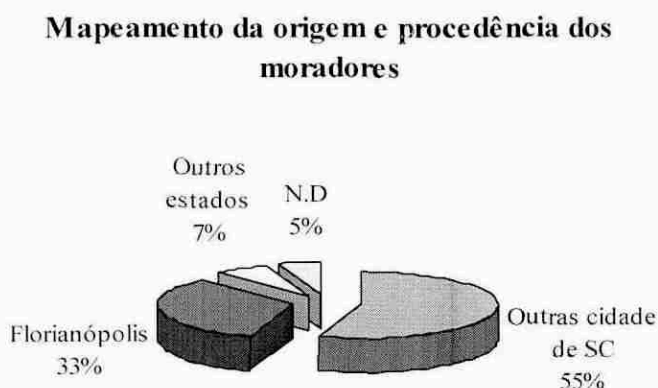
### Mapeamento dos moradores por sexo e faixa etária

Faixa Etária	Sexo	
	Mulheres	Homens
0 - 5 anos	77	94
6 - 10 anos	59	58
11 - 15 anos	62	66
16 - 20 anos	47	64
21 - 25 anos	56	66
26 - 30 anos	52	50
31 - 35 anos	50	43
36 - 40 anos	32	32
41 - 50 anos	42	35
51 - 60 anos	23	27
61 - 98 anos	9	11
Não declarou	1	2
<b>Total</b>	<b>510</b>	<b>548</b>



A análise desta tabela demonstra que nas faixas etárias onde concentram-se a população mais jovem (de 0 a 25 anos) o número de homens em geral é maior que de mulheres. Já na faixa que vai de 26 a 50 anos, o número de homens permanece menor ou igual ao de mulheres. Por outro lado, a medida em que a faixa etária aumenta (de 51 a 98 anos) o número de mulheres vai se tornando menor, enquanto o número de homens cresce, diferenciando-se mais uma vez da realidade que se coloca a nível nacional, na qual as mulheres possuem uma expectativa de vida maior que os homens (IBGE). Assim, é possível considerar que existe uma relação inversamente proporcional no que tange a idade destes homens e mulheres, como pode ser constado na tabela anteriormente apresentada. O fato das mulheres desta comunidade viverem menos em relação aos homens pode aparentemente – pois este dado merece uma pesquisa mais aprofundada – estar ligado a baixa qualidade de vida dessas mulheres.

Outra característica dos moradores desta comunidade que merece destaque é fato da maioria das pessoas que lá habitam não terem nascido em Florianópolis, como demonstra o gráfico a seguir<sup>14</sup>:



Como foi possível observar no gráfico acima apresentado, predominam os moradores que vieram de outras cidades de Santa Catarina. Entre estas cidades predominam

<sup>14</sup> A abreviação N.D significa “não declarado” e foi utilizada várias vezes na composição do texto.

aquelas que se localizam no interior do estado, sendo que as que mais se destacaram foram: Campo Belo do Sul, Lages, Campo Belo, Chapecó e São José do Cerrito – colocadas pela ordem em que apareceram na contagem dos dados.

Boa parte dos moradores, cerca de 47%, não declarou (N.D) durante as entrevistas o motivo de sua vinda para Florianópolis e para a Comunidade, os que declararam dificilmente diziam se enquadrarem nas opções dadas no questionário (ver anexo, item 2.3 e 2.4), apontando na maioria das vezes, outras razões para terem migrado. No entanto, ao listar-se estas ditas “outras” razões, percebeu-se que de uma forma ou de outra, esse fluxo migratório estava ligado à busca por melhores condições vida, à falta de condições de sobrevivência em suas terras e à busca de serviços básicos (educação, saúde, saneamento etc) contempladas nas opções oferecidas nos já referidos itens do questionário.

Provavelmente, ocorreu nesta parte do levantamento realizado, uma falta de comunicação entre entrevistadores e entrevistados, ou uma falta de clareza dos entrevistados em relação aos motivos da migração realizada por suas famílias. Pode-se apontar ainda como razão para obtenção de tal resultado, o fato de que a lista de opções era consideravelmente grande, tendo quatorze opções de escolha, sendo que as pessoas entrevistadas facilmente se confundiriam ou identificariam o motivo de sua vinda com mais de uma opção. Talvez as questões devessem ser formuladas de forma mais clara e objetiva, para facilitar a obtenção de respostas.

Independente do levantamento não ter permitido que estes motivos pudessem ser tratados estatisticamente com mais clareza, certamente deixou evidente mais uma vez o fato dessas famílias provenientes em sua maioria do interior do Estado de Santa Catarina, migrarem em busca de melhores condições de vida, fato esse já contemplado em outros trabalhos de conclusão desenvolvidos a partir da realidade vivenciada por essa comunidade, como Moura (2000) por exemplo.

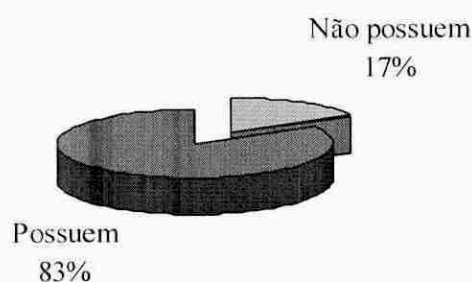
Um dos reflexos desse processo migratório estabelecido pelas famílias desta comunidade é bastante conhecido a nível nacional: a segregação decorrente do fato de que essas famílias, não encontram emprego com facilidade e saem do campo com poucos recursos para comprar uma casa. Assim, acabam se alojando nas encostas dos morros, onde os terrenos podem ser comprados a preços bem mais acessíveis ou ainda podem ser ocupados.

As pessoas vêm para os centros urbanos em busca de empregos e melhores condições de vida, mas o que acaba ocorrendo é o empobrecimento acelerado dessas famílias. Valadares & Figueiredo (1981) colocam que a migração nessa dinâmica, constitui um fator que contribui para o processo de crescimento e favelização na periferia, solucionando a necessidade de moradia através da autoconstrução de casas ou barracos em áreas irregulares, seja em locais distantes ou próximos à cidade e sem nenhum equipamento urbano. Para os autores, essa situação é decorrente da maneira como o capitalismo se desenvolveu no país e de suas conseqüências na sua formação do espaço urbano nas grandes cidades.

A questão da migração e da posterior segregação social sofrida por estas famílias é uma das questões que devem ser consideradas quando se pensa a cidadania das mulheres da Comunidade do Morro da Penitenciária, já que estas não podem ser pensadas como isoladas do contexto social onde vivem e nem do seu grupo familiar, grupo este que de acordo Groppi (1995) e Saraceno (1995), já citadas no primeiro capítulo, significou para as mulheres ao longo da história uma forma de obter alguns dos direitos da cidadania, ao mesmo tempo em que o papel que exerciam na família as excluía da condição de cidadãs. No caso das mulheres da Comunidade, as condições sócio-econômicas vivenciadas por suas famílias nunca puderam lhes garantir o exercício e a efetividade plena da cidadania em seu cotidiano. Parece haver neste caso, uma dupla exclusão dos direitos da cidadania, uma relacionada às condições de existência das famílias e outra ligada à condição destas mulheres no âmbito das mesmas, como será possível ver mais adiante.

Contraditoriamente, as precárias e limitadas condições de vida das famílias da Comunidade do Morro da Penitenciária não impedem que estas mulheres busquem nas mesmas, estratégias diversas de sobrevivência. Um indício desta referida articulação, que apesar de limitada é essencial para a subsistência destas mulheres é o fato de que muitas famílias possuem parentes que também residem nesta comunidade como demonstra a seguinte representação gráfica:

### Mapeamento das famílias que possuem parentes que também moram na comunidade



Este dado, pode revelar assim o fato de que a migração pode ser causada também por motivos mais subjetivos, ligados ao rompimento de laços familiares, ou seja, quando alguém da família migra, em seguida outras pessoas vão migrando de forma que a família acaba inteira e gradativamente se instalando no novo local. A migração configura assim, a presença predominante de famílias nucleares, mas que funcionam como extensas, já que em geral existem parentes diversos que moram no morro, ou até na mesma casa, e que também participam da dinâmica familiar.

O estado civil dos homens e mulheres que residem na comunidade podem revelar mais detalhes, mesmo que superficiais, sobre esta dinâmica familiar. A tabela apresentada a baixo aponta um mapeamento dessa questão:

### Mapeamento dos Moradores por Estado Civil, Sexo e Faixa Etária

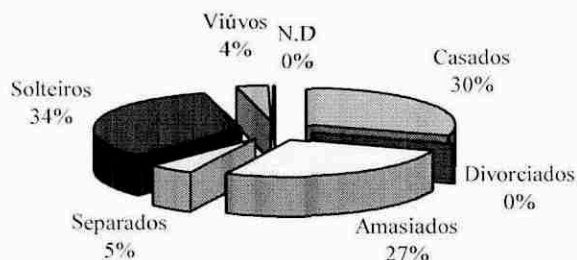
Mulheres		Casado	Divorciado	Amasiado	Separado	Solteiro	Viúvo	N. D	Total
	10 - 15 anos	1		2	1	28			32
	16 - 20 anos	4		17		25		1	47
	21 - 25 anos	12		25		19			56
	26 - 30 anos	15		20	6	11			52
	31 - 35 anos	21	1	20	2	4	2		50
	36 - 40 anos	16		9	1	4	1	1	32
	41 - 50 anos	29		1	8	1	3		42
	51 - 60 anos	10		2	6	1	4		23
	61 - 98 anos	1			1		7		9
	N.D				1				1
	<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>1</b>	<b>96</b>	<b>26</b>	<b>93</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>344</b>

<b>Homens</b>									
10 - 15 anos					40				40
16 - 20 anos	2		6		56				64
21 - 25 anos	8		30		28				66
26 - 30 anos	13		24	2	11				50
31 - 35 anos	19		17		7				43
36 - 40 anos	16		8	5	3				32
41 - 50 anos	24		7	1	3				35
51 - 60 anos	17		4	2	1	3			27
61 - 98 anos	5					6			11
N.D			2						2
<b>Total</b>	<b>104</b>		<b>98</b>	<b>10</b>	<b>149</b>	<b>9</b>			<b>370</b>

Como foi possível observar nas faixas etárias mais jovens (10 a 15 e 16 a 20 anos) e também no número de solteiros que vai diminuindo a medida em que as faixas etárias vão aumentando, as mulheres estabelecem relações conjugais um pouco mais cedo que os homens, o que pode indicar que elas assumam responsabilidades com filhos e família mais cedo que os homens. Outro dado interessante que a análise desta tabela permitiu vislumbrar foi o fato do número de mulheres que se declaram casadas ser maior que o número de homens que declaram se encontrar no mesmo estado civil, ao passo que, o número de homens que se declaram amasiados é maior que o número de mulheres que declaram na mesma situação. Talvez estes dados indiquem um certo constrangimento nestas famílias em assumir uniões conjugais estabelecidas em termos consensuais. Outro dado que chama a atenção nesta tabela é o fato do número de mulheres que declararam separadas ou divorciadas (total de 27) ser consideravelmente maior que os homens que se declararam na mesma situação (total de 10), assim como o número de viúvas (17) e viúvos (9). Isso pode indicar que muitas destas mulheres chefiem as casas sozinhas, o que segundo os dados do IBGE apresentados no primeiro capítulo, pode indicar uma vulnerabilidade social e econômica maior. Chama a atenção também o fato de que as separações se dão quase que maciçamente em termos informais, já que a tabela demonstrou apenas uma mulher divorciada (separação legal).

A questão do estado civil também pode ser representada de uma maneira mais sintética:

### Mapeamento do Estado Civil dos Moradores



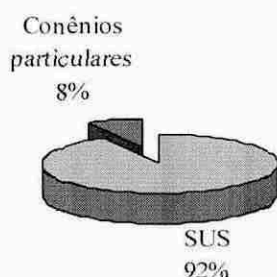
A tabela e o gráfico apresentados demonstram que o arranjo familiar que prevalece é o nuclear, representando 57% do total. Prevalece entre os casais, a união legalizada, seguida pela união consensual, sendo que a diferença percentual entre as duas é de apenas 3%. Considerando que as uniões consensuais assumem uma vulnerabilidade maior, talvez esses dados indiquem uma rotatividade de relações onde o processo de separação e a formação de um novo núcleo familiar é muito mais simples já que não precisa de uma intervenção judicial.

Outra questão fundamental para se pensar a cidadania feminina no contexto da Comunidade do Morro da Penitenciária é a saúde. A realidade vivenciada pela comunidade no que tange ao acesso aos serviços de saúde reflete o caráter já socialmente consolidado de políticas de saúde. De acordo com Costa (2000), as políticas de saúde no Brasil são de cunho curativo e paliativo e não preventivo, já que o modelo de saúde é Hospitalocêntrico. A política de descentralização dos serviços de saúde é algo recente no Brasil e o governo federal vem buscando repassar a responsabilidade com a saúde para o estado, para o município e principalmente para a iniciativa privada.

O sucateamento do setor de saúde no Brasil faz com que se racionalize políticas públicas na área da saúde. A lógica do sucateamento está diretamente relacionada a lógica neoliberal que prevê a diminuição do Estado pela sua retirada do setor social, nessa lógica se coloca a privatização dos serviços públicos. Nesse processo a saúde se torna privilégio de quem pode pagar e os segmentos mais empobrecidos da população têm seu direito lesado e até negado mediante as intermináveis filas de espera que se estabelecem em frente

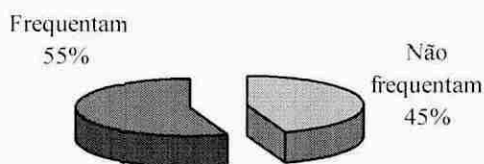
aos hospitais e postos de saúde. É justamente essa a realidade vivenciada pela comunidade, já que a maioria das pessoas que lá habitam dependem unicamente dos serviços públicos e gratuitos de saúde, como demonstra o gráfico apresentado a seguir:

#### **Mapeamento das famílias por utilização do convênio médico**



Essas famílias que dependem em sua maioria unicamente dos serviços oferecidos pelo SUS, têm o acesso à saúde ainda mais prejudicado pelo fato de que não há na comunidade um posto de saúde, fazendo com que estas pessoas de recursos escassos tenham que se deslocar para outros bairros para serem atendidas. A necessidade de se construir um posto de saúde na comunidade pode ser detectada por questões como esta apresentada no gráfico a seguir:

#### **Mapeamento das Famílias por frequência ao dentista**



Esse número de 45% de pessoas que não frequentam o dentista é bastante expressivo e pode servir de instrumento para reivindicação de um posto de saúde que possua equipamentos e profissionais possam trabalhar junto a esta população a questão da



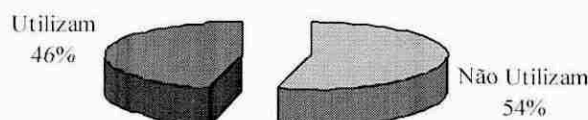
saúde e higiene bucal. Há ainda outros indicadores da necessidade de um posto de saúde na comunidade relacionados mais especificamente a saúde da mulher. Um desses indicadores diz respeito à saúde reprodutiva dessas mulheres.

Quando se pensa em saúde reprodutiva logo se lembra da questão da utilização de métodos anticoncepcionais. A invenção e massificação destes métodos, especialmente a *pílula anticoncepcional* considerada um dos métodos mais seguros, contribuiu significativamente para modificar a vida de milhares de mulheres no mundo inteiro. A utilização destes métodos, de certa forma contribuiu para quebrar o paradigma da mulher situada necessariamente na esfera privada e muitas vezes excluída dos direitos da cidadania, já que ter filhos deixou de ser obrigatoriamente uma trajetória de vida, para ser apenas uma etapa da vida da mulher, cujo momento mais adequado poderia ser escolhido pela mesma.

Ingressar no mercado de trabalho, estudar e participar politicamente, embora possuísse muitos entraves dados por construções sociais rígidas, passaram a ser atividades cada vez mais incluídas nas trajetórias de muitas mulheres uma vez que passou a ser possível através dos métodos anticoncepcionais, evitar ou diminuir o número de filhos. Nesta perspectiva a utilização de métodos anticoncepcionais pode ser pensada como um direito de cidadania, assim como todas as questões que dizem respeito à saúde reprodutiva.

As mulheres da comunidade parecem não usufruir plenamente deste direito, como pode ser observado na seguinte representação gráfica:

**Mapeamento das mulheres que utilizam  
métodos anticoncepcionais**



O gráfico acima apresentado demonstra que mais da metade das mulheres da comunidade não utilizam métodos anticoncepcionais, fato este bastante limitador da cidadania feminina neste contexto.

Entretanto, é preciso considerar que para a obtenção deste dado muitos homens foram entrevistados, já que o levantamento não se direcionava somente a mulher, mais a comunidade como um todo, sendo que qualquer pessoa adulta da família poderia responder ao questionário. É provável que alguns deles não soubessem precisar se as mulheres utilizavam ou não anticoncepcionais, ou quais eram os métodos utilizados por elas.

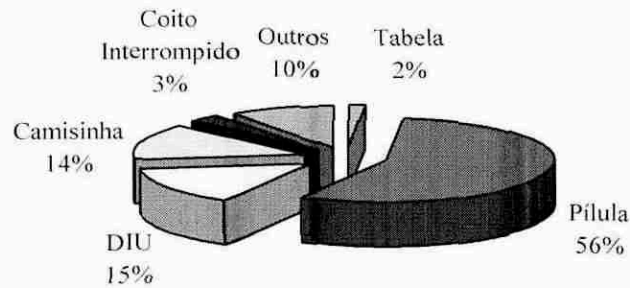
Outra questão importante, que pode ser considerada no que tange a utilização de métodos anticoncepcionais, é que a utilização dos mesmos requer da mulher um certo conhecimento em relação ao seu corpo e também o acesso a informações corretas a respeito dos mesmos. Tabus e mitos, são questões que sempre permearam a sexualidade da mulher.

Em seu estudo sobre sexualidade nas camadas de baixa renda, Quintas (1986) constata que a tentativa de planejamento familiar escapa aos anseios dessa população. De acordo com a autora existe a vontade de limitar o número de filhos nessas famílias, *"mas esse projeto ainda é feito de forma inteiramente aleatória, assistemática e desordenada."* (p. 148).

Cabe ressaltar também, que o homem, nesses segmentos sociais, de acordo com a autora, nunca é visto como o responsável pelo uso de métodos anticoncepcionais, pois considera isso uma questão essencialmente feminina.

Ainda sob a questão da utilização de métodos anticoncepcionais é preciso destacar que das 45% que utilizam algum método foi possível traçar o seguinte mapeamento:

### Maapeamento por tipo de método anticoncepcional

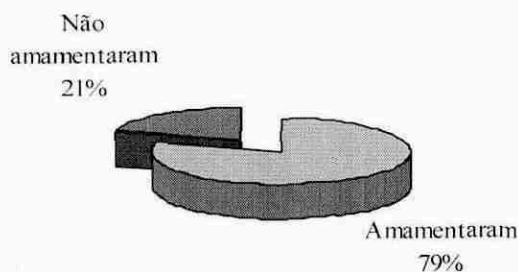


Como foi possível perceber, a pílula é o método anticoncepcional mais utilizado na comunidade, seguida do DIU e da camisinha. Vale destacar o fato de que o diafragma não apareceu no levantamento feito e que na opção outros que representa 10% do total, o que mais apareceu foi a laqueadura e o que menos apareceu foi a vasectomia. Sabe-se que a laqueadura não é um método anticoncepcional muito adequado, especialmente para a população desta comunidade que é predominantemente jovem, como já foi destacado aqui.

A crescente realização de laqueaduras realizadas no Brasil, na maioria das vezes não faz parte de um processo de conscientização e escolha de métodos adequados, mais de uma indústria que favorece mais aos setores privados da saúde do que as próprias mulheres. Se as mulheres desta comunidade e de muitas outras comunidades carentes do país tivessem realmente consciência do funcionamento do próprio corpo, da sua sexualidade e dos métodos mais adequados para cada uma delas, com certeza não seriam tão facilmente induzidas à esterilização, método esse que além de ser irreversível, sai bem caro aos cofres públicos e cujo pagamento quase sempre se destina aos cofres das empresas privadas de saúde que conveniadas ao SUS realizam essas cirurgias.

Ainda em relação a saúde reprodutiva, vale destacar os dados que revelam a questão da amamentação:

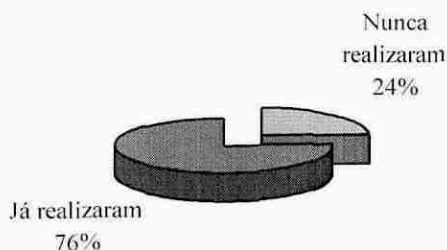
### Mapeamento das mulheres que amamentaram



Como foi possível perceber, a maioria dessas mulheres, mesmo vivendo em condições bastante adversas e em alguns casos enfrentando problemas de saúde como a subnutrição, afirmam ter amamentado seus filhos. Alimentar os filhos com leite materno pode representar para as mulheres desta comunidade mais que uma escolha, uma questão de sobrevivência, já que não poder amamentar ou optar por não fazê-lo pesaria muito mais nas despesas destas famílias, na compra de leite de origem animal ou até mesmo vegetal (leite de soja), pois algumas crianças não se adaptam ao primeiro. Em relação a este mapeamento, é preciso considerar o número de 21% de mulheres que não amamentaram. Este número embora esteja muito abaixo da metade do total, merece mais atenção e quem sabe até uma pesquisa mais detalhada a respeito dos motivos da não amamentação e campanhas de incentivo e esclarecimento sobre o ato e as vantagens de amamentar.

Com relação aos exames preventivos, a pesquisa realizada entre as 261 famílias revelou o seguinte quadro:

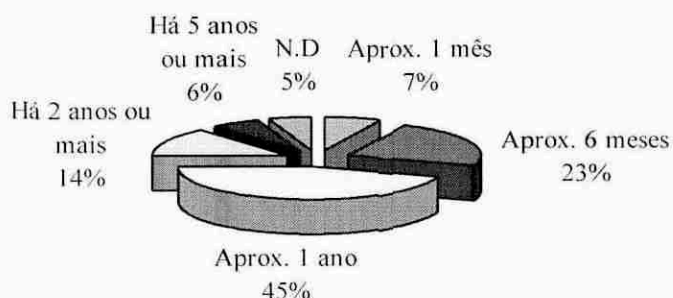
### Mapeamento das mulheres que realizaram exames preventivos



Como foi possível observar no gráfico acima apresentado, de acordo com as famílias entrevistadas a maioria das mulheres que se encontra na idade de fazer preventivos já o fez, o que já é bastante positivo para prevenir doenças tão graves e economicamente dispendiosas como o Câncer de colo de útero e o de mama, por exemplo. Incentivar este tipo de exame é fundamental para esta comunidade que se encontra tão limitada no acesso aos serviços de saúde – um direito de cidadania tão fundamental. Por outro lado, os 24% de mulheres que nunca realizaram exames preventivos apesar de representar uma porcentagem bem reduzida em relação ao total, merece destaque quando se pensa que doenças como o câncer podem ser mais facilmente contornadas ou curadas quando se descobre no início, evitando assim, o adoecimento, a morte e o sofrimento destas famílias, bem como o desperdício do dinheiro público destinado a saúde. Questões como esta sempre merecem cuidado e atenção redobrada, portanto a realização de campanhas de esclarecimento sobre a necessidade e importância da realização de tais exames é fundamental, sobretudo em comunidades como estas, onde vivem tantas pessoas privadas de informações e dos serviços de saúde.

O tempo de realização de exames preventivos é um outro dado que pode ser analisado e que também diz do cuidado dessas mulheres com a sua saúde. O gráfico a seguir apresenta um mapeamento a respeito desta questão:

#### **Mapeamento por tempo de realização dos exames preventivos**



O tempo recomendado para a realização desse exame varia conforme a faixa etária em que a mulher se encontra.<sup>15</sup> A análise do gráfico aponta que o tempo de realização dos exames em relação a época em que o levantamento socioeconômico foi realizado – em maio de 2001 - era relativamente recente revelando uma possível preocupação por parte dessas mulheres com a sua saúde. Da faixa de tempo que vai de 1 mês a 1 ano há uma soma total de 75% de mulheres que realizaram o exame preventivo em prazo considerado regular (deve ser feito, salvo as exceções, anualmente). Esse dado se contrapõe a questão da longevidade, já que análise da faixa etária aponta que as mulheres vivem menos. Em relação a taxa de 5% de não declarados, mais uma vez é preciso considerar que alguns dos entrevistados eram homens, sendo que alguns deles não sabiam responder sobre a realização dos exames preventivos de suas mulheres.

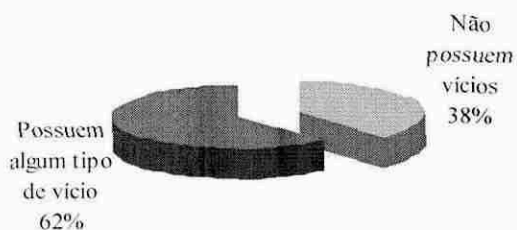
Ainda em relação à saúde das mulheres, temos um outro dado relativo agora aos vícios que as mesmas possuem. A inclusão da questão do vício, nas questões de saúde referentes às mulheres se deve ao fato de que atualmente a dependência química passou a ser mais encarada pela sociedade como uma doença, enfim, como uma questão de saúde. Um exemplo disso é que a dependência foi recentemente incluída no rol das doenças reconhecidas pelo Ministério da Saúde, marcando assim, o início de uma mudança a respeito dessa questão, que até bem pouco tempo atrás era encarada como um desvio de caráter. Por muito tempo a dependência foi tolerada, mas hoje ela assumiu uma dimensão social muito mais ampla por todas as consequências que ela implica.

Em uma análise percentual da comunidade como um todo foi possível obter o seguinte rastreamento a respeito da questão dos vícios e/ou dependência química:

---

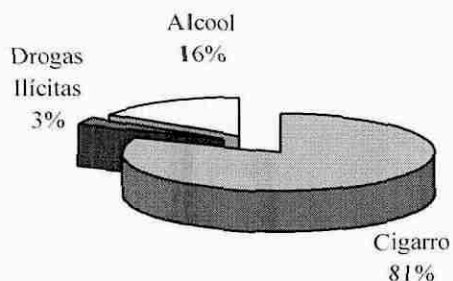
<sup>15</sup> De acordo com o Ministério da Saúde, a mulher deveria realizar um exame preventivo ao ano a partir dos 20 anos de idade e um a cada seis meses a partir dos 35 anos de idade, ou ainda um exame a cada seis meses, em qualquer idade a partir dos 20 anos, se algum dos exames preventivos realizados anteriormente tiver um resultado que mereça mais atenção.

### Mapeamento dos moradores que possuem vícios



Como foi possível perceber, esse percentual é consideravelmente alto e na vivência cotidiana destas famílias pode implicar não somente em problemas de saúde mais em conflitos sócio-familiares, principalmente quando estes vícios dizem respeito à ingestão de bebidas alcoólicas e consumo de drogas ilícitas (como maconha, crack, etc.). Em relação ao tipo de drogas consumidas temos o seguinte quadro:

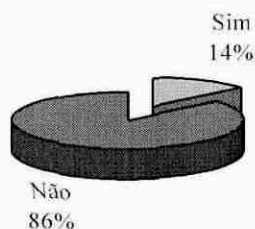
### Mapeamento por tipo de drogas utilizadas



É preciso considerar também entre os 62% que possuem algum vício, ligado ao consumo de algum dos três tipos de drogas acima indicados, há aqueles que utilizam mais de um tipo de droga, como será possível observar no gráfico apresentado a seguir:



### Mapeamento de pessoas que utilizam mais de um tipo de drogas



Estes números tão expressivos a respeito do uso de drogas nessa comunidade merecem algumas considerações, pautadas em autores que tomaram o uso de drogas como objeto de seu estudo. De acordo com Vieira (1998), há no cenário nacional o predomínio de uma convenção sócio-cultural que associa a palavra drogas apenas a substâncias como a maconha ou o crack, não considerando o álcool e o cigarro como drogas, que são os dois tipos de drogas mais conhecidas e mais usadas no Brasil e no mundo. Este tipo de pensamento, além de prejudicar o bom desempenho das poucas campanhas que ainda são feitas, contribui para que estas drogas façam parte cada vez mais cedo da vida dos brasileiros.

É isto o que demonstra uma pesquisa realizada recentemente em Santa Catarina nas escolas de Blumenau, pelo Comem (Conselho Municipal de Entorpecentes). Lá os adolescentes estão bebendo muito e cada vez mais cedo. O resultado da pesquisa que abrangeu crianças entre 10 e 14 anos, demonstra que 59% de um total de 515 estudantes, já experimentaram algum tipo de droga, 60% já provaram bebidas alcoólicas, 35% já fumaram e 5% já experimentaram outras drogas como maconha, cocaína e cola de sapateiro. (VIEIRA,1998)

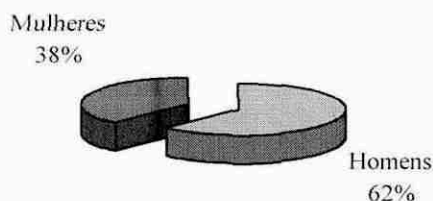
Contudo, como foi possível visualizar nos gráficos acima apresentados, os moradores citam mais o cigarro (81%) e o álcool (16%), sendo que as drogas chamadas ilícitas aparecem em um percentual bem menor (3%). Através destes dados, ainda que superficiais, foi possível perceber a convenção sócio-cultural de que trata Vieira (1998). Apareceram justamente na ordem em que as pessoas de uma forma geral, pensam a questão

da utilização de drogas, ou seja, a visão de que consumir cigarros e bebidas não traz tantos problemas para as famílias e danos a saúde, como trazem o consumo de drogas ilícitas.

O importante para a comunidade é que a questão das drogas mantenha-se como um assunto sempre em debate, afinal tratando-se de drogas é bem mais fácil prevenir do que remediar. De acordo com Therezo Júnior (2000), existem muitas formas de realizar essa prevenção: a abordagem precoce, a criação de programas educativos, a mobilização da comunidade, a realização de levantamentos estatísticos, possibilitar a realização de atividades de lazer e recreação, estabelecimento de metas comunitárias, incentivo a formação de profissionais especializados no assunto, promoção de debates, estabelecimento de programas e mobilização da opinião pública; são exemplos de ações de caráter preventivo, que governos e comunidade podem estar traçando para reduzir e prevenir o consumo de drogas.

Já em relação à distribuição de vícios entre homens e mulheres foi possível realizar o seguinte mapeamento:

**Mapeamento da utilização de drogas por  
sexo**

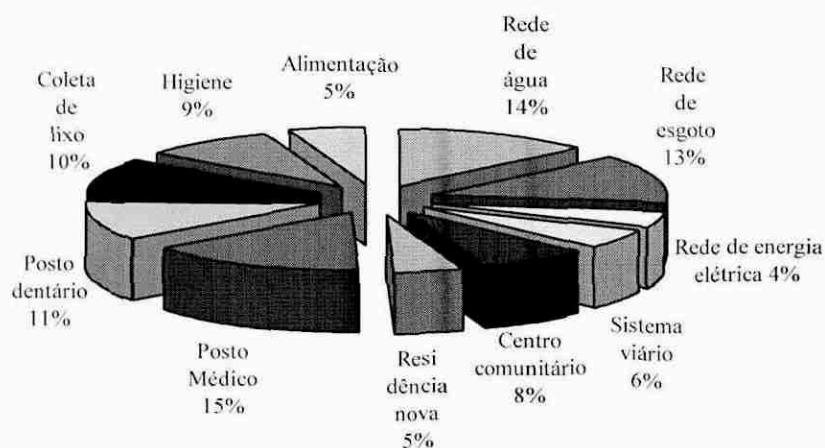


O mapeamento acima apresentado só foi possível porque junto a pergunta que contemplava a questão do vício no questionário aplicado (ver anexo, item 5.7.4) havia uma indagação a respeito de quem fazia uso de drogas. Assim, através dessas anotações, trabalhosamente tabuladas, foi possível obter este dado que demonstra que as mulheres possuem bem menos vício que os homens. Entretanto, é preciso considerar que fatores como a vergonha ou até o entendimento em relação ao que é ou não droga é bastante variado, de forma que é possível que ao responder aos questionários, muitas das entrevistadas não tenham considerado o cigarro ou o álcool como um tipo de droga. Ainda é preciso considerar que o uso de determinadas drogas como o álcool, por exemplo, é

bastante velado pela sociedade que discrimina e repreende a mulher enquanto tolera, de certa forma, a utilização dessas substâncias por parte dos homens.

Essa questão dos vícios, bem como as outras questões relacionadas à saúde da mulher e comunidade como um todo, apontam para necessidade de se ter um posto de saúde na comunidade, demanda esta colocada pelos próprios moradores no levantamento realizado, como veremos no gráfico a seguir:

**Mapeamento da opinião dos moradores a respeito do que é preciso para melhorar a saúde da comunidade**



Como foi possível observar no gráfico acima apresentado a construção de um posto de saúde na comunidade do Morro da Penitenciária aparece em primeiro lugar na opinião dos moradores com a porcentagem de 15%. No entanto, esta demanda deverá ser problematizada pela Associação de Moradores na relação com o posto de saúde da Agrônômica e com o hospital Universitário, pois a comunidade faz parte da abrangência destas duas instituições voltadas a saúde comunitária. É necessário fazer essa sugestão pois os serviços de saúde comunitária exigem equipe e recursos materiais e financeiros de alto custo e que precisam ser utilizadas de forma otimizada, participativa e democrática, principalmente no que se refere à proporcionalidade entre equipe médica e número de

habitantes. Destacam-se também, segundo a opinião dos moradores, as demandas por uma rede de água (14%), rede de esgoto (13%), posto dentário (11%) e coleta de lixo (10%).

As questões relacionadas à saúde não são as únicas limitadoras da cidadania feminina neste cenário. Existem ainda outros fatores que devem ser levados em conta para se identificar as condições em se formulam a cidadania para essas mulheres, um deles é a educação, como veremos no gráfico a seguir:

### Mapeamento do Grau de Escolaridade de Homens e Mulheres

<b>Mulheres</b>											
<b>Faixa Etária</b>	<b>1º GC</b>	<b>1º GI</b>	<b>2º GC</b>	<b>2º GI</b>	<b>3º GC</b>	<b>3º GI</b>	<b>Analfabeto</b>	<b>Pré-escolar</b>	<b>N. D</b>	<b>Total</b>	
6 - 10 anos		34						25		<b>59</b>	
11 - 15 anos	2	58		1					1	<b>62</b>	
16 - 20 anos	4	33	2	4		2			2	<b>47</b>	
21 - 25 anos	2	39	6	6					3	<b>56</b>	
26 - 30 anos	10	32	2	4			1		3	<b>52</b>	
31 - 35 anos	8	38		1					3	<b>50</b>	
36 - 40 anos	5	17	3	3			2		2	<b>32</b>	
41 - 50 anos	1	34		1			2		4	<b>42</b>	
51 - 60 anos		11					5		7	<b>23</b>	
61 - 98 anos		3					2		4	<b>9</b>	
N.D		1								<b>1</b>	
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>300</b>	<b>13</b>	<b>20</b>		<b>2</b>	<b>12</b>	<b>25</b>	<b>29</b>	<b>433</b>	
<b>Homens</b>											
6 - 10 anos		38								<b>58</b>	
11 - 15 anos	2	60		3				18	2	<b>66</b>	
16 - 20 anos	4	38	4	15					1	<b>64</b>	
21 - 25 anos	5	48	3	3		1	3		3	<b>66</b>	
26 - 30 anos	2	41	3	1			1		3	<b>50</b>	
31 - 35 anos	8	28	2	1					2	<b>43</b>	
36 - 40 anos	2	26	1				2		4	<b>32</b>	
41 - 50 anos	4	24		1			1		1	<b>35</b>	
51 - 60 anos	2	16			1		2		5	<b>27</b>	
61 - 98 anos	1	4					3		6	<b>11</b>	
N.D		2							3	<b>2</b>	
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>325</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>30</b>	<b>554</b>	

Essa tabela demonstra que a maioria das mulheres não completou o primeiro grau, assim como os homens. Considerando que os homens estão em maior número pode-se deduzir que homens e mulheres têm praticamente o mesmo nível de escolaridade. Essa semelhança se repete também no número de analfabetos (12) para os dois sexos.

Esse baixo nível de escolaridade reflete o quanto ainda falta para esta comunidade e especificamente para estas mulheres no processo de conquista dos direitos da cidadania.

Esse processo, como já foi dito no primeiro capítulo, não se dá de uma forma linear, mas certamente deve vir acompanhado de conhecimento, ou no mínimo, como coloca Lacerda (2000), de uma instrução básica para que se alcance autonomia e independência, fatores cruciais para o exercício da plena cidadania. Essa instrução básica certamente não se aproxima da realidade vivenciada por estas mulheres que completaram em sua maioria até a terceira ou quarta série, mas diz respeito à criação de condições para desenvolver uma consciência crítica, o que não acaba ocorrendo quando se abandona, ou se é obrigado a abandonar, muito cedo a escola.

Essa escolaridade acaba produzindo reflexos na inserção desses homens e dessas mulheres no mercado de trabalho em ocupações que exigem menos qualificação e que conseqüentemente apresentam um salário menor, bem como uma fragilidade nos vínculos empregatícios.

Neste sentido, a seguinte representação gráfica permite visualizar a configuração da situação empregatícia para homens e mulheres:

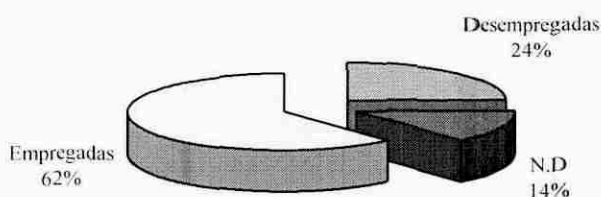
#### Mapeamento da situação empregatícia entre mulheres e homens

<b>Mulheres</b>									
<b>Faixa Etária</b>	<b>CLT</b>	<b>RJU</b>	<b>Empregado Informal</b>	<b>Desempregado</b>	<b>Aposentado</b>	<b>Autônomo</b>	<b>N. D</b>	<b>Total</b>	
16 - 20 anos	8		9	13			17	47	
21 - 25 anos	24		13	14			5	56	
26 - 30 anos	20		15	14			3	52	
31 - 35 anos	22		12	14			2	50	
36 - 40 anos	12		14	3			3	32	
41 - 50 anos	20	1	8	9			4	42	
51 - 60 anos	5		6	6			6	23	
61 - 98 anos				3	2		4	9	
N.D	1							1	
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>1</b>	<b>77</b>	<b>76</b>	<b>2</b>		<b>44</b>	<b>312</b>	
<b>Homens</b>									
16 - 20 anos	17		13	12			22	64	
21 - 25 anos	29		22	15				66	
26 - 30 anos	19		21	9			1	50	
31 - 35 anos	23		11	5		1	3	43	
36 - 40 anos	16		10	5			1	32	
41 - 50 anos	21	2	5	4			3	35	
51 - 60 anos	10		11	5			1	27	
61 - 98 anos	3		1	3	2		2	11	
N.D	1			1				2	
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>2</b>	<b>94</b>	<b>59</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>33</b>	<b>330</b>	

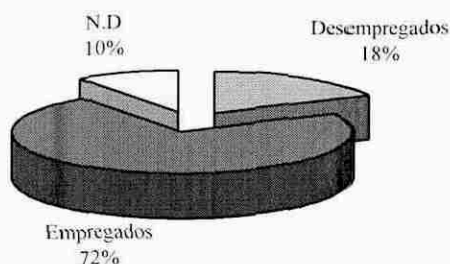
Considerando que os homens estão em maior número neste mapeamento, pode-se dizer que homens e mulheres encontram-se praticamente na mesma situação no se refere ao trabalho formal (CLT e RJU) e informal, com uma pequena vantagem para os homens.

Vale destacar que tanto entre mulheres quanto entre homens predomina o vínculo formal de trabalho, seguido por alto número de trabalhadores informais para ambos os sexos. Homens e mulheres também encontram-se na mesma situação no que se refere ao número de aposentados, que se demonstrou muito baixo na comunidade e que aparentemente está ligada a baixa expectativa de vida nesta comunidade, como já foi constatado na análise da faixa etária. Chama atenção o fato das mulheres mesmo se encontrando em menor número neste mapeamento apresentarem um número de desempregadas bem maior em relação aos homens, que calculado em termos percentuais apresenta uma diferença de 5% a mais de desemprego para as mulheres, com demonstram os gráficos a seguir:

**Mapeamento das mulheres em situação de desemprego**



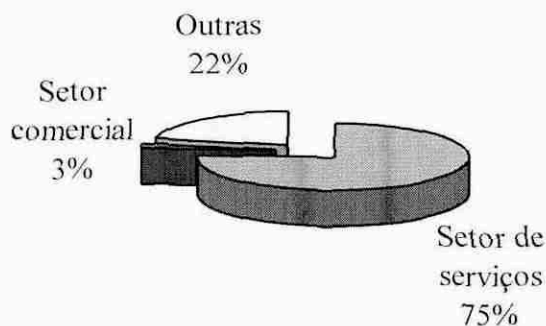
**Mapeamento dos homens em situação de desemprego**



O fato das mulheres apresentarem um índice de desemprego maior em relação aos homens reflete a realidade nacional na qual, segundo o IBGE, as mulheres permanecem mais tempo em situação de desemprego. Pode estar ligado também, a condição dessas mulheres no âmbito dessas famílias, desenvolvendo o tradicional papel de responsáveis pelos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos, enquanto os homens desenvolvem unicamente o papel de provedor dessas famílias. Certamente esse índice maior de desemprego reflete-se na efetivação cotidiana da cidadania entre as mulheres, já que a fonte de renda poderá em muitos casos depender unicamente dos salários recebidos pelos maridos e companheiros e do quanto acham justo dividir com a família. Dessa forma, essa assimétrica maneira de investir na família para homens e para mulheres vai variavelmente influir, como colocou Saraceno (1995) no primeiro capítulo, no poder de decisão, no estabelecimento de prioridades e nos direitos de consumo dentro dessas famílias, com o agravante de serem predominantemente famílias de baixa renda, como será possível observar mais adiante.

Os setores de trabalho nos quais se inserem esses homens e mulheres também trazem informações a respeito da diferenciação na efetivação da cidadania para ambos os sexos. Os gráficos apresentados a seguir ilustram essa situação:

**Mapeamento dos setores de serviços nos quais se inserem as mulheres**





### Mapeamento dos setores de serviço nos quais se inserem os homens



Embora homens e mulheres concentrem-se predominantemente no setor de serviços, não se pode considerar que eles se inserem no mercado de trabalho com igualdade de condições. As mulheres encontram-se inseridas no mercado de trabalho, e mais especificamente no setor de serviços, em ocupações diretamente relacionadas ao universo doméstico, sendo as profissões que mais apareceram foram às ocupações de doméstica, faxineira, babá, auxiliar de cozinha, além daquelas que se declararam como dona de casa. Já os homens se inserem no setor de serviços em sua maioria nas ocupações de pedreiro, carpinteiro, servente de pedreiro e vigia, ocupações que com certeza se diferem bastante das atividades que desenvolvem na esfera privada e familiar.

Isso demonstra que de alguma forma ainda não ocorreu o rompimento total daquele valor socialmente construído, de que as tarefas domésticas são exclusividade das mulheres. Esses homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho seguindo a lógica dos papéis de gênero, onde determinadas tarefas, valores, práticas e comportamentos estão socialmente atribuídos ao sexo biológico.

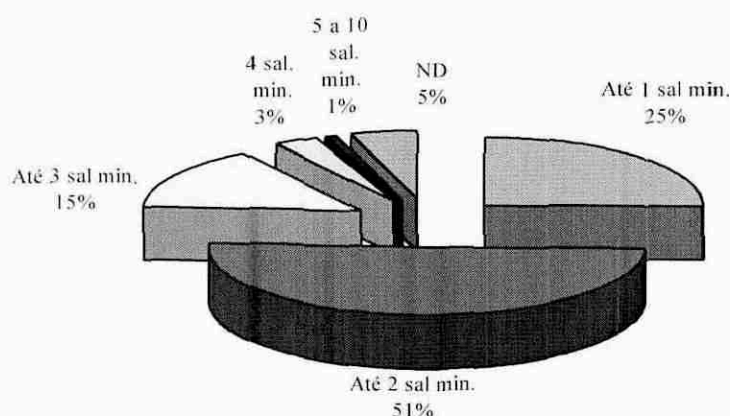
Esta divisão sexual do trabalho por muito tempo relegou as mulheres a esfera privada e que ainda hoje pode significar um fator que contribui para a exclusão maior das mulheres dos direitos de cidadania. Além disso, essa forma de se inserir no mercado de trabalho reflete a baixa qualificação e escolaridade dessas pessoas.

A forma como esses homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, pode indicar ainda, uma realidade vivenciada por um número cada vez maior de mulheres que é a

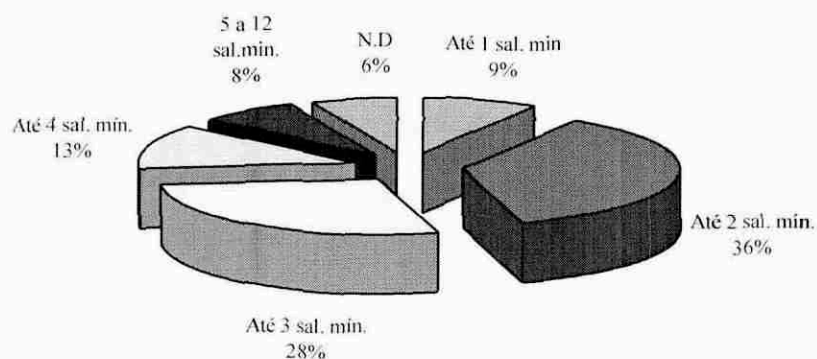
dupla jornada de trabalho. As mulheres não conseguem se desvincular do trabalho doméstico, de forma que exercem o mesmo tipo de atividade dentro e fora de casa. Isso significa trabalhar muito mais tempo que os homens e ter um rendimento monetário menor, já que o trabalho doméstico dentro de casa não é remunerado.

Nesta perspectiva, o rendimento monetário é outro fator que precisa ser considerado para se pensar a cidadania feminina neste contexto. Nesse sentido, os gráficos apresentados a seguir são esclarecedores:

#### Mapeamento do rendimento das mulheres



#### Mapeamento da rendimento dos homens

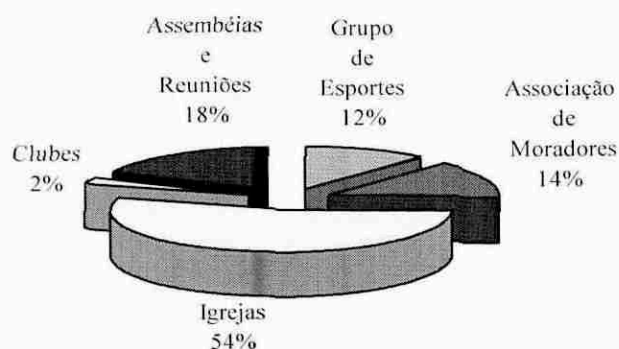


Como foi possível perceber a diferença no rendimento de homens e mulheres nesta comunidade é marcante, enquanto 25% das mulheres ganham até 1 salário mínimo, somente 9% dos homens ganham o mesmo. Essa diferenciação se reverte para as mulheres na segunda faixa salarial que de é 2 salários mínimos, sendo que 51% das mulheres ganham aproximadamente esta quantia, enquanto 36% dos homens ganham o mesmo. A desvantagem volta a aparecer para as mulheres na terceira faixa salarial que é de aproximada mente 3 salários mínimos, assim enquanto 28% dos homens concentram- se nessa faixa, 15% de mulheres que ganham o mesmo. Essa desvantagem para as mulheres aumenta conforme crescem as faixas salariais, sendo a diferença percentual entre os que os homens e as mulheres ganham na faixa salarial de 4 salários mínimos de 10% e na faixa de 5 a 12 salários mínimos é de 7%.

A situação empregatícia, as ocupações nas quais se inserem no mercado de trabalho e a desvantagem no rendimento monetário demonstram assim, o quanto estas mulheres ainda encontram-se limitadas na efetivação e exercício da cidadania em relação aos homens desta comunidade. Essa limitação reflete-se na sua participação nos espaços públicos da comunidade - *que foram e ainda são essenciais para a conquista de melhores condições de vida* - já que a fragilidade dos vínculos empregatícios, a falta de recursos econômicos e a falta de tempo colocam-se como empecilhos para a participação dessas mulheres.

Para se falar da participação das mulheres nestes espaços, é necessário que primeiramente se identifique de uma forma geral quais são os espaços e atividades de *cunho mais coletivo que mais mobilizam a comunidade como um todo*. O gráfico a seguir permite uma visualização de tais espaços e atividades, pela ordem em aparecem na opinião dos moradores:

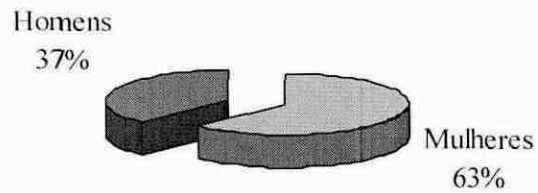
### **Mapeamento dos moradores de acordo com a mobilização e participação nos espaços públicos**



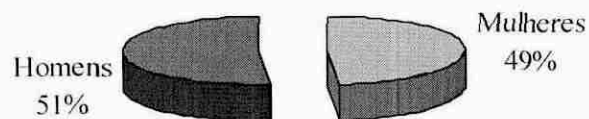
Como foi possível observar, o que mais mobiliza os moradores são as igrejas, que apesar de não possuírem um caráter político, foram essenciais para a realização do levantamento socioeconômico na comunidade, uma vez que a realização de missas e/ou cultos tornou-se um dos momentos oportunos para avisar e instruir os moradores a respeito de como e quando seria realizado. Ainda em relação ao gráfico acima apresentado, merece destaque as assembléias e reuniões (18%), a associação de moradores (12%) e os grupo de esportes (14%).

A partir deste primeiro mapeamento que identifica os espaços e atividades que mobilizam em maior e menor grau os moradores da Comunidade do morro da Penitenciária, foi possível estabelecer em cada uma das opções destacadas a comparação do índice de participação entre homens e mulheres. Vale destacar que essa comparação só foi possível porque junto ao item do questionário que identifica a atividade ou espaço público que alguns dos membros participam (5.8.4.1), havia outro item que especificava quem (grau de parentesco) e quantas pessoas participavam (5.8.4.2). As seguintes representações gráficas permitem a visualização de tais comparações:

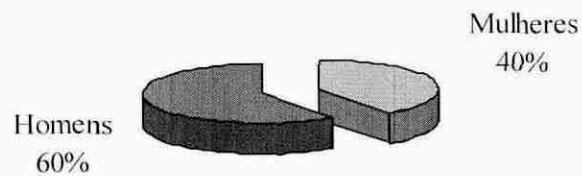
### Mapeamento da participação em igrejas por sexo



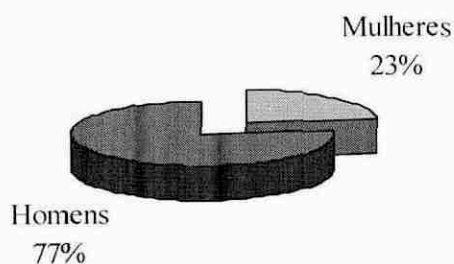
### Mapeamento da participação em assembléias e reuniões por sexo



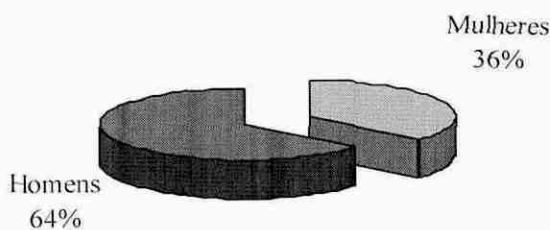
### Mapeamento da participação na Associação dos moradores por sexo



### Mapeamento da participação em grupos de esportes por sexo



### Mapeamento da participação em clubes

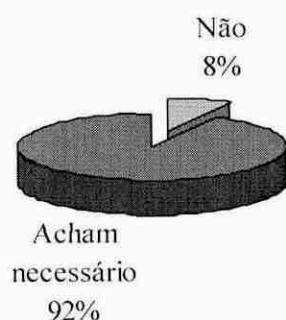


A análise dos gráficos acima apresentados permite perceber que a atividade ou espaço público que mais conta com a participação das mulheres é a igreja(s) e essa participação, representada pelo índice de 63%, é bem maior que a dos homens (37%). Em todas as outras atividades e /ou espaços públicos citados a participação da mulher é menor. A única opção que se aproxima um pouco da igualdade no percentual de participação são as assembleias e reuniões, cuja diferença percentual entre a participação de homens e mulheres é de apenas 2%. Talvez a diferença seja menor neste caso porque as mulheres, consigam perceber que a participação ou não nas assembleias ou reuniões pode atingir diretamente suas condições de vida, como é caso das freqüentes reuniões para tentar buscar

soluções para falta de água na comunidade. A pouca ou não participação destas mulheres em tais espaços e atividades pode estar relacionada a uma série de fatores. Um deles diz respeito a histórica e tradicional exclusão do povo brasileiro dos processos de decisão, que contribuiu para que gerasse uma cultura política e formação autoritária que impedem que as pessoas se percebam como sujeitos da própria história e que a sua mobilização e organização podem ser fundamentais para modificar suas condições de vida (COVRE, 1993 e GOHN, 1995). Outro fator que pode estar relacionado a esse baixo nível de participação é o resquício, continuidade ou não rompimento daquele rígido paradigma que relega as mulheres somente as atividades do espaço privado ou familiar e aos homens as atividades do espaço público, incluindo a participação do mundo político (GROPPI, 1995; SARACENO, 1995; ROSSI-DÓRIA, 1995). O baixo nível de participação nos espaços público pode estar ainda relacionado a fatores já colocado anteriormente como a falta de tempo, ocasionada, entre outros fatores, pela dupla jornada de trabalho.

Outros dados interessantes para contextualizar a condição da mulher enquanto cidadã nesta comunidade são aqueles referentes a algumas demandas colocadas pelas 261 famílias: Uma delas diz respeito a construção de uma sede comunitária, como demonstra o gráfico a seguir:

**Mapeamento de famílias que acham necessário a construção de uma sede comunitária**

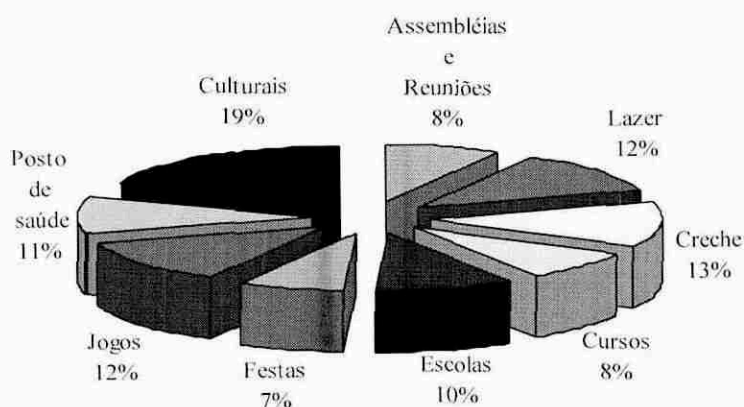


Destes 92% que acham necessário a construção de uma sede comunitária, foi possível detectar as atividades que estas famílias teriam interesse em estar desenvolvendo



caso seja construída referida sede. A seguinte representação gráfica permite vislumbrar estes variados interesses:

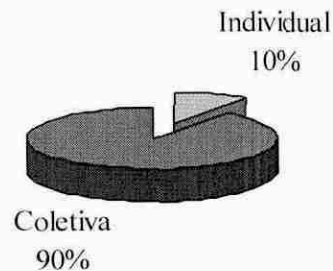
**Mapeamento da opinião dos moradores a respeito dos trabalhos/atividades que deveriam ser realizados caso houvesse uma sede comunitária**



Como foi possível observar, a construção de um centro comunitário poderia se tornar um canal de acesso ao atendimento a outras demandas da comunidade como desenvolver atividades culturais como sessões de vídeo, teatro e música (19%), o funcionamento de uma creche (13%), desenvolver atividades de lazer e recreação (12%), de prática de esportes/jogos (12%), o funcionamento de um posto de saúde (11%), de escolas (10%), de cursos profissionalizantes ou artesanais (8%) e outras como local para realização de reuniões e assembléias (8%) e festas (7%).

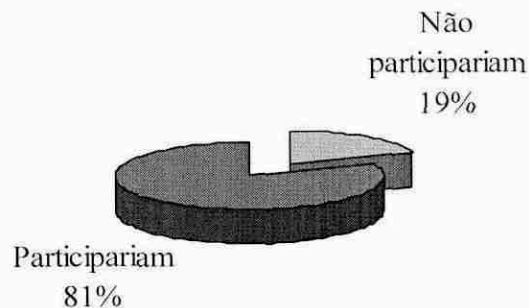
Apesar das limitações que as precárias condições de vida, a baixa escolaridade e baixo rendimento monetário colocam cotidianamente para a luta por serviços básicos e melhores condições de vida, estas famílias – e as mulheres no âmbito das mesmas – puderam através da realização do levantamento sócio-econômico expressar o que pode ser uma semente no que diz respeito a construção de uma cidadania coletiva na comunidade. Isso porque quando indagadas sobre a melhor forma de administrar a comunidade a maioria delas respondeu que seria a maneira coletiva como ilustra o seguinte gráfico:

### **Mapeamento da opinião das famílias a respeito da melhor forma de administrar a comunidade**



Essa vontade de administrar coletivamente a comunidade, foi reforçada também pelo fato das famílias se colocarem como disponíveis para realizar mudanças caso sejam necessárias, como demonstra a seguinte representação gráfica:

### **Mapeamento das famílias que teriam interesse em participar de mutirões para a melhoria da comunidade**



Ainda em relação às mulheres da comunidade, inseridas neste cenário onde os moradores começam a expressar a necessidade de construir estratégias mais coletivas de enfrentamento das difíceis condições de vida, é preciso fazer algumas considerações. Como foi possível perceber, no que tange as causas relativas a condição da mulher na comunidade, percebe-se que não há uma luta ou um caráter de organização mais coletivo e

de maior alcance. Um exemplo disso, foi a criação da padaria comunitária dentro de um dos projetos da Casa da Criança, o de geração de gênero e renda. Esse projeto, cuja trajetória foi registrada por Moura (2000), representou um significado especial para as mulheres que dele participaram, mas não para as demais mulheres da comunidade, justamente porque não agregou esse caráter mais coletivo de construção de participação comunitária.

As mulheres desta comunidade, assim como muitas mulheres do Brasil e do mundo, se defrontam com uma série de questões relativas a própria existência do ser mulher nessa sociedade desigual e segregante. Suas condições de subsistência, que exigem cada vez mais formas de enfrentamento, desafiam essas mulheres a construírem cotidianamente estratégias de organização e articulação que dêem conta desse enfrentamento.

A descoberta de estratégias mais coletivas, embora extremamente necessária, ainda parece distante, mas não é impossível. As mulheres da comunidade, ainda tem muitas lutas para travar no sentido de realizar mudanças positivas e conquistas referentes a qualidade de vida da comunidade e especialmente em relação a elas mesmas em quanto mulheres cidadãs e sujeitos que constroem a própria história. O Serviço Social pode ser também coadjuvante dessas mudanças, essenciais para que aos poucos se construa não de uma maneira linear, porque em geral as mudanças envolvem conflitos e as vezes até retrocessos, mas dialeticamente, tirando proveito até mesmos das contradições no sentido de contribuir para a construção/ampliação da cidadania no cotidiano dessas pessoas e mais especificamente destas mulheres.

### **CAPÍTULO III – POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO MORADORES DA COMUNIDADE E SERVIÇO SOCIAL NA CONQUISTA DA CIDADANIA**

A presença do Serviço Social na Comunidade do Morro da Penitenciária em momentos diversos se confunde – como será possível ver no primeiro item deste capítulo – com a história da própria comunidade, no que diz respeito as suas lutas por melhores condições de vida. A breve recuperação histórica presença do Serviço Social junto à comunidade será essencial, pois análise, ainda que em linhas gerais, do que a parceria entre assistentes sociais e comunidade foi capaz de produzir até agora, servirá de subsídio, para se pensar novas formas de intervenção profissional.

O recente levantamento socioeconômico realizado na comunidade, bem como as pesquisas, análises e trabalhos realizados a partir do mesmo, possibilitam a proposição de novos caminhos a seguir para que a cidadania se efetive de fato no cotidiano das pessoas que lá habitam. O apontamento de tais proposições é objetivo norteador deste capítulo e foram situadas mais especificamente no segundo item do mesmo.

## 8 Breve Histórico da presença do Serviço Social na Comunidade

Tomando por base o trabalho desenvolvido por Moura (2000), será apresentado a seguir um pouco da trajetória do Serviço Social na Comunidade do Morro da Penitenciária.

Desde os seus surgimento, a Comunidade do Morro da Penitenciária se apresenta como um espaço que se caracteriza pela *necessidade e luta pela conquista de questões* relativas a melhoria das condições de vida das pessoas que lá habitam. Diante da ausência de uma série de serviços básicos, os moradores constroem uma história de luta e organização popular onde a força de vontade destes e o saber profissional do serviço social se fizeram presentes e complementares.

Na sua luta esta comunidade, a exemplo de outras de Florianópolis e Santa Catarina, contou com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que serviram de apoio no processo de organização popular, na busca de melhorias nas condições de vida e na politização de suas ações (MOURA 2000). Esta foi uma época em que a ala mais progressista da Igreja Católica constituiu-se enquanto espaço político de organização e participação das classes populares, no que se refere ao acesso aos mínimos sociais.

Em meados dos anos 80, surgem também os novos movimentos sociais que começam a explicitar publicamente realidades como os meninos e meninas de rua. A assistente social Hilda Lopes, juntamente com uma liderança da Comunidade e membro da Associação de Moradores, sr. Argeu Antunes Goulart, se integram à comissão local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas, o MNMMR, a fim de participar na discussão da problemática que ocorria nos grupos de reflexão ligados as CEBs. Aí tem início um processo de relação entre o que seria mais tarde a associação de moradores da comunidade e o Serviço Social.<sup>16</sup>

A realidade presente na comunidade, crianças e adolescentes vivendo temporariamente nas ruas, acelerou a discussão com a comissão do MNMMR, evidenciando a necessidade de encontrar estratégias para responder a esta demanda. A

---

<sup>16</sup> Um exemplo disso são os TCCs elaborados a partir da realidade vivenciada nesta comunidade: LOPES (1984), RIBEIRO e FERREIRA (1984), KLOCK (1994), KACZUR (1995), MOURA (2000), KERING (2000) e PADUANI (2000); além de da tese de mestrado desenvolvida por RIBEIRO (1992).

situação vivenciada pelas crianças e adolescentes da comunidade chega ao conhecimento do Frei Luís Witiuk, pároco da Santíssima Trindade na época. Este, envolvido no processo, leva ao Provincial do Paraná e ao Definidor Geral dos Capuchinhos que visitam a comunidade e apóiam financeiramente a proposta de construção de um local para que crianças e adolescentes pudessem estudar, brincar, aprender e valorizar sua cultura (MOURA, 2000). Esse era o primeiro passo de uma conquista que se tornaria mais tarde um espaço fundamental dentro da comunidade, a Casa da Criança.

É nesta perspectiva que no dia 14 de março de 1988 é inaugurada a Casa da Criança do Morro da Penitenciária. Tal projeto tem como prioridade evitar que as crianças passem por um processo de marginalização e discriminação proporcionando atividades não paliativas e/ou assistenciais, mas que possibilitem às crianças, adolescentes, suas famílias e à comunidade em geral uma via de auto-estima, dignidade e participação.

Além da necessidade de construir espaços como a Casa da Criança, outras demandas que se colocavam no contexto da comunidade, foram sendo detectadas: como a necessidade de se gerar emprego e renda e a necessidade de escolarização da população.

Como forma de responder á algumas demandas da Comunidade e do Projeto Casa da Criança foram encaminhados três programas, que de acordo com Moura (2000), contaram com a participação ativa do Serviço Social:

- Programa Brincando Também se Aprende: prevê o atendimento diário de noventa crianças e adolescentes de cinco a treze anos, moradores da comunidade. Funciona num regime de semi-internato, oferecendo às mesmas, atividades como alimentação, reforço pedagógico (tempo de estudo), conversa na roda, oficinas de interesse e atividades de lazer;
- Programa Tecendo Cidadania: tem como objetivo principal desenvolver atendimento sócio-educativo a vinte adolescentes de quatorze a dezessete anos, através de oficinas de socialização, duas vezes por semana, no período da manhã com duração de 1 hora e 30 minutos diários. A meta a ser atingida é de quarenta adolescentes nos dois períodos, (este programa atualmente esta temporariamente desativado por questões de recursos financeiros, espaço físico apropriado e recursos humanos); e
- Programa de Geração de Renda e Trabalho: trata-se de uma padaria comunitária que atende homens e mulheres acima de trinta e cinco anos em situação de desemprego e/ou

aposentadoria como alternativa de aumentar a renda familiar e a qualidade de vida. A diretoria da casa da criança tem participação frente a processos decisórios de maior porte.

Este último programa citado contribuiu, juntamente com outros fatores e experiências, para que mais tarde surgisse o Projeto Geração de Renda e Gênero – Cooperativa de Doces e Salgados do Morro da Penitenciária (G.R.G). Este além de exprimir um pouco da trajetória do Serviço Social nesta comunidade, ainda contempla as questões relativas a efetivação da cidadania feminina.

A criação do referido projeto está diretamente relacionada à proposta da Casa da Criança e do Serviço Social de atender além das crianças e adolescentes, suas famílias e também a comunidade. Então, a relação entre a Casa da Criança e o projeto em questão se estabelecia da seguinte forma: esta cedia o local e as máquinas para o grupo de produção e este, em troca, fornecia pães para a Casa da Criança e seus demais projetos.

O trajeto percorrido pelo Projeto Geração de Renda e Gênero, que se iniciou como um grupo de mulheres em 1993, passou por inúmeras transformações, estabeleceu no seu percurso diferentes parcerias, enfrentou muitos obstáculos e realizou também alguns avanços. A trajetória de tal projeto está documentada pelo trabalho de conclusão de curso realizada por Moura (2000). Nesse sentido, vale salientar apenas que entre os frutos produzidos pelo desenvolvimento deste projeto está o fato de que no ano de 1993, este grupo de mulheres participou ativamente do processo das eleições da Associação de Moradores do Morro da Penitenciária, movimentando também outras mulheres da comunidade. Formaram uma chapa só de mulheres, com o nome de “Caboclas da Serra” e venceram as eleições.

Este fato coloca fundamentalmente pelo menos dois pontos a respeito das mulheres que precisam ser analisados: o primeiro diz respeito a identidade dessas mulheres, ao denominarem sua chapa de “Caboclas da Serra” essas mulheres reafirmaram em primeira instância sua identidade feminina, em seguida suas origens no que diz respeito a sua cultura, etnia e local de origem; o segundo ponto diz respeito a organização política dessas mulheres e reflete a existência de uma consciência política e de um potencial para organizar-se e articular-se politicamente.



O trabalho do Serviço Social no âmbito do Projeto de Geração de Renda e Gênero, segundo Moura (2000), esteve pautado basicamente em duas propostas de ação profissional: assessoria aos setores populares na qual o profissional exerce o papel coadjuvante, numa ação de cunho sócio-educativo de transformação das relações sociais; e a inserção da profissão na luta pelos direitos humanos, que passa pela construção de projetos emancipatórios que contemplem questões como a afirmação da ética, a classe social, o gênero, a religião, a cultura, a qualidade de vida e a construção da cidadania e da democracia.

Através desse projeto, o Serviço Social assumiu dentro dessa comunidade um papel bastante significativo, que não se restringe ao contexto desse grupo já que atinge indiretamente a comunidade nas suas diferentes relações e demandas. Atualmente, o trabalho do Serviço Social assumiu outras características, já que o projeto encontra-se estagnado em função de um projeto de lei da câmara de vereadores do município de Florianópolis que exigiu da Casa da Criança o pagamento da conta de luz que até então era subsidiada.

Diante disso, atualmente o trabalho do Serviço Social está mais relacionado ao atendimento das crianças e das famílias que encontram-se matriculadas na Casa da Criança. Esse trabalho também tem se vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFSC, através de projetos de extensão e assessoria sócio-comunitária.

Neste sentido, podemos citar dois momentos recentes nos quais esta parceria se estabeleceu: no primeiro semestre de 2000, um grupo de alunos do Curso de Serviço Social realizou estudos sociais com as famílias de algumas crianças atendidas pela Casa da Criança no âmbito da disciplina de Processo de trabalho em Serviço Social, Família e Situações de Vulnerabilidade; e o levantamento sócio-econômico desenvolvido no primeiro semestre de 2001, que mais uma vez contou com a participação dos alunos do curso, experiência da qual originou-se o presente trabalho de conclusão de curso.

Vale destacar que é também na relação ensino/extensão e pesquisa que o projeto pedagógico do Serviço Social da UFSC, conquista sustentabilidade por uma formação profissional cidadã e sócio-politicamente comprometida na socialização do conhecimento sobre a realidade sócio-humana contemporânea.

## 9 Indicações para o exercício profissional do assistente social na Comunidade

Como foi possível perceber no item anterior, a presença do Serviço Social se colocou como um importante elemento para o processo de articulação e organização da comunidade em torno de algumas de suas demandas. Nessa perspectiva, vale ressaltar igualmente o papel fundamental dos moradores nas conquistas alcançadas, uma vez que o processo de trabalho do Serviço Social se concretiza na interdependência com o usuário.

É possível, no entanto, vislumbrar novas possibilidades de intervenção profissional na Comunidade do Morro da Penitenciária, que certamente dizem respeito à construção da cidadania que neste contexto, pode ter significados e implicações amplas, considerando o processo dialético e contraditório em que a cidadania vem se construindo a nível macro e micro-social. Mas, a construção da cidadania nesta comunidade certamente passa, entre outros elementos, pela busca de qualidade de vida, pelo fortalecimento sócio-político e participativo da sua vida associativa, pela reflexão a respeito das relações de gênero e pela promoção da autonomia e emancipação da mulher que como vimos ainda possui limitações maiores no que tange ao exercício da cidadania em relação aos homens.

A partir do desenvolvimento do levantamento socioeconômico realizado na comunidade e sobretudo, partindo da elaboração deste trabalho de conclusão de curso - que até este momento permitiu que se discutisse teoricamente a questão da cidadania feminina e que se visualizasse através dos dados apresentados no capítulo anterior a maneira como esta se realiza no cotidiano das mulheres desta comunidade -, foi possível visualizar caminhos que o Serviço Social e os moradores podem percorrer, no sentido de realizarem conquistas e ampliações no campo da cidadania. Por motivos didáticos, essas proposições serão divididas entre aquelas que se dirigem ao Serviço Social na relação com a comunidade como um todo e as mais direcionadas ao seu trabalho profissional com a mulher.

Entre os caminhos que poderiam ser objeto de possíveis intervenções do Serviço Social dirigidas a comunidade como um todo pode-se indicar:

- a implementação de projetos ligados à recuperação do meio ambiente, relacionados à arborização pública, ao tratamento dispensado ao lixo, a água e ao esgoto. Ações em educação ambiental são urgentes, bem como um olhar reflexivo e propositivo a sustentabilidade da vida humana na Cidade.
- a melhoria do acesso as ruas e as casas através da realização do calçamento e denominação das ruas, a implantação de um sistema de identificação das casas, a melhoria das condições de habitação que poderia ser viabilizada por um sistema de financiamento menos burocrático e que levasse em conta a renda da população, bem como por formas alternativas da construção da moradia.
- o acesso ao direito à saúde através da assistência básica que deve ser prestada pelo posto de saúde numa direção preventiva e com equipes interprofissionais ampliadas para que os usuários não sofram com as longas filas de espera, seja para agendamento de consulta, seja para o atendimento. Uma presença mais atuante do Serviço Social junto aos representantes da sociedade civil organizada nos Conselhos de Direitos possibilitaria proposições e conquistas por políticas mais eficazes e universalizantes como direito social.
- A implementação e realização de cursos, projetos e atividades capazes de auxiliar na geração de renda, seja através da qualificação para o trabalho ou fomentando iniciativas de formação de grupos de produção. No contexto da economia social e solidária há uma importante discussão e formas alternativas para irmos além da atual concepção de Trabalho e Renda.
- parcerias ou iniciativas que promovessem o aumento do nível educacional como a ampliação de acesso a cursos supletivos gratuitos, alfabetização, reforço escolar, biblioteca, grupos de estudo e ou de reflexão. No que se refere à alfabetização, vale destacar, que foi recentemente inaugurada a casa da comunidade com esta finalidade.
- promoção da conscientização da comunidade em torno de questões como a utilização de drogas e suas implicações, violência, segurança pública.
- a criação de espaços dentro da comunidade capazes de promover o lazer para crianças, jovens e adultos. Há possibilidade para atividades de contadores de história, oficinas de arte (teatro, dança, escultura, cerâmica, música, artesanato).

- aproveitamento dos espaços comunitários para a informação e mobilização sócio-política da comunidade. A Casa da Criança, creche e as igrejas são, no contexto do Morro da Penitenciaría, importantes formadores de opinião e do ser sujeito coletivo.
- a construção de uma sede comunitária como espaço de atendimento das demandas colocadas pela comunidade no que se refere à Convivência Social, ao lazer e na organização e direção de suas ações junto ao movimento sócio-comunitário. Na atualidade, membros da diretoria da Associação de Moradores participam da comissão de articulação do Fórum da cidade e do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Em relação às proposições de possíveis intervenções do Serviço Social direcionadas as mulheres da comunidade, podem ser citadas:

- a realização de trabalhos com grupos de mulheres que permitam a discussão sobre as relações de gênero e promovam a socialização de informações sobre os métodos contraceptivos, planejamento familiar, educação familiar; modos de ser coletivo etc.
- realização de palestras, campanhas e grupos de encontro em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, para promover a socialização de informações sobre o câncer do colo de útero e de mama, sobre a importância de realizar exames preventivos, ou ainda sobre a fitoterapia e a naturologia.
- realização de um trabalho junto às mulheres que promova o conhecimento de formas de melhor aproveitar os alimentos e combater a desnutrição, a semelhança do trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança em inúmeras comunidades carentes brasileiras;
- a socialização entre as mulheres de instituições, programas, projetos e organizações governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalhos junto às mulheres e combatam a discriminação da mulher como a Casa da Mulher Catarina, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o CEFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Acessória) e de outras ações que oportunizem a construção de auto-estima, resolução de conflitos, e promoção de felicidade.

Neste caminho, é certo que a comunidade encontrará, como já encontra, diferentes opositores tais como:

- as políticas sociais que além de não reconhecerem as reais necessidades da população, ainda as tratam de maneira fragmentada;
- os diferentes interesses políticos e particulares que perpassam as diferentes relações sociais, especialmente nas esferas institucionais e governamentais;
- as questões partidárias que impedem a saída de verbas e até mesmo a conquista de alguns direitos;
- a falta de uma maior integração da comunidade que dificulta os processos de organização e mobilização comunitária; e
- as barreiras pessoais dos seus articuladores que se exprimem, por exemplo, na baixa escolaridade e no acesso a informações que lhes são muitas vezes negadas pelos poderes públicos.

Por outro lado, a comunidade já vem produzindo condições facilitadoras que lhe possibilitam percorrer caminhos de uma forma promissora, tais como:

- estes homens e mulheres manifestam o desejo de promover mudanças;
- alimentam uma consciência clara a respeito das mudanças que necessitam e anseiam conquistar;
- buscam romper com as barreiras pessoais realizando cursos, buscando parcerias e fontes de informação;
- possuem agora - através da realização do levantamento socioeconômico e de análises e trabalhos realizados a partir deste -, um importante conjunto de informações que pode se tornar um relevante instrumento de luta para essa comunidade, já que agora sua realidade e necessidades podem ser melhores visualizadas;

Assim, as pessoas que habitam a comunidade, e mais especificamente as mulheres que nela se situam, ao percorrerem estes possíveis e variados caminhos se colocarão como artífices das suas próprias histórias de vida. Para estes homens, mulheres, jovens e crianças o auto-reconhecimento enquanto agentes sociais e políticos é um dos passos para construir

a possibilidade real de transformação e construção/ampliação dos seus direitos de cidadania.

No sentido de promover condições para que estas pessoas se vejam e se reconheçam como sujeitos da própria história, é importante salientar que o papel do exercício da micro-política e a melhor articulação desta com a macro-política (Andrade 1999), movimento dialético este, exemplificado pelas inúmeras lutas travadas por moradores da comunidade em busca da qualidade de vida, contexto contraditório no qual o Serviço Social exerce seu projeto profissional fortalecendo a autonomia destes moradores.

Assim, os assistentes sociais são chamados a construir um novo olhar a respeito de desta micro-política - que se efetiva em forma de movimentos sociais e/ou organizações populares - como este, exercido pela associação de moradores da comunidade do Morro da Penitenciária, e também uma nova prática para atuar com eles. Neste sentido, analisa Faleiros (1991),

A prática profissional se torna cada vez mais complexa e não pode mais ingenuamente ser reduzida a entrevista, reuniões e visitas e nem em militância partidária sectária. Ela se torna um saber estratégico. Ela se torna um saber tático. Um saber que necessita situar-se no contexto político global e num contexto institucional particular, visualizando as relações de saber e poder da e com a própria população. (FALEIROS, 1991, p.27-28)

Nesta perspectiva, Falcão (1986) coloca algumas perspectivas e diretrizes para condução metodológica dos pequenos grupos e movimentos sociais na ação do profissional do Serviço Social. Resumidamente estas diretrizes da autora falam de uma prática profissional que perceba a realidade e os sujeitos que nela atuam e se situam em relação. Essa prática deve configurar-se de forma conjunta com a população, isso implica que o profissional conheça as demandas desses sujeitos, já que são estas que impulsionam e motivam os grupos, conhecer essas demandas permite ao profissional propor idéias que podem ser revistas, discutidas, mudadas e aprimoradas junto com a população.

A prática profissional deve procurar também, segundo Falcão (1986), estar calcada na ação dentro da realidade dos grupos. O trabalho com esta realidade facilita o processo de reconhecimento do grupo que é o que permite a fluência e a veracidade das expressões. Nesse processo de reconhecimento, o profissional precisa estar preparado para lidar com os processos de conflito e solidariedade que surgem no grupo fazendo deles, momentos de crescimento.



Nesse processo de trabalho junto aos movimentos sociais e/ou associativismo civil e comunitário<sup>17</sup> o assistente social precisa estar apto a conhecer, analisar e trabalhar com algumas categorias fundamentais, quais sejam: as demandas apresentadas pelos sujeitos, o contexto (abrangência) no qual se insere e atua o movimento, suas articulações (estratégias, conflitos e alianças) em favor da luta, as forças sociais que implicam e influenciam, a ideologia que move e influencia a luta, a cultura política produzida pelo grupo no seu cotidiano, a organização (formal e informal), as práticas cotidianas, o projeto (objetivo e subjetivo), a identidade da luta e do movimento, os opositores que se colocam e as conquistas e derrotas que se realizam. (FALCÃO, 1986)

O fundamental disso tudo é que o grupo ou o movimento social possa desenvolver sua consciência crítica e que o profissional seja articulador, já que:

“A luta pelo acesso aos direitos passa também pelo cotidiano do profissional, pois às filas silenciosas, à tramitação burocrática, ao adiantamento dos pedidos é preciso contrapor táticas de comunicação, de agrupamento, de expressão da insatisfação, de manifestação da palavra, de exigências de repostas claras, de prestação de contas de explicações plausíveis. O silêncio diante do autoritarismo pode ser apenas um momento que fecunde um processo de reflexão-ação conseqüentemente, para posteriormente colocá-lo em questão. O trabalho social assim se inscreve num processo de trabalho consciente e conseqüente para a obtenção dos efeitos ideológicos, políticos e econômicos favoráveis aos interesses da população, com menor desgaste possível, nas suas forças e a menor perda de seus recursos.” (FALEIROS, 1991, p.55-56)

Dessa forma, percebe-se que atuação do assistente social na perspectiva colocada pelos autores acima citados, juntamente com a participação dos moradores da comunidade pode ser uma das articulações fundamentais para a construção da cidadania neste cenário.

A construção da cidadania, não só no contexto da comunidade, mas na sociedade brasileira como um todo, certamente passa por um processo de construção coletiva (Andrade, 1999; Barbalet, 1989; Covre, 1991, Gonh, 1995; Vieira 1997), que com certeza

---

<sup>17</sup> Scherer-Waren (2001) oferece no artigo Movimentos sociais e participação a seguinte colocação a respeito das associações comunitárias:

(...) é por meio delas que os moradores encaminham suas reivindicações para a melhoria da infra-estrutura do bairro ou da comunidade de referência; para a melhoria da qualidade de vida (na saúde, educação, lazer, meio ambiente, etc.); para reconhecimento de suas tradições culturais (pela promoção de eventos, festas, festivais, etc.). pode-se incluir nesta categoria desde as antigas Sociedades Amigos do Bairro, os Conselhos Comunitários (criados por iniciativas governamentais, mas que na prática muitas vezes se confundem com as associações criadas por iniciativas da sociedade civil), as mais recentes



encontra muitos obstáculos como a formação de uma cultura política e social autoritária, o individualismo e o crescente estímulo à competição, sedimentados e legitimados nas sociedades capitalistas de uma forma geral e sobretudo, pela atual disseminação das idéias neoliberais.

Essa construção da cidadania (e de seu conceito) passa também pelo respeito à diferença, seja entre homens e mulheres, brancos e negros e inúmeras outras que poderiam se pontuadas aqui. Este reconhecimento da diferença não implica e nem deveria significar a legitimação de hierarquias pautadas em condições biológicas, de privilégios e de disparidades econômicas, sociais e de poder na tomada de decisões. Por lado, essa construção da cidadania também se remete as buscas de estratégias de promoção de igualdade, sejam elas econômicas, educacionais, relacionadas ao mundo trabalho, as leis jurídicas etc. Essa busca de igualdade não deve significar a consideração de sujeitos que se inserem de desiguais maneiras na sociedade como iguais, como acontece com as leis jurídicas, por exemplo. (ANDRADE, 1993). Significa porém a busca de formas, estratégias e articulações capazes de garantir oportunidades iguais para sujeitos tão diferentes.

Nesta perspectiva, a busca pelo respeito à diferença e, ao mesmo tempo, pela igualdade, não se contradizem, pelo contrario, se complementam e são igualmente essenciais na construção e conquista da cidadania e de sua concepção. As políticas públicas que só recentemente e ainda de forma insipiente começam a se direcionar para as mulheres podem ser instrumentos utilizados pelas mulheres, e pelo Serviço Social no trabalho junto às mesmas, na busca da garantia do direito a igualdade e, ao mesmo tempo, respeito a diferença.

Neste sentido, vale destacar o trabalho desenvolvido pelo Conselho dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC)<sup>18</sup>, criado no dia 20 de julho de 1999 e regulamentado pela lei nº 11.159. O CEDIM/SC é um órgão colegiado, de caráter permanente e de composição paritária entre Governo e sociedade civil, com a finalidade de promover no Estado políticas públicas que visem a eliminar a discriminação da mulher.

---

Associações de Bairro, de Moradores ou de favelados e grupos locais de defesa cultural. (SCHERER-WARREN, 2001, p.42)

<sup>18</sup> Informações sobre o CEDIM/SC disponíveis no site: <http://www.sjc.sc.gov.br>, da Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania. Ver fontes bibliográficas.

assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado.

É importante destacar que a conquista de espaços públicos e governamentais orientadores das políticas públicas no Brasil e no Mundo, tais como os Conselhos Estaduais do Direito da Mulher não se deu por acaso e nem por reconhecimento dos governantes das segregações, violências e desigualdades sofridas pelas mulheres, mas como fruto das lutas, organizações e articulações empreendidas pelas próprias mulheres, sobretudo por aquelas ligadas ao movimento feminista.

De acordo com Pitanguy (2001)<sup>19</sup>, o movimento feminista no Brasil do fim dos anos 70 e início dos anos 80, período de transição democrática levou a debate público questões como a violência doméstica, a sexualidade, a reprodução, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Temas que até este momento eram considerados de ordem privada. Com o processo de democratização, o feminismo reivindicou e conquistou espaços em nível governamental, criando os Conselhos dos Direitos da Mulher e alcançando significativas vitórias na Constituição de 1988. Segundo a socióloga, nos anos 90 a agenda feminista foi implementada, principalmente por intermédio das organizações não-governamentais, nas quais a militância informal é substituída pelo trabalho profissional. Estas organizações, interligadas pelos meios de comunicação, mantêm um intercâmbio constante, tecendo estratégias nacionais e internacionais que vêm influenciando os debates das Nações Unidas sobre a posição da mulher na sociedade, sobre os direitos sexuais e reprodutivos e sobre a violência doméstica. A autora acrescenta ainda que

Sem negar a importância dessas conquistas formais que estabelecem um novo patamar de direitos humanos para as mulheres, cabe ressaltar que o usufruto desses direitos é marcado pelas desigualdades sociais e de raça e etnia que caracterizam a sociedade. Continuamos a enfrentar o desafio da realização da justiça social, no sentido de encurtar, para todas as mulheres, a distância entre as conquistas legais e a realidade. (PITANGUY, 2001, p.48).

Diante do exposto, foi possível perceber que as lutas/organizações femininas, a conquista de espaços públicos/governamentais, e a implementação de políticas públicas estão intrinsecamente relacionadas. As conquistas de políticas públicas, bem como o reconhecimento das organizações femininas nas esferas governamentais, estão relacionados

---

<sup>19</sup> Jaqueline Pitanguy (2001). Socióloga, diretora da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) e ex-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ver Fontes Bibliográficas.

a um processo de tomada de poder dos espaços públicos, no qual as mulheres - incluindo aquelas que vivenciam realidades como a comunidade do Morro da penitenciária – ainda têm muito a percorrer. Neste processo, não cabe a concepção de poder vigente na sociedade capitalista que beneficia e legitima poucos e exclui muitos. Talvez seja necessária a construção de uma nova concepção de poder, que permita que o poder possa ser dividido entre homens e mulheres e que não permita que a diferença seja motivo legitimador de desigualdades e hierarquias.

## 10 ALGUMAS REFLEXÕES PARA SE PENSAR A CONTRUÇÃO DA CIDADANIA FEMININA

A mulher esteve excluída por um longo período histórico dos direitos de cidadania. Essa exclusão, como foi possível perceber no presente estudo, possui raízes históricas e culturais muito profundas, estando presentes em civilizações tão antigas quanto a Grécia e que reaparecem ou são recriadas em um momento em que se precisava legitimar uma nova ordem social – o sistema capitalista – forma socialmente construída de produzir e viver. A medida em que se formulavam as condições para a constituição e funcionamento deste modo de produzir e viver, a exclusão da mulher da cidadania pareceu ser conveniente para legitimar determinados status sociais, que passavam necessariamente pela construção social e simbólica de categorias dicotômicas: forte/fraco, ativo/passivo, público/privado, capaz/incapaz, razão/natureza.

Neste novo modo de produzir e viver, que possui seu marco simbólico nas chamadas Revoluções Burguesas, se inicia um processo de individualização que paulatinamente e de forma escamoteada vai determinando quem pode ser considerado ou não como cidadão. A mulher, a exemplo de outros sujeitos, neste processo não é reconhecida entre os cidadãos livres e iguais, já que pelo menos ideologicamente, foi relegada a esfera privada/familiar e atribuída aos papéis de esposa e mãe – funções que a própria natureza teria “reservado” as mesmas – e de acordo com esta lógica, inseridas numa rígida e dicotômica divisão sexual do trabalho.

Muito tempo se passou, a forma de produzir e viver capitalista ganhou muitas outras nuances e do constante e insuperável conflito no qual se estabelece as bases desse sistema, emergiram novos sujeitos sociais, reivindicando, construindo e conquistando novos direitos referentes ao campo da cidadania. As mulheres estão entre estes novos sujeitos sociais que se organizam e se articulam para realizar conquistas, mas que também sofrem retrocessos, já que esta luta é um movimento dialético e não-linear.

Entre as conquistas realizadas pelas mulheres, sobretudo pela influência do movimento feminista, estão as políticas públicas e a conquistas de espaços governamentais – que no Brasil são relativamente recentes e ainda insipientes. Estas conquistas colocam novas perspectivas na luta pela conquista e ampliação da cidadania feminina.

No entanto, é preciso considerar que essa inclusão nos direitos de cidadania ainda não é completa, que a efetivação dos direitos da cidadania ainda se formula de forma desigual para homens e mulheres e entre as próprias mulheres situadas em diferentes situações econômicas, sociais, étnicas, raciais e culturais.

Todas essas perspectivas, limitações e estratificações da vivência da cidadania se refletem na Comunidade do Morro da Penitenciária, cenário tão marcado pela contradição e desigualdade. A realização do levantamento sócio-econômico neste universo, demonstrou uma peculiaridade do ser mulher, permeado pelas precárias condições de vida, pela baixa escolaridade, pela dificuldade de acesso às condições e informações a respeito da saúde, pela forma de se inserirem no mercado de trabalho (nas funções domésticas), pelo baixo rendimento e pela pouca participação nos espaços e atividades públicos dessa comunidade (quando comparadas aos homens) entre outros fatores.

As constatações a respeito do ser mulher nesta comunidade indicam uma dupla exclusão e/ou limitação na efetivação e exercício da cidadania feminina: uma relacionada a situação sócio-econômica da comunidade e das famílias que lá habitam e outra relacionada ao papel da mulher no âmbito destas famílias, cujos dados parecem indicar que ainda está fortemente influenciando pela rígida construção social de papéis de gênero que estabelecem assimétricos direitos e deveres para homens e mulheres e que, como vimos, possuem raízes tão antigas. Esta constatação obviamente não pode ficar só baseada nestes dados quantitativos, mas merecem, quem sabe em futuros estudos realizados nesta comunidade, uma abordagem mais qualitativa dos papéis de gênero neste contexto.

Mas a realização deste levantamento e do presente estudo, não colocou apenas as limitações destas mulheres e desta comunidade no que tange a efetivação e exercício da cidadania, colocou também perspectivas que puderam ser percebidas nas opiniões e na consciência desses moradores e moradoras a respeito do que é preciso para melhorar as condições de vida neste cenário, da melhor forma de administrar a comunidade (coletiva) e da disposição para estar participando na realização de mudanças. Além de possibilitar a apreensão dessas perspectivas para construção da cidadania, a realização do levantamento sócio-econômico poderá se tornar instrumento de reivindicação e proposição de melhorias junto aos órgãos públicos do Município, Estado e União e de fortalecimento do processo interno de organização sócio-comunitário desta comunidade.

O Serviço Social, cujo projeto ético-político se coaduna com esta perspectiva da construção da cidadania, pode se tornar um parceiro nas lutas empreendidas por esta comunidade e por estas mulheres na busca de condições de vida mais justas e mais dignas de vida. A realização do levantamento sócio-econômico instrumentaliza não só os moradores, mas também o Serviço Social, seja fornecendo dados para uma futura intervenção, seja possibilitando um leque imenso de reflexões e constatações a respeito da realidade sócio-humana que estes dados podem revelar. A realização de tal levantamento diz respeito ainda a necessária relação entre Universidade Pública e Sociedade. É mais do que ético colocar a disposição sociedade – especialmente para os segmentos que mais carecem de informação e parceria como a referida comunidade -, a tecnologia e os saberes técnicos e específicos produzidos na universidade que é financiada pela sociedade como um todo. Os bastidores da realização desse levantamento, que contou com a participação de departamentos e alunos de cursos diversos, demonstraram claramente como pode ser rica a construção de conhecimento nesta perspectiva e nesta forma de prestar serviços a comunidade.

Enfim, enquanto acadêmica e quase futura profissional, a realização deste levantamento sócio-econômico e a partir deste, o presente o estudo, possibilitaram uma profunda reflexão a respeito da cidadania, da situação da mulher na sociedade, do ser mulher na comunidade e das perspectivas e obstáculos que diferentes pessoas podem ter no exercício dessa cidadania. Acredito que toda essa reflexão apesar de inacabada, pois o conhecimento nunca se esgota, é essencial para a construção de uma consciência pessoal e profissional crítica, seja a respeito da realidade macro e micro social e econômica que se coloca diariamente, ou de coisas tão cotidianas que muitas vezes julgamos nada ter haver com a possibilidade de mudança e de construção da cidadania, como por exemplo os papéis de gênero, a tradicional e ainda vigente divisão sexual do trabalho e as concepções de poder que permeiam os nossos relacionamentos pessoais e profissionais.

## FONTES BIBLIOGRAFICAS

ALAMBERT, Zuleika. A mulher e o poder no século XXI. 2002. **Revista do Terceiro Setor**. Disponível em: <http://www.rits.org.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2002.

ALICE M. S. & HERY, P. R. Movimento feminista no Brasil. 2000. **Coluna Antisocial**. Disponível em: <http://www.br.geocities.com/colnantisocial>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2002.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica. 1993. p. 122-137.

\_\_\_\_\_. **Cidadania, direitos humanos e democracia: reconstruindo o conceito liberal de cidadania**. 1999. Mimeo.

AVILA, Betânia; CORREA, Sônia. Movimento de mulheres: questões para pensar-se seus rumos. 2000. **Comissão de Cidadania e Reprodução**. Disponível em: <http://www.ccr.org.br>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2002.

BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa. 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 11 ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999. 360p.

BRUYNE, P. et alli. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Novos Horizontes, 1982.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências sociais e humanas**. São Paulo: Cortês, 5 ed, 1998, p. 52.

COIMBRA, Marcos Antonio. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S et alli. **Política social e combate a pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p.65.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE MULHER TRABALHADORA. 7ª Plenária Nacional/CUT; agosto/setembro de 1995. **Cidadania: igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical**. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2002.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SANTA CATARINA (CEDIM/SC). **Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania**. Disponível em: <http://www.sjc.sc.gov.br>. Acesso em: 10 de abril de 2002.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n.º 62, p. 35-74, 2000.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1991.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. F. (Org.) et al. **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ESCÓSSIA, Fernanda da. Brancas ganham em média o dobro. **Folha de São Paulo**, da edição do dia 8 de março de 2002. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 8 de março de 2002.

\_\_\_\_\_. Educação é o maior avanço. **Folha de São Paulo**, da edição do dia 8 de março de 2002. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 8 de março de 2002.

\_\_\_\_\_. Mais crianças vivem com mulheres pobres. **Folha de São Paulo**, da edição do dia 8 de março de 2002. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 8 de março de 2002.

FALCÃO, Maria do Carmo. Proposta de uma abordagem metodológica a partir do movimento popular. **Praxis**. São Paulo, p. 41-50, 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e Poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1991.

FARIA, José Eduardo. **A crise constitucional e a restauração da legitimidade**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1985.

GERHARD, Ute. Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges. In: BONACCHI, G; GROPPi, A (org). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995. p.205-234.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. F. (Org.) et al. **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GROPPi, Ângela. As raízes de um problema. In: BONACCHI, G; GROPPi, A (org). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995. p.11-25.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil, baseado no censo 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1999 (PNAD). Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 8 de março de 2002.

LACERDA, Denise. **Cidadania, participação e exclusão: uma análise do grau de instrução no eleitorado brasileiro**. Itajaí: UNIVALI, 2000.

LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1992. p. 782.

LUDKE, M. ; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_ (Org.); DESLANDES, S. , CRUZ NETO, O. ; GOMES, R. **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 3ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO. 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programas e Projetos - saúde da mulher. Disponível em: <http://www.saúde.gov.br>. Acesso em: 20 de dezembro de 2001.

MOURA, Alessandra Madalena Kehrig. **“O pão nosso de cada dia”**: a atuação do serviço social numa proposta da economia popular. Florianópolis: UFSC, 2000.

NÚCLEO DE OPINIÃO PÚBLICA (NOP). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 8 de abril de 2002.

PEREZ, Rebeca et alli. **O movimento feminista**. 2001. Disponível em: <http://www.puccamp.com.br/movimentofeminista>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2002.

PITANGUY, Jaqueline. O feminismo hoje. **Edição especial da Revista Veja**. São Paulo: Abril. Ano 34, nº 48. p. 48.

QUINTAS, Fátima. Auto-imagem sexual feminina. In: **Sexo e marginalidade: um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ROSSI-DÓRIA, Anna. Representar um corpo: individualidade e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: BONACCHI, G; GROPPi, A (org). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995. p.109-125.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFIOTTI, H. H. S. Força de trabalho feminino no Brasil: no interior das cifras. **Revistas de Ciências Sociais**. São Paulo, v.8, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem social brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. In: BONACCHI, G; GROPPi, A (org). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995. p.205-234.

SCHERER-WAREN. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (cor). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FASESP, 2001. p.42.

SEGATO, José Antônio (cor). **A participação da mulher na sociedade brasileira**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1987.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

THEREZO JÚNIOR, Alcino. A prevenção primária. **drogas: prevenção**, São Paulo: Atual, p. 43-47. 2000

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisas em ciências sociais** (Pesquisa qualitativa em educação). São Paulo: Atlas, 1992.

VALADARES, L. do P. & FIGUEIREDO. **A habitação no Brasil: uma introdução a literatura recente**. In: BIB, nº 11, São Paulo, 1981.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VIEIRA, Lúcia Helena. Alerta: Hábito de beber começa ao 10 de idade e facilita o acesso a outras drogas. **Dimensão**, Florianópolis, nº 29, p. 31-33, 1998.

# ANEXO

# PESQUISA SÓCIO ECONÔMICA E CULTURAL DA COMUNIDADE DO MORRO DA PENITENCIÁRIA

## 1. CADASTRO FÍSICO SOCIAL E ECONÔMICO

### ENTREVISTADO:

1.1 COMUNIDADE:									
1.2. RUA / REFERÊNCIA:									
1.3		1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	1.11
Nome Completo	Apelido	Sexo	Grau de Parentesco	Idade	Estado Civil	Escolaridade		Série	Turno
1.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
2.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
3.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
4.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
5.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
6.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
7.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
8.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
9.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)
10.		(F) (M)				(1ºG) (2ºG) (3ºG)	(C) (I)		(M) (V) (N)

1.12	1.13	1.14	1.15	1.16	1.17	1.18
Documentos RG	Qual cidade vota?	Profissão	Ocupação	Gostaria de fazer um curso profissionalizante?	Qual curso/ ou em que área?	Situação Empregatícia
1. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
2. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
3. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
4. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
5. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
6. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
7. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
8. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
9. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.
10. ( ) S ( ) N	( ) S ( ) N			S ( ) N ( )		( ) Empregado ( ) CLT ( ) RJU ( ) Desembr.

1.19		1.20	1.21	1.22	1.23	1.24		1.25
Rendimento Individual		Tempo no Serviço	Local do Trabalho	Região do Trabalho	Meio de Transporte	Tempo viagem		Sindicalizado/ Associado
Atual	1997					Casa- M.transp	M.transp.-L. Trab.	
1.								Sim ( ) Não ( )
2.								Sim ( ) Não ( )
3.								Sim ( ) Não ( )
4.								Sim ( ) Não ( )
5.								Sim ( ) Não ( )
6.								Sim ( ) Não ( )
7.								Sim ( ) Não ( )
8.								Sim ( ) Não ( )
9.								Sim ( ) Não ( )
10.								Sim ( ) Não ( )

## 2. PROCEDÊNCIA

2.1		2.2		2.3.1	2.3.2	2.3.3	2.4.1	2.4.2	2.4.3
De que cidade veio? / Estado		Qual profissão exercia antes de vir morar em Florianópolis?	2.3 Por que veio morar em Florianópolis? 2.4 Por que veio morar neste local?	H	M	O	H	M	O
1.			1. Saída da terra/casa por falta incentivo financeiro/ técnico						
2.			2. Saída da terra/casa por renda insuficiente do arrendamento						
3.			3. Saída da terra /casa por endividamento						
4.			4. Saída da terra por falta de condição de plantio						
5.			5. Desemprego						
6.			6. Baixo salário/ Baixo rendimento familiar						
7.			7. Aluguel alto						
8.			8. Saída do local por crescimento da família						
9.			9. Falta de infra estrutura urbana (água, esgoto e luz)						
10.			10. Estudo -- 11. Transferência -- 12. Sem moradia						
			13. Saúde (posto, hospital, tratamento)						
			14. Outros. Cite.						

2.5. Onde já morou na Grande Florianópolis: 2.5.1) \_\_\_\_\_ 2.5.2) \_\_\_\_\_ 2.5.3) \_\_\_\_\_

2.6 Condições da ocupação das moradias citadas anteriormente:

		2.6.1	2.6.2	2.6.3	2.6.4	2.6.5
					Custo	Data
1	Próprio					
2	Alugado					
3	Cedido					
4	Coabitado					
5	Pensão					
6	Outros					

### 3. SITUAÇÃO HABITACIONAL

3.1 Tempo de residência: 3.1.1) Na grande Fpólis.: \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ meses 3.1.2) Neste local : \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ meses

3.2 Forma de ocupação da atual moradia:

		Própria	Alugada totalmente	Alugada Parcialmente	Cedida totalmente	Cedida Parcialmente
3.2.1	Forma de ocupação da casa					
3.2.2	Forma de ocupação do lote					

3.3 Dimensão do terreno/casa: 3.3.1 Quantos m<sup>2</sup> mede sua casa? \_\_\_\_\_ 3.3.2 Quantos m<sup>2</sup> tem o seu terreno? \_\_\_\_\_

(Obs.: **Senão souber em "m", dê em passos.**)

3.3.3 Tipo do imóvel edificado:

3.3.3.1 Quantas peças tem sua casa e quais?

Quarto	Sala	Cozinha	Banheiro	Área de Serviço	Depósito	Outro

3.3.3.2 Tem planos para aumentar sua casa? ( ) Sim .Em que peças? ..... ( ) Não

3.3.3.3 Tem espaço no terreno para aumentar a casa? ( ) Sim ( ) Não

3.3.3.4 Tipo da casa: ( ) Madeira ( ) Alvenaria ( ) Mista

3.3.3.5 Condições da casa: ( ) Pintada ( ) Goteira ( ) Cupim ( ) Assoalho ( ) Contra-piso ( ) Cerâmica

3.3.3.6 Localização do banheiro: ( ) Dentro de casa ( ) Módulo sanitário ( ) Outros. Onde? .....

3.3.3.7 Tipo de cobertura da casa: ( ) Zinco ( ) Telha de barro ( ) Eternit

3.4 Uso do imóvel

- ( ) Residencial ( ) Comercial  
( ) Serviços (manicure, doces, salgados, artesanato)

3.5 Em caso de uso não residencial: 3.5.1- Especificar: \_\_\_\_\_

3.5.2 É próprio: ( ) Sim ( ) Não

3.6. Tempo de instalação do (s) uso (s) citado (s): \_\_\_\_\_

3.7. Área utilizada para tal instalação (m<sup>2</sup> ou passos): \_\_\_\_\_

3.8 Como adquiriu o imóvel? ( ) Sistema Financeiro de habitação ( ) Comprou de terceiros ( ) Outros: \_\_\_\_\_

3.8.1 Está quitado? ( ) Sim ( ) Não ----- Se **sim**, 3.8.2- Valor pago: R\$ \_\_\_\_\_ 3.8.3- Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<p>3.8.4. No caso do imóvel em pagamento: a) Valor do início: R\$ _____ Data: _____ b) Valor atual: R\$ _____ Data: _____</p> <p>3.8.5. No caso de alugado: a) Valor do início: R\$ _____ Data: _____ b) Valor atual: R\$ _____ Data: _____</p> <p>3.8.6. Possui outro terreno: ( ) Sim ( ) Não Se sim : ( ) No local ( ) Outro local</p> <p>3.8.7. Possui terreno herdado: ( ) Sim ( ) Não Se sim : ( ) No local ( ) Outro local</p> <p>3.8.8. Em caso de compra: 1 – Está quitado: ( ) Sim ( ) Não</p>	<p>4.3 Arborização pública: ( ) Sim ( ) Não ( ) Satisfatória ( ) Insatisfatória</p> <p>4.3.1. Participam de programas de arborização: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>4.4 Telefone público próximo: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>4.4.1. Condições de uso: ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Más</p> <p>4.4.2. Número de aparelhos: ( ) Suficientes ( ) Insuficientes</p> <p>4.4.3. Localização apropriada: ( ) Sim ( ) Não Por quê? _____</p>
<p><b>4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA COMUNIDADE:</b></p> <p>4.1. Abastecimento de gás: ( ) Sim ( ) Não Feita por quem? _____ 4.1.1. Regular: ( ) Sim ( ) Não 4.1.2. Suficiente: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>4.2. Coleta de lixo: ( ) Sim ( ) Não Feita por quem? _____ 4.2.1. Regular: ( ) Sim ( ) Não 4.2.2. Suficiente: ( ) Sim ( ) Não 4.2.3 Número de coletas semanais: ( ) Diária ( ) 2 vezes por semana ( ) 3 vezes por semana ( ) Outros: ..... 4.2.4 Há tratamento do lixo coletivo: ( ) Sim ( ) Não Como é feito?.....</p>	<p>4.5. Serviço de correio: Carteiro: ( ) Sim ( ) Não Outros: _____</p> <p>4.5 1. Casa possui identificação: ( ) Sim ( ) Não Qual? _____</p>

<p><b>5. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL:</b></p> <p><b>5.1. Transporte:</b></p> <p>5.1.1. Transporte coletivo próximo:  <input type="checkbox"/> Sim      <input type="checkbox"/> Não</p> <p>5.1.2. Transporte coletivo regular:  <input type="checkbox"/> Sim      <input type="checkbox"/> Não</p> <p>5.1.3. Observações: _____          _____          _____</p> <p><b>5.2. Segurança:</b></p> <p>5.2.1. Vigilância dentro da comunidade:  <input type="checkbox"/> Regular.          Frequência:  <input type="checkbox"/> Diária  <input type="checkbox"/> 2 vezes por semana  <input type="checkbox"/> 3 vezes por semana  <input type="checkbox"/> Outros:.....  <input type="checkbox"/> Irregular  <input type="checkbox"/> Inexistente</p> <p>Feita por quem? .....</p> <p><b>5.3. Abastecimento:</b></p> <p>5.3.1. Comércio e serviço básico próximo:          Padaria      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Açougue      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Supermercado <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Venda      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Farmácia      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente</p> <p>Outros:.....</p> <p>Obs.: .....</p>	<p>5.3.2. Comércio e serviço eventual próximo:          Loja roupa      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Loja sapato      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Barbearia      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Of. Mecânica <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Of. Bicicleta <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Lanchonete      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Restaurante      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Costureira      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Salão Beleza <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Sorveteria      <input type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente          Outros: .....</p> <p>Obs.: .....</p> <p>5.3.3. Feira próxima:  <input type="checkbox"/> Sim      <input type="checkbox"/> Não</p> <p>5.3.4. Tipo de mercadoria:.....          .....</p> <p><b>5.4. Religião:</b></p> <p>5.4.1. Os membros da família são adeptos de alguma religião: <input type="checkbox"/> Sim      <input type="checkbox"/> Não</p> <p>5.4.2. Qual: .....</p> <p>5.4.3. Frequentam alguma(s) igreja(s):  <input type="checkbox"/> Sim      <input type="checkbox"/> Não</p> <p>5.4.4. Onde: .....</p> <p><b>5.5. Lazer:</b></p> <p>5.5.1. Como utilizam as horas de folga:          (responda no quadro a seguir)</p> <p>5.5.2. Quais atividades de lazer de seu interesse: (responda no quadro a seguir)</p>
---	--



		5.5.1.1	5.5.1.2	5.5.1.3	5.5.1.4	5.5.2.1	5.5.2.2	5.5.2.3	5.5.2.4
		Criança	Jovem	Adulto	Idoso	Criança	Jovem	Adulto	Idoso
1.	Brincar								
2.	Beber								
3.	Cantar								
4.	Conversar								
5.	Descansar								
6.	Dormir								
7.	Dançar								
8.	Fazer melhorias na comunidade								
9.	Fazer melhorias no imóvel								
10.	Fazer trabalhos domésticos								
11.	Ir ao cinema								
12.	Ir à igreja								
13.	Ir à praia								
14.	Ir à sorveteria								
15.	Ir ao teatro								
16.	Jogando								
17.	Ler								
18.	Namorar								
19.	Ouvir música								
20.	Ouvir rádio								
21.	Pescar								
22.	Passear								
23.	Praticar esportes								
24.	Tocar instrumento musical								
25.	Ver TV								
26.	Outros:								

5.5.3. Os espaços para estas atividades são: ( ) Suficientes ( ) Insuficientes

5.5.4. Quais equipamentos públicos existem na comunidade: (quadro abaixo)

5.5.5. Quais equipamentos públicos são necessários à comunidade: (quadro abaixo)

	Condições de Uso				
	5.5.4	5.5.5	Bom	Reg.	Ruim
Praça pública					
Campo futebol					
Parque infantil					
Quadra esportes					
Clubes recreativos					
Bancos					
Passeios					
Jardins					
Outros:					

5.5.6. Onde estão situados? \_\_\_\_\_

**5.6. Educação:**

5.6.1. Os membros da família utilizam quais escolas:

5.6.1.1.	5.6.1.2.	5.6.1.3.	5.6.1.4.	5.6.1.5.	5.6.1.6.
Nome da escola	Transporte	Pública/Gratuita	Próxima	Suficiente/Insuficiente	Boa/Má

5.6.2. Em caso de atrasos dos estudos, qual o motivo?

5.6.3. Em caso de abandono dos estudos, qual o motivo?

5.6.4. Em caso de nunca ter frequentado uma escola, qual o motivo:

Motivos	5.6.2	5.6.3	5.6.4	Observações
Distância da escola				
Condições econômicas				
Trabalho				
Falta de motivação				
Deficiência física				
Deficiência física com tratamento especial				
Deficiência mental				
Deficiência mental com tratamento especial				
Outros				

**5.7. Saúde:**

5.7.1. As crianças da casa estão vacinadas?

( ) Sim ( ) Não ( ) Incompleta

Qual(quais)?.....

5.7.2. Tem grávidas na família?

( ) Sim ( ) Não

5.7.3. Faz acompanhamento pré-natal?

( ) Sim ( ) Não

Onde? .....

5.7.4. Os membros da família têm algum vício?

( ) Sim ( ) Não

Em caso de resposta afirmativa, qual?

( ) Cigarro

( ) Drogas

( ) Álcool

Quem? (Grau de

Parentesco).....

.....

5.7.5. Tem algum doente na casa?

( ) Sim ( ) Não

Quantos? .....

<p>5.7.6. Quais doenças?</p> <p>( ) Alergia</p> <p>( ) Açúcar no sangue</p> <p>( ) Asma/Bronquite</p> <p>( ) Diarréia</p> <p>( ) Desnutrição</p> <p>( ) Doença venérea</p> <p>( ) Deficiência de órgão dos sentidos</p> <p>( ) Deficiência física</p> <p>( ) Deficiência mental</p> <p>( ) Enfermidades respiratórias</p> <p>( ) Gripe</p> <p>( ) Infecção de pele</p> <p>( ) Pressão alta</p> <p>( ) Poliomielite</p> <p>( ) Problema na coluna</p> <p>( ) Problema de dente</p> <p>( ) Resfriado</p> <p>( ) Tuberculose</p> <p>( ) Vermes</p> <p>( ) Outras</p> <p>Obs.: .....</p> <p>5.7.6.1. Qual a doença que se tem repetido com mais frequência?.....</p> <p>5.7.7. Frequente dentista?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>5.7.7.1. Frequência: .....</p> <p>5.7.8. Alguém da casa morreu no último ano:</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>5.7.8.1. De quê?.....</p> <p>5.7.8.2. Idade: .....</p> <p>5.7.9. Quando fica doente, o que faz?</p> <p>( ) Se automédica</p> <p>( ) Farmácia</p> <p>( ) Curandeiro</p> <p>( ) Posto de saúde</p> <p>( ) Hospital</p> <p>( ) Médico particular</p> <p>( ) Outros</p> <p>5.7.10. Convênio:</p> <p>( ) SUS</p> <p>( ) Plano saúde particular</p> <p>( ) Outros: .....</p> <p>5.7.11. As mulheres da casa utilizam algum tipo de anticoncepcional?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p>	<p>5.7.11.1. Quantas: .....</p> <p>5.7.11.2. Qual?</p> <p>( ) Tabela</p> <p>( ) Pílula</p> <p>( ) DIU</p> <p>( ) Diafragma</p> <p>( ) Camisinha</p> <p>( ) Coito interrompido</p> <p>( ) Outros: .....</p> <p>Obs.: .....</p> <p>5.7.12. Fez pré-natal durante gestação?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>5.7.12.1. Quando? .....</p> <p>Obs.: .....</p> <p>5.7.13. Amamentou os filhos?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>5.7.13.1. Quantos? .....</p> <p>Obs.: .....</p> <p>5.7.14. Já fez preventivo?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>5.7.14.1. Quando? .....</p> <p>Obs.: .....</p> <p>5.7.15. Cite os três principais problemas da comunidade: 1) .....</p> <p>2) .....</p> <p>3) .....</p> <p>5.7.16. O que considera mais importante para melhorar a saúde neste local?</p> <p>( ) Rede de água</p> <p>( ) Rede de esgoto</p> <p>( ) Rede de energia elétrica</p> <p>( ) Sistema viário</p> <p>( ) Centro comunitário</p> <p>( ) Residência nova</p> <p>( ) Posto médico</p> <p>( ) Posto dentário</p> <p>( ) Coleta lixo</p> <p>( ) Higiene</p> <p>( ) Alimentação</p>
--	---

**5.8. Vida Associativa:**

5.8.1. Como é a relação com os vizinhos próximos:

☐ Muito boa   ☐ Boa   ☐ Regular   ☐ Ruim   ☐ Não tem5.8.2. Tem parente morando na comunidade?   ☐ Sim   ☐ Não

5.8.3. Quem? .....

5.8.4. Alguém da casa participa de:

	5.8.4.1. Sim / Não	5.8.4.2. Quem( G. parent)
Associação de moradores		
Grupo de esportes		
Igreja		
Clubes		
Assembléias/Reuniões		
Outros		

5.8.5. Acha necessário uma sede comunitária?   ☐ Sim   ☐ Não

5.8.5.1 Para quais atividades?

☐ Assembléias☐ Brincadeiras☐ Creche☐ Cursos☐ Escolas☐ Festas☐ Jogos☐ Posto de saúde☐ Reuniões☐ Sessões de vídeo/cinema☐ Teatro☐ Música

Obs.: .....

5.8.6 Qual a melhor forma de administrar esta comunidade?

☐ coletiva☐ individual

Obs.: .....

5.8.7 Tem interesse em participar de mutirões para melhorias da comunidade?

☐ Sim   ☐ Não5.8.8 Quais as vantagens de se morar neste local?  
.....

5.8.9 Quais as desvantagens de se morar neste local? .....

5.8.10 Quais melhorias que devem ser executadas a longo prazo?  
.....5.8.10.1 Quem deve executá-las?  
.....5.8.11 Como é a participação das pessoas da comunidade junto aos problemas?  
.....5.8.12 Qual a função de um vereador?  
.....5.8.12.1 Conhece a atuação de algum? Como é?  
.....

5.9 Condições psicossociais?

5.9.1 Como se dá a vida familiar?

☐ solidária☐ isolada☐ outra forma: qual?

<p><b>5.10 Relacionamento casa exterior</b></p> <p>5.10.1 Há separação/ruptura/isolamento ( ) Sim ( ) Não Por que? _____</p> <p>5.10.2 Permite uma relação de vizinhança/encontro/reunião? ( ) Sim ( ) Não Por que? _____</p> <p>5.10.3 Permite atividades de recreação, jogos, principalmente para as crianças? ( ) Sim ( ) Não Por que? _____</p> <p>5.10.4 Como se sente na casa? ( ) Espaço íntimo/próprio ( ) Adequado como abrigo ( ) Como numa caixa Obs.: .....</p> <p>5.10.5 Qual melhor forma de moradia? ( ) casa isolada ( ) condomínio fechado ( ) apartamento em conjunto habitacional</p> <p>5.10.6 Sente-se seguro na casa ( ) Sim ( ) Não Por que? _____</p>	<p>5.10.6.1 Sente-se seguro na comunidade? ( ) Sim ( ) Não Por que? _____</p> <p>5.10.7 Como vê a comunidade? ( ) feia ( ) bonita ( ) confortável ( ) ideal para morar ( ) boa solução para viver Obs.: .....</p> <p>5.10.8 Relação da comunidade com o bairro? ( ) boa integração ( ) ruim ( ) nenhuma Obs.: .....</p> <p>5.10.9 Qual sua opinião sobre os bairros vizinhos? .....</p> <p>5.10.10 Você trocaria o nome Morro da Penitenciária? ( ) Sim ( ) Não Se sim, para que nome? ..... .....</p> <p>5.10.11. Como você chamaria sua rua/servidão? ..... .....</p>
---	---

NOME DO ENTREVISTADOR: .....

#### ENTIDADES ENVOLVIDAS:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE  
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÕES POPULARES – NESSOP  
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO DA PENITENCIÁRIA  
CASA DA CRIANÇA  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA  
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E COMPUTAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FÍSICA  
NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS